

As Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense

Contributo para a definição de uma tipologia e a reabilitação da Quinta de Merouços

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura
FAUP ano lectivo 2010|2011
Liliana Sofia Dias Maciel



As Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense

Contributo para a definição de uma tipologia e a reabilitação da Quinta de Merouços

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Orientador: Prof. Doutor Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas

Agradecimentos

Aos meus pais, os primeiros agradecimentos têm obrigatoriamente que ser dirigidos a eles, por terem feito de mim quem sou, pelo apoio incondicional e por estarem sempre a meu lado.

Ao Nando, um especial obrigado pela paciência e pela compreensão em todos os momentos, porque está sempre, por tudo.

À minha irmã agradeço pelas constantes palavras de apoio e de incentivo.

À minha família, especialmente aos meus avós, porque são de facto as fundações daquilo que sou.

Aos meus amigos, pela amizade e pela compreensão.

Ao Arquitecto Hélder Coelho, com quem realizei o meu estágio curricular e com quem colaboro, pela paciência, pela orientação, por ser um grande professor.

Aos meus colegas de trabalho, que se tornaram grandes amigos, pela generosidade, pela partilha.

Ao Prof. Doutor Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas, meu orientador, pela disponibilidade e prestabilidade, por me guiar.

Índice

Resumo 7
Abstract 9
Introdução 11

Capítulo I
A Arquitectura Vernacular e os 50 anos "pós-Inquérito" 13
1.1. A Arquitectura Vernacular 15
1.2. Os 50 anos "pós-Inquérito" 17

Capítulo II
O Vale do Leça Tirsense: enquadramentos 23
2.1. Santo Thyrso de Riba D'Ave 25
2.1.1. Ave: enquadramento histórico 27
2.1.2. Santo Tirso: enquadramento regional 29
2.1.3. Concelho de Santo Tirso: as vinte e quatro freguesias 32
2.2. O Vale do Leça, as "Casas da Maia" e as "Casas de Paredes" ... 34
2.2.1. Terra de Refojos 38
2.2.2. "Terra de Refojos", "Terras da Maia" e "Terras de Aguiar de Sousa" no Noroeste Peninsular 40
2.2.3. As "Casas da Maia" 46
2.2.4. As "Casas de Paredes" 48

Capítulo III
As Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense 53
3.1. Enquadramento 55
3.2. Casos de estudo 57
3.3. Elementos para a definição da tipologia 87

Capítulo IV
A Reabilitação da Quinta de Merouços 95
4.1. Enquadramento 97
4.2. O Existente 98
4.3. O Projecto 102
4.4. Dificuldades metodológicas 109

Conclusão 113
Bibliografia 117
Referências Iconográficas 123

Resumo

A Arquitectura Vernacular, numa estreita relação entre o ser humano e o meio em que este se insere, emerge de uma das mais básicas necessidades do Homem: a necessidade de abrigo, de protecção. Assim, as Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense configuram uma adaptação do povo tirsense às características do território, em consonância com o carácter de habitabilidade e de funcionalidade pretendidas, em ligação com o mundo rural e com o trabalho de lavoura. Deste modo, a importância atribuída aos espaços de apoio à actividade agrícola, como cortes, lojas, adegas, eiras, casas de eira e outros espaços destinados ao abrigo e armazenamento de produtos e máquinas agrícolas, sobrepõe-se ao conforto e à habitabilidade da casa.

As profundas alterações sociais, associadas a uma desvalorização do meio rural, em contraposição com uma exaltação das vantagens de uma vida citadina, bem como os novos paradigmas da família e da habitação, aliados às novas necessidades de conforto e segurança, foram votando as construções rurais a um elevado estado de deterioração ou mesmo abandono, que nas últimas décadas se tem vindo gradualmente a tentar contrariar.

O estudo destes exemplares de arquitectura vernacular rural é fundamental para que essa tentativa de contrariar vá mais além de uma simples tentativa e que se materialize de forma informada e consistente, quer pelo próprio cliente, quer pelo profissionais da área. O caminho a percorrer é longo e sinuoso, com muitos obstáculos, mas convém referir que, nos últimos anos, muitos foram aqueles que contribuíram com pequenos grandes passos.

A salvaguarda e protecção do património parece ver na reabilitação arquitectónica a luz ao fundo do túnel. Várias são as variáveis e as questões que este tipo de intervenção coloca e que os arquitectos deverão encarar com seriedade, mas ainda assim eles não deverão esquecer que a Arquitectura deve ser fruto do seu tempo, e é precisamente aqui que se encontra o cerne da questão: reabilitar a arquitectura vernacular adequando-a aos novos padrões de conforto, conferindo-lhe contemporaneidade, sinais do nosso tempo.

Abstract

In a close relationship between the human being and the environment within, Vernacular Architecture emerges from one of the most basic human needs: the need for shelter, protection. Thus, the "Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense" (Farmhouses of the Valley of the Tirsense's Leça) configure a Tirsense's people adaptation to the characteristics of the territory, in line with the housing character and with the desired functionality, in connection with the rural world and with the farming labor. So, the importance given to supporting facilities for agricultural activities, such as courts, sheds, cellars, threshing-floor, threshing-floor's houses and others, as shelter and storage of agricultural products and machinery, overlaps the house's comfort and habitability.

Profound social changes, related to rural areas devaluation, opposed to the recognition of the urban life's advantages, and new family and housing paradigms, coupled with changing needs of comfort and security, has been taking rural constructions to a high state of deterioration or even abandon. Recent decades have seen developments in the efforts to gradually counteract that tendency.

The study of these rural vernacular architecture examples is fundamental to make that attempt to counteract go further than a simple attempt and materialize itself in an informed and consistent way, whether by the client or by professionals in the subject. The road ahead is long and sinuous, with many obstacles, but it should be noted that, in recent years, many were those who contributed with small but important steps.

Heritage safeguarding and protection seems to see in architectural rehabilitation the light at the end of the tunnel. Many are the variables and issues that this type of intervention poses and that architects should take seriously, yet, they should not forget that Architecture must be its fruit in its season, and the bottom line is precisely here: to rehabilitate the vernacular architecture adapting it to new standards of comfort, giving it contemporaneity, signs of our times.

Introdução

Tendo vivido desde que nasci numa das aldeias de Santo Tirso, mais especificamente em Guimarei, uma das aldeias do Vale do Leça Tirsense, alicia-me a hipótese de dar alguma contribuição para o desenvolvimento e valorização da minha cidade e da minha aldeia, com as quais tanto me identifico. Considero a arquitectura vernacular rural, concretamente as Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, património português e como tal não me parece correcto deixar votar estas construções ao mais completo abandono ou descaracterização. É importante uma consciencialização de que a reabilitação arquitectónica é de facto uma excelente opção, mas que só intervenções estudadas e profundamente informadas podem resultar em exemplares dignos de registo e honrosos perante um património que é um pouco de todos nós portugueses.

O primeiro capítulo "A Arquitectura Vernacular e os 50 anos "pós-Inquérito"" abordará a definição daquilo que é a Arquitectura Vernacular, bem como a sua importância, ligando-a ao *Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa* e à relevância que este trabalho, a nível nacional e regional, teve para a consciencialização da população em geral e dos profissionais da área para os problemas que este tipo de arquitectura atravessava e continua ainda hoje a atravessar. O segundo capítulo procederá a uma série de enquadramentos de singular importância para o estudo das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense. Deste modo, pretende-se enquadrar o Vale do Leça a níveis histórico, regional, concelhio e territorial, introduzindo as construções possíveis de terem influenciado as casas em estudo, como as "Casas da Maia" e as "Casas de Paredes", aludindo às "Terras de Refojos", "Terras da Maia" e "Terras de Aguiar de Sousa". O capítulo terceiro é central nesta dissertação, já que é nele que se pretende estudar profundamente as Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, enquadrando-as especialmente no plano territorial. A escolha dos casos de estudo e posterior levantamento será fundamental para a definição e caracterização desta tipologia de casa, o que constitui um dos principais objectivos da presente dissertação, com base em relações maioritariamente de carácter morfológico, identificando um conjunto de características comuns, que têm por base uma mesma concepção arquitectónica. O quarto capítulo apresentará a reabilitação arquitectónica da Quinta de Merouços, um dos casos de estudo do terceiro capítulo, descrevendo o existente e mostrando as opções de projecto, bem como as dificuldades metodológicas que uma intervenção deste tipo levanta.



Capítulo I

A Arquitectura Vernacular e os 50 anos "pós-Inquérito"

1.1. A Arquitectura Vernacular

"Vernáculo – adj. (do lat. vernaculus, indígena). 1. Próprio do país ou região de que faz parte; nacional. 2. FIG. Genuíno; correcto e puro, sem qualquer influência do estrangeiro. (...)."[1]

"É indispensável que na história das nossas casas antigas ou populares se determinem as condições que as criaram e desenvolveram, fossem elas condições da Terra, fossem elas condições do Homem, e se estudem os modos como os materiais se empregaram e satisfizeram as necessidades do momento. A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa (...)."[2]

"A casa popular é um dos mais significativos e relevantes aspectos da humanização da paisagem, em que, na sua grande diversidade de tipos, afloram, com particular evidência, numerosos condicionalismos fundamentais – geográficos, económicos, sociais, históricos e culturais – das respectivas áreas e dos grupos humanos que os constroem e habitam. É evidente que ela pode considerar-se um produto imediato das relações do Homem com o meio natural que o rodeia (...)."[3]

A Arquitectura Vernacular surge de uma das mais básicas necessidades do Homem: a necessidade de abrigo, de protecção. Contudo com o passar dos tempos as construções com a finalidade de abrigarem o homem foram-se transformando em manifestações do espírito humano. Pode dizer-se que a própria história da Arquitectura começa quando o esforço de sobrevivência implica que sejam construídos abrigos mais pesados e duráveis, recorrendo aos materiais existentes do meio circundante. Assim, não me parece errado considerar que a história da arquitectura começa com a produção de arquitectura vernacular. Ao longo dos séculos, esta arquitectura de cariz marcadamente rural, foi-se desenvolvendo e adaptando às crescentes e diferentes necessidades do homem, surgindo da "terra" com base em saberes transmitidos de geração em geração, conhecendo novas transformações sobretudo graças à sabedoria empírica, que foi sempre sendo afinada pelas sucessivas tentativas-erro e pelo factor tempo.

---

[1] *Nova Enciclopédia Larousse*. Círculo de Leitores, Lda. e Larousse: 1999. vol. 22. p.6944.
[2] TÁVORA, Fernando - *O Problema da Casa Portuguesa*. In Cadernos de Arquitectura, Nº 1. Lisboa: 1947. p.7.
[3] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.13.

Esta arquitectura sem arquitectos, no sentido em que não havia intervenção de indivíduos com formação técnica, constitui uma arquitectura extremamente funcional que, mesmo sem grande preocupações estéticas, consegue de facto um equilíbrio e uma harmonia com a natureza que são dignos de registo.

Portugal possui ainda vários exemplares destas construções que nos fornecem importantes ensinamentos quanto ao uso e à aplicação de diferentes materiais, ao enquadramento, à escala, à funcionalidade, entre outros, que justificam o interesse e o consequente estudo da arquitectura vernacular. Assim se entende a referência a estas construções como "património". Um património que não podemos deixar desaparecer, um património com o qual devemos aprender, um património ao qual não podemos ficar presos, no sentido de que devemos ter presente que nos encontramos no século XXI, e que questões como os actuais padrões de conforto ou segurança, entre muitas outros, assumem destaque anteriormente pouco ou nada considerados, mas também não podemos nem devemos proceder de modo a que estas construções simplesmente deixem de fazer parte da nossa memória e da nossa identidade.



Fig. 1 - Fernando Távora (1923-2005), desenho de Álvaro Siza, de 1998.



Fig. 2 - Fernando Távora, *"Da Organização do Espaço"*, edição de 1999

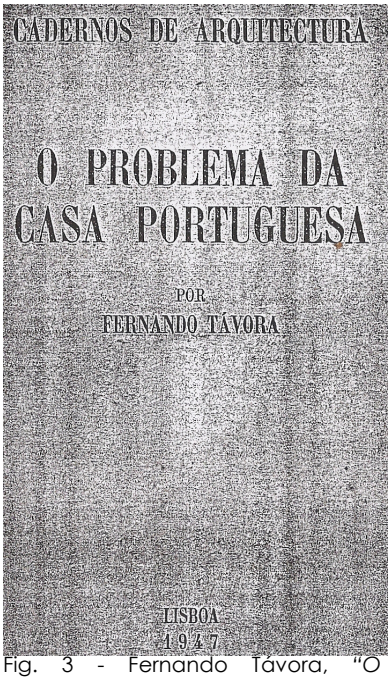


Fig. 3 - Fernando Távora, *"O Problema da Casa Portuguesa"*, 1947

1.2. Os 50 anos "pós-Inquérito"

Essencialmente a partir da segunda metade do século passado, a discussão sobre a arquitectura portuguesa aparece marcada pelas questões mencionadas no subcapítulo anterior, inquietando o arquitecto Fernando Távora, numa altura em que a modernidade se "impunha".

Fernando Távora (Fig. 1) escreve *"O Problema da Casa Portuguesa"*[4] (Fig. 3) em 1947, apenas com 24 anos de idade, e deslinda-se já aqui uma profunda preocupação com o rumo que levaria a arquitectura portuguesa, chegando mesmo a afirmar que desde fins do século XIX esta vinha perdendo carácter. Assim, como o próprio explica, *"A modernidade traduzia-se em problemas formais e atitudes. Reflecti sobre isso e escrevi um artigo que teve um certo desenvolvimento (...) "O Problema da Casa Portuguesa", que teve um grande sucesso. Os arquitectos modernos acharam que aquilo era uma grande porcaria porque falava na arquitectura antiga, e os antigos achavam uma porcaria porque falava na arquitectura moderna, porque pretendia fazer ali um matrimónio. A verdade é que consegui, com esses raciocínios, libertar-me um pouco da chamada arquitectura moderna corbusiana que em Portugal era impossível (...)."*[5]. Távora defendia a importância do estudo da arquitectura popular, já que *"A casa popular fornecer-nos-á grandes lições quando devidamente estudada, pois ela é a mais funcional e a menos fantasiosa (...)."*[6], alertando ainda assim que *"a História vale na medida em que pode resolver os problemas do presente e na medida em que se torna um auxiliar e não uma obsessão."*[7]. Defendeu como essencial o estudo *"a) do meio português; b) da Arquitectura portuguesa existente; c) da Arquitectura e das possibilidades da construção moderna no mundo."*[8] Este estudo do meio português e da Arquitectura portuguesa existente foi, no fundo, o que fez o Sindicato dos Arquitectos Portugueses, entre 1955 e 1960, quando realizou o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, do qual resultaram vários volumes da *"Arquitectura Popular em Portugal"*[9], e no qual participou Fernando Távora. A proposta inicial de um estudo deste tipo surge por parte da direcção do Sindicato, sob presidência do arquitecto Francisco Keil do Amaral (Fig. 4). Tal como confessou Távora *"É curioso mas o interesse pela arquitectura popular se*

[4] TÁVORA, Fernando - *O Problema da Casa Portuguesa.* In Cadernos de Arquitectura, Nº 1. Lisboa: 1947.
[5] TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço.* Porto: FAUP, 1999. p.29.
[6] TÁVORA, Fernando - *O Problema da Casa Portuguesa.* In Cadernos de Arquitectura, Nº 1. Lisboa: 1947. p.7.
[7] TÁVORA, Fernando - *O Problema da Casa Portuguesa.* In Cadernos de Arquitectura, Nº 1. Lisboa: 1947. p.7.
[8] TÁVORA, Fernando - *O Problema da Casa Portuguesa.* In Cadernos de Arquitectura, Nº 1. Lisboa: 1947. p.10.
[9] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

despertou simultaneamente em muitos arquitectos, eu diria que nos mais interessantes. No Porto eu fui quiçá o primeiro; por razões pessoais, de família e também de prática profissional, havia tido já algum contacto prévio com a arquitectura popular. Em Lisboa o primeiro foi Keil do Amaral. Havia também um arquitecto português chamado Raul Lino, considerado como o rei da arquitectura tradicional, que utilizava com muita frequência as formas da cultura popular."[10]

Os volumes da "*Arquitectura Popular em Portugal*" foram esgotando, sucedendo-se assim as edições, apesar de espaçadas entre si por longos anos. Os prefácios destas edições são assim de grande importância porque vão mostrando ao longo dos anos como iam sendo vistas as questões que envolvem o estudo da arquitectura popular em Portugal e as próprias repercussões deste estudo.

Na primeira edição (Fig. 6), de 1961, declaradamente se esclarece que "Arquitectura Popular em Portugal *não tem por objectivo, nem se pode considerar, como conclusão do Inquérito realizado. Os seus ficheiros constituem largo e rico material de investigação e estudo, ao dispor de todos os interessados, e dele outros trabalhos hão-de com certeza resultar, tão vastos e complexos são os documentos que arquiva, a informação que fornece, as questões que levanta."*[11] Este objectivo e esperança de que esta "base de dados" levasse à elaboração de estudos dela decorrente parece ter dado frutos. É que, para além desta primeira edição ter-se esgotado a partir de 1967, o prefácio da segunda edição, de 1980 (Fig. 7), vem-nos mostrar que esta obra teve impacto não só em Portugal, mas também no estrangeiro, já que "*a par das muitas solicitações que não puderam ser satisfeitas, surgiram com frequência pedidos de colaboração e cedência de material para estudos e publicações estrangeiras, o que prova as potencialidades do material que esta obra veio a divulgar (...).*"[12] Nesta segunda edição que, como verificamos pela sua datação, surge após o 25 de Abril de 1974, logo se afirma sem qualquer margem para dúvidas, os reais propósitos dos arquitectos envolvidos no Inquérito, que não iam de facto ao encontro dos interesses do regime. No entanto, e para levarem a cabo aquilo a que se propunham, mantiveram de forma intencional um equívoco que viabilizou os recursos financeiros de que necessitavam. Tal como se explica no prefácio, o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa foi realizado por "*um grupo de arquitectos de duas gerações contíguas de tendências racionalistas que, no início dos anos 50, dirige o então órgão profissional – o Sindicato Nacional dos Arquitectos. Incluído neste grupo está*



Fig. 4 - Francisco Keil do Amaral (1910-1975)


Ano 90.º — Preço 1 escudo — N.º 112

Director: M. Pinto de Azevedo Júnior

Propriedade da Empresa «O Primeiro de Janeiro» Redacção, Administração e Oficinas

Rua de Santa Catarina, 326 — Porto

Telefones { (Direcção, 23942—Redacção, 23940 Administração, 23941

Endereço Telegráfico: «Janeiro» — Porto

Agência em Lisboa:

Rua do Carmo, 101-2.º — Telefone, 2 3536

Editor: António Loureiro Dias

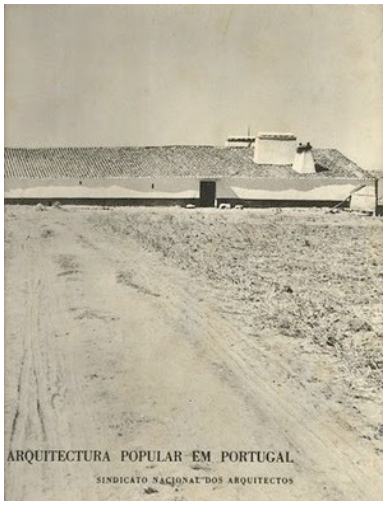
O PRIM

O sr. presidente do Conselho apreciando os trabalhos realizados

NQUÉRITO À ARQUITECTURA REGIONAL PORTUGUESA

O chefe do Governo informou-se ontem dos trabalhos já realizados referentes ao Continente

Fig. 5 - Notícia no jornal "*O Primeiro de Janeiro*", sobre Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa, no ano de 1957


ARQUITECTURA POPULAR EM PORTUGAL

SINDICATO NACIONAL DOS ARQUITECTOS

Fig. 6 - "*Arquitectura Popular em Portugal*", 1ª edição, 2º volume, 1961

[10] *Nulla dies sine linea.* In DPA, Nº14, 1998. p.8.
[11] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 1ª edição.
[12] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 2ª edição.



Fig. 7 - "*Arquitectura Popular em Portugal*", 2ª edição, 1980

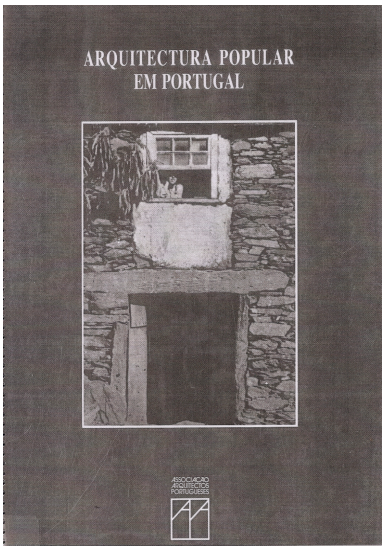


Fig. 8 - "*Arquitectura Popular em Portugal*", 3ª edição, 1° volume, 1988

Francisco Keil do Amaral. É este arquitecto que lança a proposta de feitura do Inquérito, aliciando pra o projecto alguns colegas, a maior parte recém-formados. Para Keil do Amaral este trabalho torna-se urgente, pela necessidade de levantamento e registo de um património já em degradação e também para fazer face, à pretensão do regime, que continuava a impor a elaboração de um "estilo" ou de "estilos nacionais". Este Inquérito, iria permitir aos arquitectos profissionalmente conscientes um conhecimento "in loco" dos atributos específicos das várias regiões do País, das raízes das suas arquitecturas, com imprevisíveis consequências na sua prática disciplinar." [13] Deixa-se ainda um profundo desejo de que "*a publicação desta 2ª edição sirva de estímulo ao estudo da documentação obtida com o Inquérito e ao aprofundamento da problemática da Arquitectura.*"[14]

A terceira edição (Fig. 8), que surge em 1988, conta com um texto de Nuno Teotónio Pereira, datado de Dezembro de 1987, no qual se reafirma a importância do Inquérito, asseverando mesmo que a "*Arquitectura Popular em Portugal*" se trata de "*um tesouro raro de que só alguns dispõem*"[15], considerando que este "*foi realizado no último momento possível para registar em toda a sua plenitude um mundo prestes a desaparecer.*" [16] , numa época em que, "*confrontados por um lado pela estreiteza censória do* portuguesismo estadonovista, *e por outro pelo radicalismo sem fronteiras do* international style, *sentiram a necessidade de procurar raízes na arquitectura mais vernácula. E fizeram-no empenhadamente, deixando-se deslumbrar pela economia das formas depuradas ao longo dos séculos e pela adequação aos diferentes meios naturais, transformados pelo trabalho humano através de sucessivas gerações.*"[17] Pelos mais diversos motivos, o que é certo é que se foi assistindo ao longo das décadas a uma destruição e descaracterização do nosso património vernáculo, pelo que o legado de Keil do Amaral e do Sindicato Nacional dos Arquitectos alcança uma importância extra. Logo, as imagens captadas pelo Inquérito "*do espaço habitado do mundo rural ainda numa relação harmoniosa e coerente com o meio: formas de exploração da terra, sistemas de locomoção, transporte e aproveitamento de energia, técnicas e materiais de construção*"[18] constituem uma herança valiosíssima que

[13] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 2ª edição.
[14] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 2ª edição.
[15] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 3ª edição.
[16] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 3ª edição.
[17] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 3ª edição.
[18] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 3ª edição.

não pode nem deve escapar à bagagem de aprendizagens das mais recentes gerações de arquitectos.

O tão pretendido estímulo ao estudo da arquitectura popular portuguesa dá ainda hoje os seus frutos. Vejam-se os estudos, efectuados já neste século XXI, que aprofundam e/ou dão continuidade ao trabalho realizado pelo Inquérito, porque esta vontade de conhecer a Arquitectura Popular Portuguesa, de conhecer de onde vimos para melhor vermos para onde vamos, de aprender, continua presente. Veja-se *"Arquitectura Popular dos Açores"*[19] (Fig. 9), por Ana Tostões, de 2000, *"Arquitectura Popular da Madeira"*[20] (Fig. 10), por Victor Mestre, de 2002, *"A casa popular do Algarve : espaço rural e urbano, evolução e actualidade"*[21] (Fig. 11), por José Manuel Fernandes, de 2008, entre muitos outros. Em contexto académico, mais precisamente falando daquele no qual me insiro, o da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, vários são os estudos feitos e que se inscrevem neste tema, repare-se em *"A arquitectura popular no Minho: a casa serrana"*[22], por Adriano Costa, de 2000, *"46 anos depois do inquérito à arquitectura popular em Portugal"*[23], por Alexandra Henriques, de 2001, *"A dimensão oculta dos espaços: interferências entre público e privado na arquitectura popular portuguesa"*[24], por Miguel Machado, de 2002, *"Arquitectura Popular em Caxinas"*[25], por André Fernandes, de 2002, *"Da expressão da arquitectura popular às novas ocupações e formas do habitar no monte alentejano"*[26], por Isabel Parreira, de 2003, *"Um conhecimento da arquitectura popular, vernácula em terras de castelo de Paiva: o testemunho da pedra na habitação"*[27], por Liliana Couto, de 2003, *"Metodologias de intervenção sobre a arquitectura popular"*[28], por Ana Bastos, de 2004, *"Popular e erudito: contributo da dimensão popular na arquitectura portuguesa da modernidade"*[29], Tânia Dias, de 2006, *"A contemporaneidade da arquitectura popular portuguesa"*[30], por Ana Santos, de 2008, entre muitos outros.

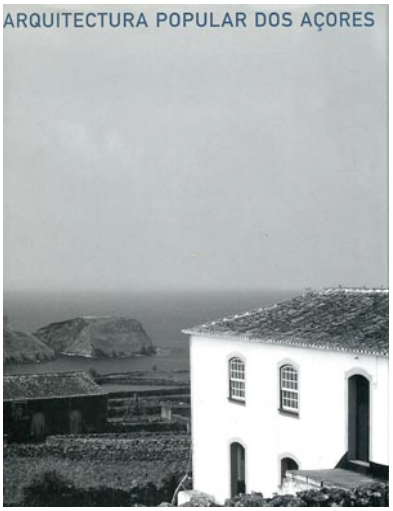


Fig. 9 - *"Arquitectura Popular dos Açores"*, Ana Tostões, 2000

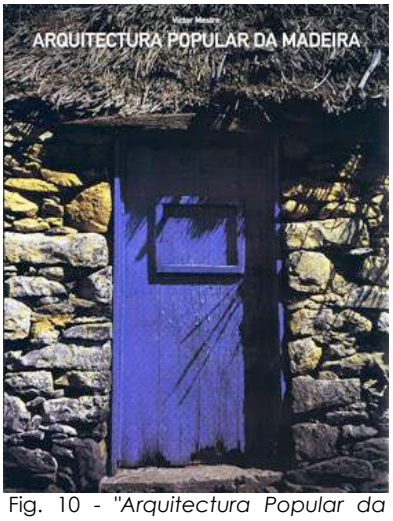


Fig. 10 - *"Arquitectura Popular da Madeira"*, Victor Mestre, 2002

[19] TOSTÕES, Ana – *Arquitectura Popular dos Açores.* Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000.
[20] MESTRE, Victor – *Arquitectura Popular da Madeira.* Lisboa: Argumentum, 2002.
[21] FERNANDES, José Manuel - *A casa popular do Algarve : espaço rural e urbano, evolução e actualidade.* CCDRA, 2008.
[22] COSTA, Adriano - *A arquitectura popular no Minho: a casa serrana.* Porto: FAUP, 2000. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.9)
[23] HENRIQUES, Alexandra - *46 anos depois do inquérito à arquitectura popular em Portugal.* Porto: FAUP, 2001. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.73.1 e P.F.73.2)
[24] MACHADO, Miguel - *A dimensão oculta dos espaços: interferências entre público e privado na arquitectura popular portuguesa.* Porto: FAUP, 2002. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.196)
[25] FERNANDES, André - *Arquitectura Popular em Caxinas.* Porto: FAUP, 2002. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.199)
[26] PARREIRA, Isabel - *Da expressão da arquitectura popular às novas ocupações e formas do habitar no monte alentejano.* Porto: FAUP, 2003. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.242)
[27] COUTO, Liliana - *Um conhecimento da arquitectura popular, vernácula em terras de castelo de Paiva: o testemunho da pedra na habitação.* Porto: FAUP, 2003. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.261)
[28] BASTOS, Ana - *Metodologias de intervenção sobre a arquitectura popular.* Porto: FAUP, 2004. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.357)
[29] DIAS, Tânia - *Popular e erudito: contributo da dimensão popular na arquitectura portuguesa da modernidade.* Porto: FAUP, 2006. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.612)
[30] SANTOS, Ana - *A contemporaneidade da arquitectura popular portuguesa.* Porto: FAUP, 2008. (Prova Final no Catálogo da FAUP, com a cota P.F.898)

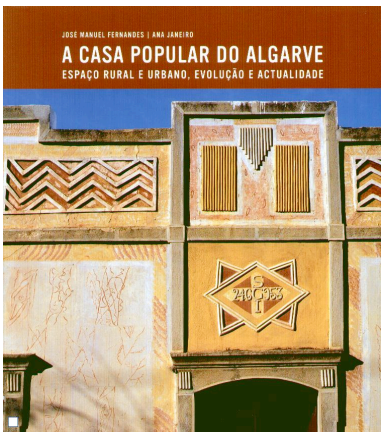


Fig. 11 - "*A Casa Popular do Algarve*", José Manuel Fernandes, 2008

Nestes 50 anos após a publicação da "Arquitectura Popular em Portugal" é interessante perceber a imagem do Portugal rural da década de 50, num contexto de governação Salazarista, de pós guerra mundial, de profundas mutações na Europa, imagem que nos mostra o quão pouco restou. Estes exemplares sobreviventes não devem desaparecer. As questões da identidade e da memória assumem aqui especial relevância. Impõe-se a necessidade de reabilitação, que deve encarar estas questões com seriedade, mas ainda assim, os arquitectos não deverão esquecer que a Arquitectura deve ser fruto do seu tempo, e é precisamente aqui que se encontra o cerne da questão: reabilitar a arquitectura vernacular adequando-a aos novos padrões de conforto, conferindo-lhe contemporaneidade, sinais do nosso tempo. É na tentativa de equilíbrio destes pratos da balança que surgem as dificuldades. É na encenação da peça de teatro final que se torna difícil encontrar a harmonia na combinação destes todos estes actores.



Capítulo II

O Vale do Leça Tirsense: enquadramentos

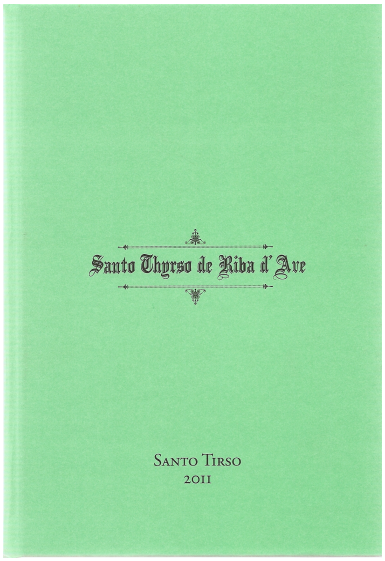


Fig. 12 - *Santo Thyrso de Riba D'Ave*, Alberto Pimentel, 2011


Fig. 13 - Alberto Pimentel (1849-1925)


Fig. 14 - Alterações de paisagens rurais, Santo Tirso

2.1. Santo Thyrso de Riba D'Ave

Santo Thyrso de Riba D'Ave (Fig. 12), assim intitulou Alberto Pimentel (Fig. 13) e pode considerar a *"primeira monografia do concelho de Santo Tirso"*[31]. Como o próprio explicou em Advertência Prévia, *"Bem sei que em nenhuma das fórmas d'este onomastico apparece o h e o y. (...) Se eu, porem orthographasse Tirso, não só a maior parte dos leitores portuguezes, como, especialmente, os habitantes de Santo Thyrso, extranhariam e repelliriam essa graphia, que não estão costumados a vêr e usar. O costume faz lei: n'elle se funda o "direito" consuetudinario, que é tão bom direito como todos os outros ou melhor talvez, porque o reconhece e acceita o grande parlamento da opinião publica."*[32]

Em 1902 *Santo Thyrso de Riba D'Ave* é editado. O *Club Thyrsense* convida Alberto Pimentel (1849-1925) para a realização desta investigação. *"Alberto Pimentel foi amanuense na Secretaria da Procuradoria Régia, junto do Tribunal da Relação, em Lisboa; Inspector das Escolas da Instrução Primária de cinco concelhos a sul de Lisboa, com residência em Setúbal; Administrador do concelho, em Portalegre e secretário da Junta Geral do Distrito, como procurador do concelho de Elvas. Depois, em Lisboa, novamente, Secretário do Ministro das Obras Públicas, Deputado pelo Círculo de Cinfães; Deputado no Palácio de S. Bento, pelo Círculo da Póvoa de Varzim; Redactor da Câmara dos Deputados; Professor da Escola Académica e do Colégio Parisiense; Jornalista do Diário Ilustrado, do Diário Popular, da Ilustração Portuguesa, do Correio da Europa, do Economista; vereador da Câmara Municipal de Lisboa, Comissário do Teatro Dona Maria. E um extraordinário escritor!..."*[33] Esta edição é extremamente importante pelas preciosas informações que fornece acerca do concelho de Santo Tirso de há mais de um século atrás, do seu desenvolvimento geográfico, histórico, sociológico ou territorial.

As últimas décadas têm causado um grande impacto no património vernacular, devido a vários processos de desenvolvimento, dos quais têm resultado fenómenos como a desertificação ou o abandono de formas tradicionais de uso e ocupação do território nacional. Como tal, têm-se verificado alterações de fundo em paisagens urbanas e rurais (Fig. 14), traduzindo perdas de património vernacular, quer por pura e simples destruição ou mesmo abandono,

[31] PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902. In *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2011. p.9.
[32] PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902. In *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2011. p.V.
[33] PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902. In *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2011. p.12.

quer por intervenções inconscientes que o alteram significativamente e o descaracterizam.

Santo Tirso não é excepção. Os promotores do Inquérito procuraram *"(...) evidenciar a importância das relações entre o homem e o seu meio – social, económico e geográfico – na formulação das arquitecturas como sequência de processos de construir longamente depurados que têm a ver com situações concretas e bem definidas."* [34] Assim, faz todo o sentido uma aproximação ao contexto social, económico e geográfico de Santo Tirso. Durante longos anos, o concelho esteve integrado na Nomenclatura de Unidade Territorial (NUT) III do Ave, que englobava ainda os concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela. No entanto, foi recentemente aprovada a sua transição para a NUT III do Grande Porto, devido à sua recente integração na Grande Área Metropolitana do Porto. Esta transição ficou definida pelo Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril de 2008, que ditou, no seu artigo 2º, que "*1 - As unidades territoriais previstas no presente decreto-lei são definidas com base nas nomenclaturas das unidades territoriais estatísticas de nível 3 (NUTS III) com as seguintes alterações: (…)b) Os municípios da Trofa e Santo Tirso da NUTS III do Ave integram a unidade territorial do Grande Porto"*[35]. Contudo, a caracterização que se segue terá em conta a integração de Santo Tirso na NUT III do Ave, já que para este estudo, na minha opinião, não faz qualquer sentido a sua integração na NUT III do Grande Porto. Esta alteração de 2008 argumenta que "*o presente decreto-lei confere coerência a unidades territoriais definidas com base nas NUTS III, reflectindo uma lógica económica, social, histórica, geográfica, cultural, ambiental e de representação institucional, conferindo racionalidade e harmonia à relação do Estado com a administração local."*[36] Compreendem-se as questões de lógica económica ou cultural, mas todas as outras lógicas mencionadas estão longe de reflectir uma realidade, em que a lógica de continuidade territorial só faz sentido quando se integra o concelho na NUT III do Ave.

---

[34] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Prefácio da 2ª edição.

[35] Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril de 2008, que estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

[36] Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril de 2008, que estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).



Fig. 15 - Indústria têxtil, Vila das Aves, Santo Tirso

2.1.1. Ave: enquadramento histórico

A região em que se insere actualmente o concelho de Santo Tirso registou uma vaga de migrações, aquando da expansão portuguesa do século XVI para África, América e Brasil. No início do século XX, grande ênfase tiveram os emigrantes regressados do Brasil, onde enriqueceram, que mostraram um importante empreendedorismo especialmente na área da indústria têxtil, uma área com antigos saberes e trabalho artesanal enraizados na população local, portanto já com alguma tradição. Estes factores foram decisivos para um aumento de população e para o sustento económico de um grande número de famílias. Assim, *"progressivamente, as fábricas vão ocupando o lugar que os campos de cultivo tinham na paisagem, e não obstante ser ainda hoje possível encontrar algumas manchas agrícolas (...), são as coberturas ovais e os canudos ao alto que constituem as marcas mais impressivas da mesma paisagem. Para além das fábricas, e ao seu lado, vão nascendo conjuntos mais ou menos improvisados, e frequentemente desordenados, de residências operárias sob a vigilância de uma ou outra casa burguesa."*[37]



Fig. 16 - Sector primário vs. sector secundário. Santo Tirso

A proximidade ao Porto também contribuiu de forma decisiva para que o sector da indústria (Fig. 15) se afirmasse cada vez mais no Ave. A vontade de desindustrialização do Porto alastrou este sector para as áreas circundantes e *"com o correr do tempo, o modelo portuense vai-se alargando na coroa da Cidade, penetrando no Vale do Ave, embora já se registassem teares domiciliários ou oficinais em muitos concelhos (em Santo Tirso era particularmente activa a produção de baetas carriças, produzidas nos numerosos teares de Alvarelhos e Guidões em pleno século XVIII já para o mercado."*[38]



Fig. 17 - Sector primário vs. sector secundário, Santo Tirso

"A região do Ave foi até 1980 uma região de economia rural"[39], mas com o crescimento do sector industrial, a economia passa a estar dividida entre sector primário e secundário, traduzindo transformações nas paisagens e nos modos de vida da população, que se transportou para os dias de hoje. Assim, a região aparece com permanentes interpenetrações entre rural e urbano, industrial e agrícola (Fig. 16, Fig. 17), tradição e modernidade. *"Na década de 40 o Vale do Ave é já uma região industrial, apesar da persistência da componente rural."* [40] *"Ao desenvolvimento das actividades*

---

[37] PEREIRA, V. Borges – *Os vincados padrões do tecido social. Uma análise das vivências quotidianas de uma freguesia industrializada do Vale do Ave*. Porto: Edições Afrontamento, 1999. p.53.
[38] ALVES, Jorge – *A indústria têxtil do norte de Portugal até à década de 1920 – representações empresariais. Actas do Congresso "A Indústria Têxtil no Vale do Ave. História, Desafios e Perspectivas" de 16 e 17 de Maio de 1998*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999. p.19.
[39] ALVES, Jorge – *A indústria têxtil do norte de Portugal até à década de 1920 – representações empresariais. Actas do Congresso "A Indústria Têxtil no Vale do Ave. História, Desafios e Perspectivas" de 16 e 17 de Maio de 1998*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999. p.19.
[40] PEREIRA, Augusto Castro – *História da Indústria do Vale do Ave (1980-2001)*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2002. p.51.

tradicionais de algumas zonas (curtumes e cutelaria, moagem, trabalho do ouro e preparação do linho), outras vieram juntar-se, desde há cerce de século e meio. Salientam-se, entre outras, a indústria algodoeira, a confecção, a metalomecânica e a produção de máquinas."[41]

Ao nível morfológico e ambiental, pode dizer-se que a região do Ave se trata de "*uma região com afinidades mediterrâneas, com forte influência atlântica, traduzindo num clima de temperaturas amenas, com pequenas amplitudes térmicas e forte pluviosidade média, resultado da sua posição geográfica, da proximidade do atlântico e da forma e exposição dos principais conjuntos montanhosos."* [42] Já o território pode ser apelidado de "*urbano-disperso, caracterizado por padrões de urbanização e industrialização difusos, onde a plurifuncionalidade do uso do solo de interconecta."*[43] Frequentemente as indústrias se instalavam nas margens do Ave (Fig. 18, Fig. 19), assim a "*utilização do rio como força matriz já era actividade com fortíssima tradição, por toda a bacia hidrográfica do Ave, no início do processo de industrialização em meados do século XIX."*[44] O processo de industrialização do Ave conhece o seu início por volta da segunda metade do século XIX, com forte impacto e implementação no médio Ave, onde se insere o concelho de Santo Tirso, tendo-se consolidado no século XX, estendendo-se ao baixo e alto Ave com grau de intensidade diferente.

Baixo, médio e alto Ave, são três unidades geográficas, que se inserem na bacia hidrográfica do Ave, mas com características diferentes. Assim, o baixo Ave caracteriza-se como sendo "*essencialmente agrícola e com uma forte actividade portuária, são lançadas as infraestruturas ferroviárias e rodoviárias que ligam o sistema às rotas nacionais e internacionais; no médio Ave desenvolveu-se o processo de industrialização complementado com uma forte actividade agrícola de subsistência e mais tarde uma intensa actividade terciária de serviços e comércio; no alto Ave, zona montanhosa e essencialmente agrícola, concentrou-se a produção de energia eléctrica que abastecia e ainda abastece em parte toda a região."*[45]



Fig. 18 - Indústria na margem do Rio Ave, Santo Tirso



Fig. 19 - Indústria na margem do Rio Ave, Vila das Aves, Santo Tirso

[41] MENDES, José Amado – *A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional. Rota do património industrial do Vale do Ave.* Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2003. p.13.
[42] GONÇALVES, António Bento; COSTA, Francisco da Silva – *O Vale do Ave – a sua geografia. Rota do património industrial do Vale do Ave.* Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2003. p.15.
[43] GONÇALVES, António Bento; COSTA, Francisco da Silva – *O Vale do Ave – a sua geografia. Rota do património industrial do Vale do Ave.* Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2003. p.15.
[44] PROVIDÊNCIA, Paulo; BAPTISTA, Lúcia – *Rota do património industrial do Vale do Ave – Projecto de musealização. Rota do Património industrial do Vale do Ave.* Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2003. p.13.
[45] PROVIDÊNCIA, Paulo; BAPTISTA, Lúcia – *Rota do património industrial do Vale do Ave – Projecto de musealização. Rota do Património industrial do Vale do Ave.* Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2003. p.24.



Fig. 20 - Mapa de NUT II de Portugal Continental (2007)

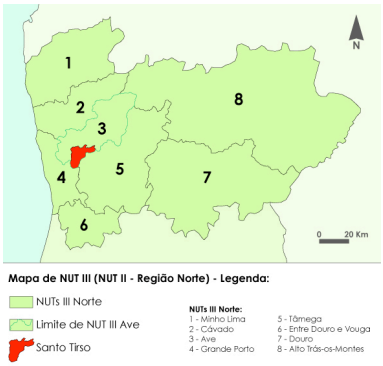


Fig. 21 - Mapa de NUT III da Região Norte (2007)

2.1.2. Santo Tirso: enquadramento regional

"A actual villa de Santo Thyrso de Riba D'Ave, 24 kilometros ao norte do Porto, deve a sua origem certa (...) ao mosteiro ali remotamente edificado, como aconteceu em muitas outras localidades de todas as nossas provincias. (...) O mosteiro de Santo Thyrso (...) foi plantado à beira do rio Ave, em terreno baixo, como árvore que, para ser frondosa, carecesse mais do favor da água corrente do que do ar vivo da serra. (...) Em Santo Thyrso tomaram [os frades] *posição menos evidente, mas procuram mais fertil torrão, servido pelo rio Ave, que regaria os pomares e as hortas, daria peixe e frescura, faria mover productivamente as rodas das azenhas."*[46]

O Mosteiro de Santo Tirso é fundado no ano de 978 e é dele que nasce e se desenvolve a cidade, consolidando-se junto ao Rio Ave.

O concelho de Santo Tirso situa-se na região norte de Portugal Continental (Fig. 20), isto é, atentando a dados de 2007, prévios às deliberações do anteriormente referido Decreto-Lei nº 68/2008, pertence à Nomenclatura de Unidade Territorial II (NUTII) – Região Norte (Fig. 21), inserindo-se ainda na NUT III do Ave, à qual pertencem ainda os concelhos de Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Trofa, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela. Dos 88 967,1 Km² de área de Portugal Continental, a região Norte ocupa 21 284,6 Km² e desta última o Ave estende-se por 1 245,9 Km², sendo que Santo Tirso se alonga por 136,5 Km² (Fig. 22).

	Área (km²)	Perímetro (km)	Comprimento máximo (Km)		Altitude (m)	
			Norte - Sul	Este - Oeste	Máxima	Mínima
Portugal	92 090,1	4 071	1 400	2 200	2 351	0
Continente	88 967,1	2 731	576	281	1 993	0
Norte	21 284,6	1 068	155	224	1 527	0
Ave	1 245,9	238	51	55	1 261	25
Fafe	219,1	77	21	16	892	175
Guimarães	241,1	114	23	21	611	84
Póvoa de Lanhoso	132,5	71	15	17	737	50
Santo Tirso	136,5	69	16	17	533	37
Trofa	71,9	41	10	11	250	25
Vieira do Minho	218,5	79	17	23	1 261	75
Vila Nova de Famalicão	201,7	81	16	21	457	25
Vizela	24,7	34	7	7	476	125

Fig. 22 - Quadro de Áreas, Perímetros, Comprimentos Máximos e Altitudes (2007)

[46] PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902. In *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2011. p.11-12.

Santo Tirso aparece numa posição limítrofe em relação à NUT III do Ave (Fig. 23). A Sul faz fronteira com a NUT III do Grande Porto e a Este com a NUT III do Tâmega. Numa aproximação às fronteiras concelhias (Fig. 24), verifica-se que a Norte e a Oeste é limitado pelos concelhos de Vizela, Guimarães, Vila Nova de Famalicão e Trofa (NUT III – Ave). A Sul toca os limites dos concelhos da Maia e Valongo (NUT III – Grande Porto). A Este divide fronteira com os concelhos de Paços de Ferreira e Lousada.

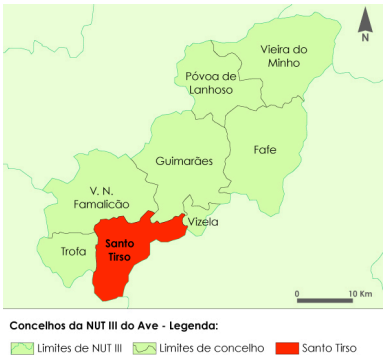


Fig. 23 - Mapa dos concelhos de NUT III do Ave (2007)

As boas acessibilidades permitem rápidas deslocações a duas importantes capitais de distrito portuguesas: Porto e Braga. O concelho aparece assim numa posição central entre estas duas cidades, das quais dista aproximadamente 25 Km. É de destacar a proximidade ao Porto de Leixões e ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro. Na rede viária de que se serve, realce-se as autoestradas A3, bem como a A28; e as nacionais EN104, EN105 e EN204. Possui rede ferroviária, com grande importância nas ligações ao Porto e a Guimarães.



Fig. 24 - Mapa de concelhos limítrofes do concelho de Santo Tirso (2007)

Consultado o *Anuário de Estatística da Região Norte 2007*[47], apura-se que o Ave possui 524.057 habitantes (Fig. 25), o que corresponde a uma das mais elevadas densidades populacionais do Norte, com 420,6 habitantes por quilómetro quadrado. Note-se que 86.125 habitantes possuem menos de 14 anos de idade, correspondendo a 16,43%, e que 69.979 habitantes têm entre 15 e 24 anos, o que equivale a uma percentagem de 13,35%.

	Total			0 a 14 anos			15 a 24 anos		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Portugal	10 617 575	5 138 807	5 478 768	1 628 852	835 491	793 361	1 236 004	630 723	605 281
Continente	10 126 880	4 901 357	5 225 523	1 538 369	788 978	749 391	1 163 561	593 504	570 057
Norte	3 745 236	1 811 621	1 933 615	593 048	304 190	288 858	470 547	239 907	230 640
Ave	524 057	256 222	267 835	86 125	44 182	41 943	69 979	35 923	34 056
Fafe	53 696	25 899	27 797	8 783	4 480	4 303	7 354	3 752	3 602
Guimarães	162 618	79 948	82 670	27 377	14 127	13 250	22 395	11 514	10 881
Póvoa de Lanhoso	24 175	11 856	12 319	4 018	2 058	1 960	3 706	1 941	1 765
Santo Tirso	70 427	34 091	36 336	10 305	5 222	5 083	8 725	4 499	4 226
Trofa	40 338	19 697	20 641	6 615	3 322	3 293	5 377	2 744	2 633
Vieira do Minho	14 193	6 996	7 197	2 032	1 052	980	2 008	1 052	956
Vila Nova de Famalicão	134 336	65 753	68 583	22 707	11 694	11 013	16 882	8 606	8 276
Vizela	24 274	11 982	12 292	4 288	2 227	2 061	3 532	1 815	1 717

Fig. 25 - Quadro com número de habitantes (2007)

Estes números revelam dados interessantes relativos à população jovem, que superam a média nacional, respectivamente com 15,34% e 11,64%, podendo concluir-se que persiste uma dinâmica demográfica assinalável na NUT III do Ave. Importa referir que os dados apresentados relativos aos números e percentagens de habitantes, integram e actualizam estimativas pós-censitárias, estando aferidas aos resultados dos Censos 2001.

[47] *Anuário Estatístico da região Norte 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2008.

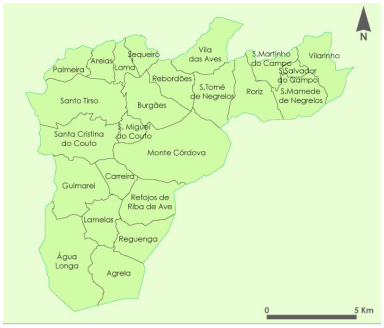


Fig. 26 - Freguesias do concelho de Santo Tirso

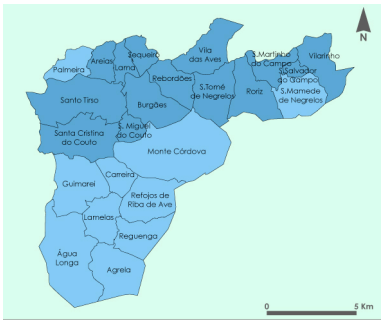


Fig. 27 - Tipologias urbanas do concelho de Santo Tirso

O concelho de Santo Tirso é composto por 24 freguesias (Fig. 26), sendo elas Agrela, Água Longa, Areias, Burgães, Carreira, Guimarei, Lama, Lamelas, Monte Córdova, Palmeira, Rebordões, Refojos de Riba de Ave, Reguenga, Roriz, Santa Cristina do Couto, Santo Tirso, São Mamede de Negrelos, São Martinho do Campo, São Miguel do Couto, São Salvador do Campo, São Tomé de Negrelos, Sequeirô, Vila das Aves e Vilarinho.

Atentando à classificação, segundo o Instituto Nacional de Estatística, com dados dos Censos de 2001, de Áreas Predominantemente Urbanas (PMU), de Áreas Medianamente Urbanas (AMU) e de Áreas Predominantemente Rurais (APR), verifica-se que na NUT III do Ave, as APU's abrangem 45% do número de freguesias e 61% da população residente; as AMU's compreendem 42% do número de freguesias e 24% da população residente; e as APR's incluem 11% das freguesias e 4% da população residente. No concelho de Santo Tirso, as APU's abarcam 62,5% das freguesias e 77,7% da população; as AMU's representam 37,5% das freguesias e 22,3% da população; e as APR's são consideradas não existentes (Fig. 27). Estes dados reiteram o afirmado no *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Ave 2000-2007*[48], de que os processos de urbanização nesta zona são predominantemente de urbanização difusa, com uma tendência acentuadamente periurbana.

[48] *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Ave 2000-2007*. Porto: Quaternaire Portugal, S.A., 1999.

2.1.3. Concelho de Santo Tirso: as vinte e quatro freguesias

Santo Tirso, tal como foi já referido anteriormente, é um concelho constituído por 24 freguesias. Estas freguesias são tendencialmente agrupadas por zonas ou grupos (Fig. 28), cuja análise revela inúmeras diferenciações a níveis como o social ou territorial, entre outros. A criação destas zonas surgiu pelo Núcleo de Gestão e de Coordenação da Rede Social de Santo Tirso e aparece referida no *Diagnóstico Social do Concelho de Santo Tirso 2004*[49].



Fig. 28 - Zonas do concelho de Santo Tirso

O grupo de Além Rio é constituído pelas freguesias da Lama, Sequeirô, Palmeira e Areias; Ave-Vizela Sul por Roriz, Rebordões e S. Tomé de Negrelos; Encosta do Monte por Monte Córdova, Burgães, S. Miguel do Couto e Santa Cristina do Couto; Zona Nascente por Vilarinho, S. Salvador do Campo, S. Martinho do Campo e S. Mamede de Negrelos; Vale do Leça por Agrela, Água Longa, Reguenga, Lamelas, Guimarei, Refojos e S. Tiago da Carreira; com Santo Tirso e Vila das Aves representando zonas individualmente.

A cidade de Santo Tirso trata-se do núcleo mais urbano do concelho (Fig. 29), logo seguido pela Vila das Aves. O grupo de Além Rio apresenta-se com freguesias suburbanas, verificando-se que a cidade de Santo Tirso tende a desenvolver-se para esta zona. Ave-Vizela Sul apresenta características similares a Além Rio, tanto pela sua proximidade a Santo Tirso, como à sua ligação a Vila das Aves. Já o grupo Encosta do Monte apresenta algumas diferenciações entre freguesias. Santa Cristina do Couto é uma freguesia urbana, contígua a Santo Tirso. Monte Córdova e S. Miguel do Couto são suburbanas e Burgães ainda se apresenta com elevado grau de ruralidade. A Zona Nascente é composta por freguesias suburbanas, em que o impacto das indústrias é mais perceptível. As freguesias do Vale do Leça têm um carácter ainda marcadamente rural (Fig. 30), podendo exceptuar-se S. Tiago da Carreira e Agrela, assumindo-se suburbanas, a primeira pela proximidade a Santo Tirso, a segunda a Ermesinde.


Fig. 29 - Vista sobre a cidade de Santo Tirso

A urbanização difusa e os povoamentos dispersos são característicos das freguesias mais rurais do concelho, especialmente das freguesias do Vale do Leça, nas quais encontramos inúmeras construções vernaculares rurais, umas ainda com o seu uso original preservado, outras com novo programa e ainda outras que estão ao abandono ou em ruína. Os principais problemas detectados prendem-se com uma clara insuficiência ou inexistência de equipamentos e infraestruturas. Veja-se que o abastecimento de água ou o saneamento básico ainda não chegaram a muitos pontos desta zona. A distância sentida em relação ao centro da cidade de Santo Tirso


Fig. 30 - Vista sobre zona norte do Vale do Leça

[49] CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE SANTO TIRSO – *Diagnóstico Social do Concelho de Santo Tirso 2004*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2004.

poderia ser encurtada através de uma melhoria das acessibilidades e das redes de transportes. As populações continuam a sentir grande necessidade de equipamentos desportivos e culturais. Contudo, todos estes estrangulamentos sentidos nas freguesias não anulam as suas potencialidades, nem as suas potencialidades fazem esquecer os seus problemas. As excelentes paisagens naturais e as extraordinárias hipóteses de crescimento de turismo rural, podem trazer oportunidades únicas de reabilitação do património vernacular do Vale do Leça.

É no Vale do Leça, núcleo relevante daquele que foi o Concelho ou Terra de Refojos, que se vai centrar este estudo. Para além das questões acima apontadas, importa referir que, tendo em conta o concelho de Santo Tirso, é aqui que encontramos quantidade e qualidade significativa de exemplares de arquitectura vernacular rural. A ruralidade secular do Vale do Leça encontra-se impregnada nas suas terras, mas também ainda no seu povo que, mesmo aquele que não vive da terra, a sente. São meios pequenos, em que toda a gente se conhece, refúgios calmos e sossegados, com baixos índices de poluição, paisagens fantásticas, ressaltando a predominância da cor verde. Estes são alguns dos factores que contribuem na fixação das populações locais, mas que também atraem indivíduos que vivem na cidade e que procuram um retiro em que possam disfrutar de um contacto privilegiado com a natureza.

2.2. O Vale do Leça, as "Casas da Maia" e as "Casas de Paredes"

"(...) a casa popular, e sobretudo a casa rural, é mesmo concebida não apenas como um abrigo, mas sobretudo como um verdadeiro instrumento agrícola que é preciso adaptar às necessidades de exploração da terra, designadamente no que se refere ao seu dimensionamento e à importância e distribuição relativa dos alojamentos das pessoas , dos estábulos e das lojas de arrumação das alfaias e ferramentas de lavoura."[50]

As casas rurais, apesar de construídas como *"instrumento agrícola"*, encontram diferenças por este Portugal fora, que se prendem com motivos como *"movimentos de difusão e influências, componentes sociais e conceitos de família, status económico e profissional, tradição e traços de psicologia de grupo e gosto pessoal, etc."*[51], contribuindo decisivamente para as distinções entre as regiões. Associados a estes factores surgem outros não menos importantes, tais como geografia, clima, economia agrícola, tradições culturais, materiais dominantes, factores humanos e históricos.

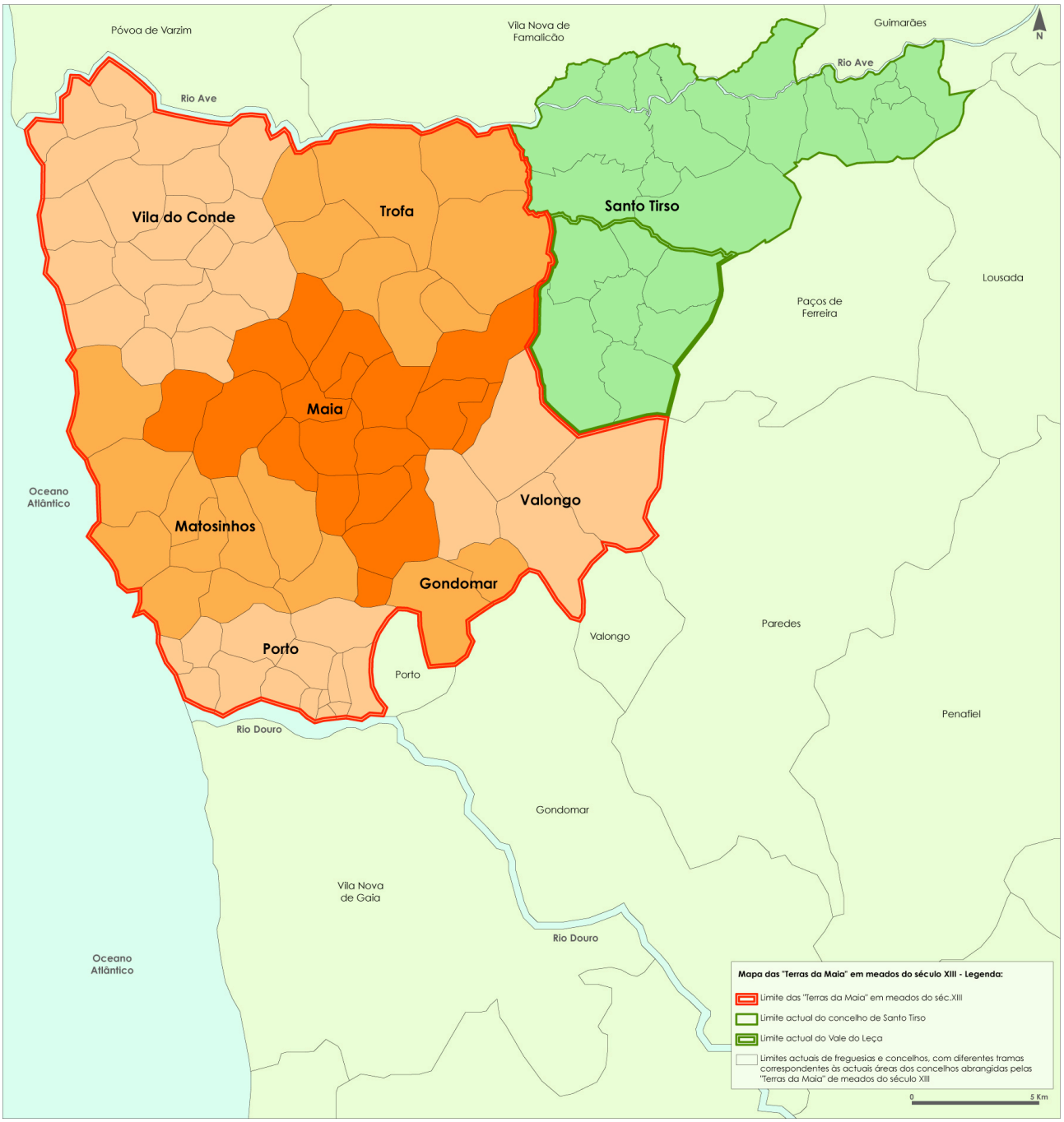
As influências das "Casas da Maia" e das "Casas de Paredes" no Vale do Leça Tirsense são ainda hoje perceptíveis na arquitectura vernacular, especialmente nas casas rurais ou casas de lavoura, as quais se pretende dar mais ênfase neste estudo. Razões histórias de teor territorial e proximidade física são determinantes e ajudam a explicar as influências.

As "Terras da Maia", das quais são oriundas as "Casas da Maia", possuíam limites que nada têm a ver com o actual concelho da Maia. Assim, aquando da concessão de foral ao concelho da Maia, em 15 de Dezembro de 1519, por D. Manuel I, as "Terras da Maia" compreendiam a zona costeira entre Douro e Ave, mais precisamente correspondendo ao somatório da totalidade do concelho da Maia, todo o concelho de Matosinhos, o concelho de Vila do Conde a Sul do Rio Ave, fracção de Santo Tirso, Valongo, Gondomar e Porto[52]. Atendendo ao mapa das "Terras da Maia" (Fig. 31), verifica-se que a fracção de Santo Tirso, corresponde hoje às freguesias do concelho da Trofa. Contudo, a sua influência não deixa de ser notória nas freguesias do Vale do Leça Tirsense (Agrela, Água Longa, Reguenga, Lamelas, Guimarei, Refojos e S. Tiago da Carreira), que pertenciam à "Terra de Refojos", com foral concedido pelo mesmo Rei D. Manuel I anos antes, a 1 de Outubro de 1513, contígua

[50] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.13.
[51] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.14.
[52] Informação no site http://cultura.maiadigital.pt/estorias-e-memorias/estorias/brevissima-historia-da-maia, consultado em 13-07-2011.

às "Terras da Maia". A história une estas duas terras muito antes da atribuição dos *Forais Novos*, acima mencionados. Assim, referindo-se à "Terra de Refojos", existem registos que afirmam que *"Os senhores da grande família dos da Maia, foram aqui governadores, desde o século X. De referir o mais notável de entre eles, o D. Soeiro Mendes da Maia que foi Conde de Santarém após a respectiva conquista, em 1094 por D. Afonso IV de Leão e depois passou a ser o braço direito do Conde D. Henrique, em nome do qual governava a Terra da Maia, de Faria e Refojos."*[53]

Fig. 31 - Mapa das "Terras da Maia" em meados do século XIII



[53] GOMES, Paulino; DA SILVA, João Belmiro Pinto – *Santo Tirso ConVida.* Santo Tirso: Anégia Editores, 1997. p.34.

As "Casas de Paredes" situam-se num território que outrora foi chamado de "Terras de Aguiar de Sousa" (Fig. 32), cujos limites tocam as "Terras da Maia" e a "Terra de Refojos".

As "Terras de Aguiar de Sousa" receberam o chamado Foral Antigo no ano de 1269, pelo fidalgo Estevão Rodrigues, confirmado pelo Rei D. João I, sendo que o Foral Novo data de 1513, atribuído por D. Manuel I. Da sua constituição contavam: *"Freguesias inteiras: Castelões de Cepeda, Madalena, Besteiros, Parada de Todeia, Aguiar de Sousa, Medas, Covelo, Sobrado, Gândara (Cabeça Santa), Astromil, Vila Cova de Carros, Rebordosa, Cristelos, Duas Igrejas, Vilela, Modelos, Figueiras, Sousela, Ordem, Figueiró, Reimonda, Covas, Codeços, S. Pedro Fins de Ferreira, Eiriz, Lamoso, Carvalhosa. Integra parte das freguesias de Urró, Irivo, Sobreira que se repartem com o concelho de Penafiel. Parte da freguesia de Lordelo que se integra também no concelho de Refojos de Riba d'Ave. Parte das freguesias de Lordelo, Arreigada e Meixomil que se integram também na Honra de Frazão. Integra parte de Bitarães e Nevogilde que se repartem com o concelho de Lousada; parte de Mouriz, com a Honra de Baltar, parte de S. Martinho do Campo de Ponte Ferreira com o Couto de Loriz; parte de Vandome, com a Honra de Baltar, parte de Casais com o couto de Ferreira; parte de Sá e Lustosa com o termo de Guimarães (Geog. e Econ.). Figueiró, parte é de Aguiar de Sousa e parte da Honra de Sobrosa (Memória de Figueiró)."*[54]

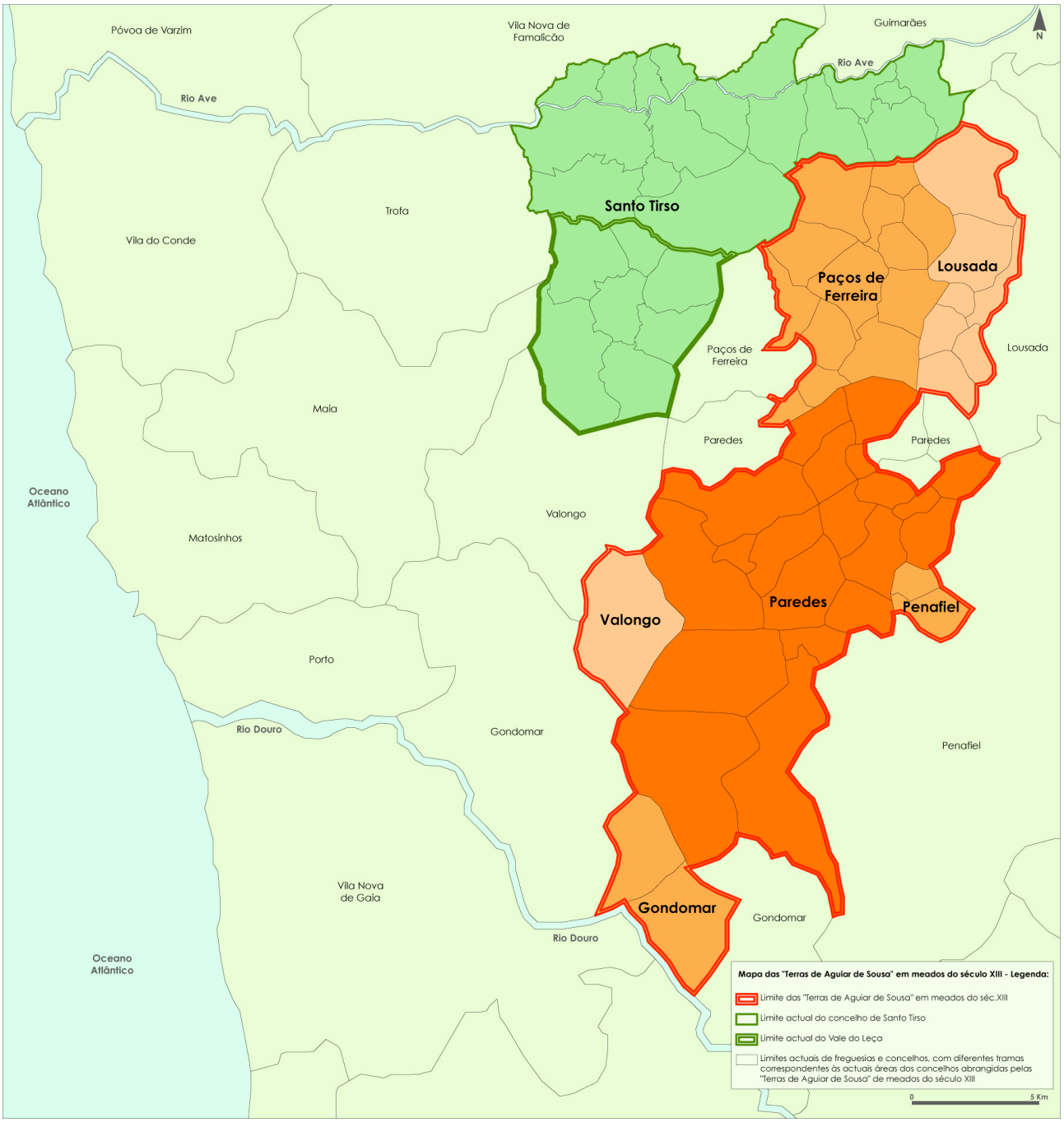
Com a criação do concelho de Paredes em 1836, eram extintas as "Terras de Aguiar de Sousa". Paredes passa a Vila por Alvará Régio de D. Maria II em 1844 e só em 1991 é elevada à categoria de cidade. Hoje conta com 24 freguesias, sendo elas Aguiar de Sousa, Astromil, Baltar, Beire, Besteiros, Bitarães, Castelões de Cepeda (Paredes), Cete, Cristelo, Duas Igrejas, Gandra, Gondalães, Lordelo, Louredo, Madalena, Mouriz, Parada de Todeia, Rebordosa, Recarei, Sobreira, Sobrosa, Vandoma, Vila Cova de Carros e Vilela. Para além da cidade de Paredes, mais três freguesias têm esses estatuto: Lordelo, Rebordosa e Gandra.

Tal como atesta a publicação *"As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património"*[55], o nome deste concelho, Paredes, advém do nome de um lugar. Paredes, que fora apenas um pequeno lugar na freguesia de Castelões de Cepeda, foi ganhando importância e no final do século XVIII possuía já paços de concelho e pelourinho. Se

[54] AAVV – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga, 2009. p.113.
Consultado em PDF, disponibilizado em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11886/1/PORTO%20Livro%20das%20Mem%20Paroq.pdf
[55] AAVV – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga, 2009.
Consultado em PDF, disponibilizado em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11886/1/PORTO%20Livro%20das%20Mem%20Paroq.pdf

inicialmente era Aguiar de Sousa, mais tarde seria o "*Lugar de Paredes, cabeça do concelho de Aguiar de Sousa.*"[56]

Fig. 32 - Mapa das "Terras de Aguiar de Sousa" em meados do século XIII



[56] AAVV – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga, 2009. p.113.
Consultado em PDF, disponibilizado em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11886/1/PORTO%20Livro%20das%20Mem%20Paroq.pdf

2.2.1. Terra de Refojos

A Terra de Refojos, onde se inscrevem as freguesias do Vale do Leça, tal como anteriormente mencionado, foi governada, a par das Terras da Maia, pelos senhores da família dos da Maia, sensivelmente desde o século X.

"Nas Inquirições de D. Afonso II, fala-se no Termo do Castelo de Refoios e nalguns sítios, em Refoios de Monte Córdova, Julgado de Monte Córdova. Ao que parece o Castelo, não passava de uma Torre defensiva. Um documento de 1014, relata um feio judicial que, muito provavelmente derimido nas instalações desta Torre, para onde, segundo os costumes da época, as partes foram convocadas. Seria aí o Centro Administrativo do Julgado de Refojos de Riba d'Ave."[57] Em meados do século XIII, mais precisamente aquando das Inquirições de 1258, a Terra ou Julgado de Refojos era composto por paróquias, vilas e mosteiros, algumas delas já extintas, integrando freguesias vizinhas, outras perdurando até ao dia de hoje. Eram elas: São Paio (Guimarei), Agrela, São Gião ou Julião (Água Longa), São Tiago de Vermoim (Carreira), Santa Maria de Quintã (Reguenga), Santa Ovaia de Lamelas, Mosteiro de São Cristóvão de Refojos, Igreja de São Mamede (Seroa), Vila de Gondezende, freguesia de Penamaior, Igreja de São Martinho de Frazão, São Paio (Virães), São Tiago (Burgães), o Mosteiro de Santo Tirso com o respectivo Couto, São Tomé de Negrelos, Rebordões, Vila de Negrelos, São Salvador do Campo, Santo Isidoro de Negrelos (São Mamede), São Martinho (do Couto de Roriz, Campo), São Paio de Parada (Parada da Castanheira, Lordelo, Paredes), Vila de Samoça, Santa Maria, Vila da Várzea (Couto de Roriz), São Mamede (Negrelos, São Mamede), Mosteiro de Roriz e são Salvador de Monte Córdova. O mapa que se expõe relativamente à Terra de Refojos (Fig. 33), em meados do século XIII, apresenta uma mancha equivalente aos seus limites nesse século, mas com linhas limítrofes de freguesias e concelhos na actualidade. Esta opção reflecte a tentativa de perceber hoje a que correspondeu a Terra de Refojos.

"Por 1369 já o concelho do Porto contava no seu termo com os Julgados de Bouças, Gondomar, Massarelos, Maia, Refojos de Riba d'Ave, Aguiar de Sousa e Penafiel."[58] A 1 de Outubro de 1513, a Terra de Refojos recebe o Foral Novo, no qual é referido "Reguenga com os principais lugares, Souto Longo (Lamelas) com casais repartidos ainda por Guimarei, Refojos, Negrelos, Burgães e Monte Córdova. Refere-se

---

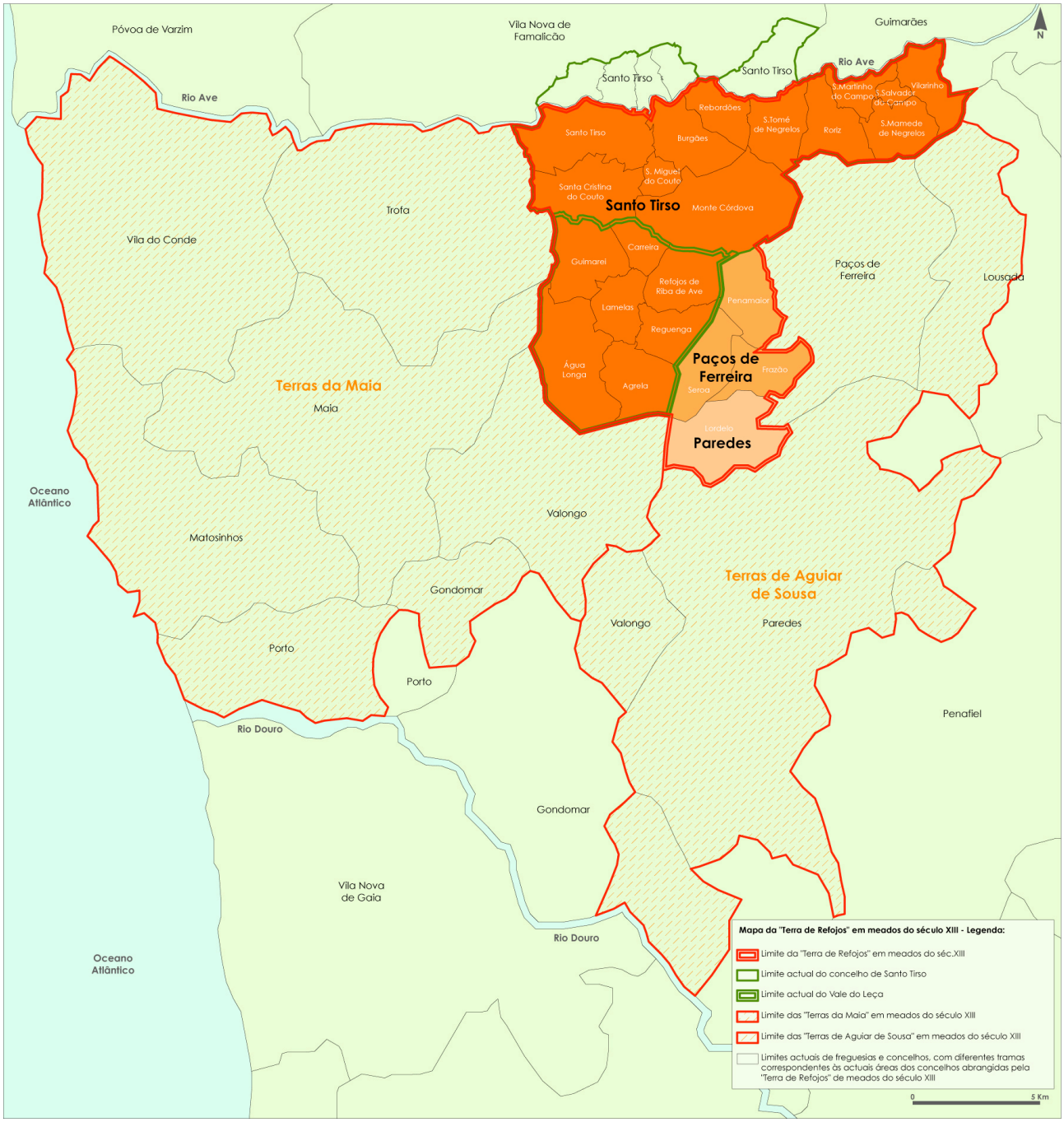
[57] GOMES, Paulino; DA SILVA, João Belmiro Pinto – *Santo Tirso ConVida*. Santo Tirso: Anégia Editores, 1997. p.34.

[58] AAVV – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga, 2009. p.39.
Consultado em PDF, disponibilizado em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11886/1/PORTO%20Livro%20das%20Mem%20Paroq.pdf

a seguir a Sangiam (São Julião de Água Longa), Agrela e Parada de Castanheira (actualmente na freguesia de Lordelo, Paredes)."59

Só no final do século XIX, o então Concelho de Refojos deixa de existir, passando a integrar-se no Concelho de Santo Tirso. Contudo, nem todas as paróquias se integraram neste concelho, umas incorporaram-se nos vizinhos Concelhos de Famalicão, Guimarães, Paços de Ferreira e Paredes. Ainda assim, ao Concelho de Santo Tirso juntaram-se algumas paróquias da Maia e Vermoim. O Julgado de Santo Tirso data de 1835, por Decreto de D. Maria II, em 1840 torna-se Comarca, a primeira Câmara de Santo Tirso é oficialmente empossada em 1843 e recebe honras de Vila em 1863.

Fig. 33 - Mapa da "Terra de Refojos" em meados do século XIII



[59] GOMES, Paulino; DA SILVA, João Belmiro Pinto – *Santo Tirso ConVida.* Santo Tirso: Anégia Editores, 1997. p.35.

2.2.2. "Terra de Refojos", "Terras da Maia" e "Terras de Aguiar de Sousa" no Noroeste Peninsular

A "Terra de Refojos", as "Terras da Maia" e as "Terras de Aguiar de Sousa", encontram-se inseridas no Noroeste Peninsular, limitadas a Oeste pelo Oceano Atlântico, a Norte pelo Rio Ave, a Este por alguns conjuntos montanhosos com altitude superior a 400 metros de altitude, como a Serra de Campelos, Serra de Santiago, Serra de Santo Antoninho e Serra do Castiçal, e a Sul pelo Rio Douro. Os limites entre estas terras mantiveram-se até ao século XIX, altura em que foram divididas por concelhos que não diferiram muito nas suas zonas limítrofes, salvo excepções de umas ou outras freguesias que se associaram a concelhos próximos não integrados nas referidas terras.

Após um trabalho feito sobre os mapas e descrições apresentadas no Volume I da *"Arquitectura Popular em Portugal"* obtém-se uma caracterização com aproximação à zona abrangida por estas três terras, que aqui se opta por apelidar de Terras entre Ave e Douro (TAD, abreviatura que facilita a descrição).

As TAD confirmam a caracterização da *"Arquitectura Popular em Portugal"* que referem que *"grande é o número de rios que retalham o solo. Espaçados a intervalos curtos e regulares, dispostos paralelamente entre si, numa dominante perpendicular, ainda que um pouco inclinada, a linha da costa"*[60]. Tal como acima mencionado, no que concerne à hidrografia (Fig. 34), as TAD encontram-se limitadas a Norte e a Sul, respectivamente, pelos Rios Ave e Douro. O Rio Douro nasce em Espanha, na Sierra de Urbión, passa pelas províncias espanholas de Valladolid e Zamora antes de entrar em território português. Junto ao Rio Douro encontramos cidades como Miranda do Douro, Vila Nova de Foz Côa, Lamego, Peso da Régua, Vila Nova de Gaia e Porto, sendo entre estas duas últimas cidades que desagua no Atlântico. Já o Rio Ave nasce e desagua em Portugal, respectivamente em Serra da Cabreira (Vieira do Minho) e Vila do Conde. Atravessa os concelhos de Póvoa de Lanhoso, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso e Trofa. As TAD são trespassadas por outros três importantes rios: o Rio Leça, que nasce em Monte Córdova, Santo Tirso, passa por Refojos, Lamelas, Reguenga, Água Longa, Alfena, Ermesinde e Maia, desaguando no porto de Leixões; o Rio Ferreira, com nascente em Paços de Ferreira, atravessa Frazão, Arreigada, Modelos, Lordelo, Rebordosa, Sobrado e Campo, e desagua na Foz do Sousa, já em Gondomar; o Rio Sousa, tem nascente em Friande, Felgueiras, atravessando no seu trajecto os concelhos de Felgueiras, Lousada, Penafiel, Paredes e Gondomar,

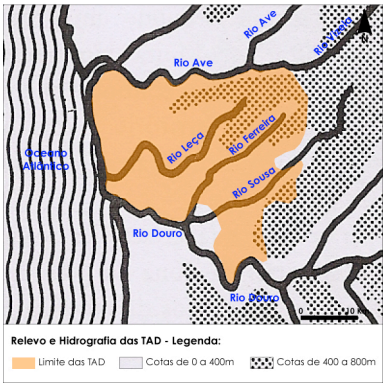


Fig. 34 - Relevo e Hidrografia das TAD

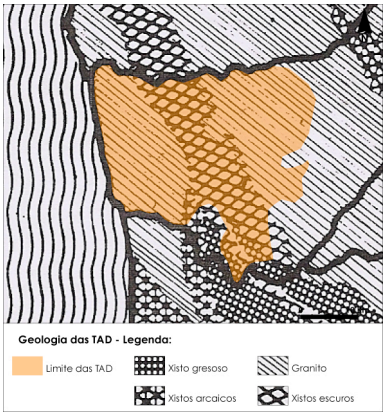


Fig. 35 - Geologia das TAD

[60] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.14.

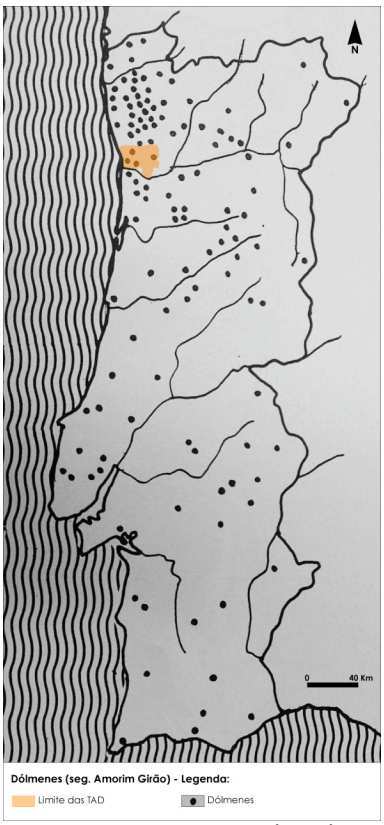


Fig. 36 - Carta pré-histórica. Dólmenes (seg. Amorim Girão)

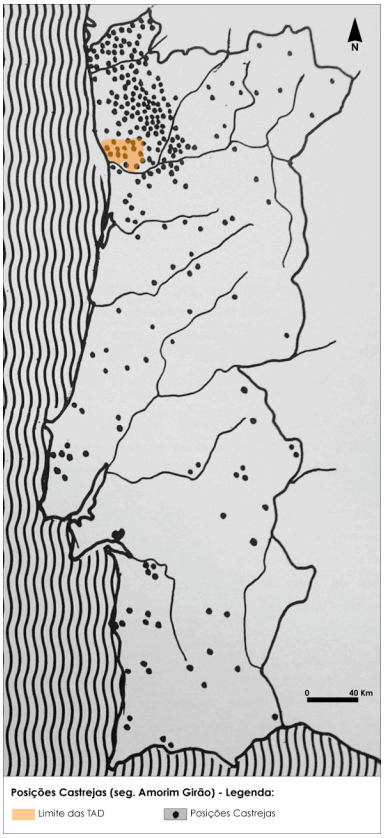


Fig. 37 - Carta pré-histórica. Posições Castrejas (seg. Amorim Girão)

onde desagua na Foz do Sousa, tal como o Rio Ferreira. De facto, juntamente com os afluentes, *"todos estes rios retalham o território numa malha apertada de cursos de água"*[61].

Relativamente ao relevo, através do mapa constata-se que, tal como anteriormente mencionado, as TAD são limitadas a Este por conjuntos montanhosos, sendo que mais a norte estes penetram o território, formando vales, dos quais surgem os já referidos Rio Leça e Rio Ferreira. De destacar, a predominância do solo granítico, contudo *"a serra de Valongo, de constituição diferente, intercala-se como relevo destacado das aflorações xistosas"*[62], e assim, *"esta faixa xistosa intercepta de travez numa linha Noroeste-Sudeste"*[63] (Fig. 35).

À caracterização desta zona é indispensável *"juntar-se a acção do Oceano vizinho, condicionante do clima, do revestimento vegetal e até de grande parte das vicissitudes dos ocupantes"*[64]. O Oceano Atlântico tem papel preponderante na moderação do clima, apresentando-se este como *"húmido e regular. Pelo menos nas montanhas que enfrentam o Atlântico, atingem-se índices elevados de pluviosidade, que vão decrescendo à medida que baixa a altitude. De qualquer modo, a pluviosidade elevada, a humidade, a variação relativamente reduzida das temperaturas, quer durante o ano, quer durante o dia, aliadas às frequências e intensidades dos ventos dominantes, conferem um enquadramento climático benigno, tendo em conta o panorama geral da Península e até do País."*[65] Estas características sempre incitaram à fixação dos povos nesta zona, onde se inserem as TAD. Deste modo, aqui se encontra uma concentração e densidade de vestígios pré-históricos de maior registo quando comparada com o restante território nacional, tal como atestam os mapas relativos a localização de Dólmenes (Fig. 36) e Posições Castrejas (Fig.37).

A ocupação romana vem definir os aspectos base para uma civilização em vários sectores, como o social, político, económico e mesmo administrativo. Braga era o principal pólo no Noroeste Peninsular, o que vem a ser comprovado pelo Esquema das Estradas Romanas (Fig. 38), verificando-se que por ela passavam as principais estradas da zona, ligando a Astorga, Chaves e Porto, esta última cidade também de grande importância devido às comunicações marítimas. O mapa mostra que as TAD eram atravessadas por uma

[61] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.14.
[62] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.14.
[63] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.15.
[64] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.15.
[65] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.15.

importante artéria romana: a Estrada Braga-Porto, estrada determinante ao longo dos séculos no desenvolvimento desta região.

Em rápida passagem por acontecimentos determinantes na História, apareceram épocas marcadas pelas invasões do Vândalos, Suevos e Alanos, difusão do Cristianismo, passagem da hegemonia europeia de Roma para Bizâncio, a reconquista face aos Mouros e formação do Reino de Portugal, as seguintes lutas por assegurar a soberania e independência de Portugal, a Era dos Descobrimentos, iniciada no século XV, em que se assistiu a um rápido enriquecimento do país, a um acentuado crescimento demográfico e elevado acréscimo de actividade construtiva, especialmente nos séculos XVII e XVIII. Começa-se, no entanto, aqui a deslindar o carácter da região, que se sobrepõe *"de maneira definitiva, e assiste-se, então, mesmo pela mão de arquitectos estrangeiros, os florescimento duma arte própria, com características locais. A qualidade da pedra, o gosto pelas proporções pesadas, densas e gordas, conferem às obras, particularmente às populares que são muitas, o carácter duma forma e expressão enraizada, tipicamente regional. (...) Assiste-se à proliferação de construções de toda a espécie. Desde o santuário isolado, no alto do monte, até à igreja matriz, da casa de lavoura ao solar fidalgo."*[66]

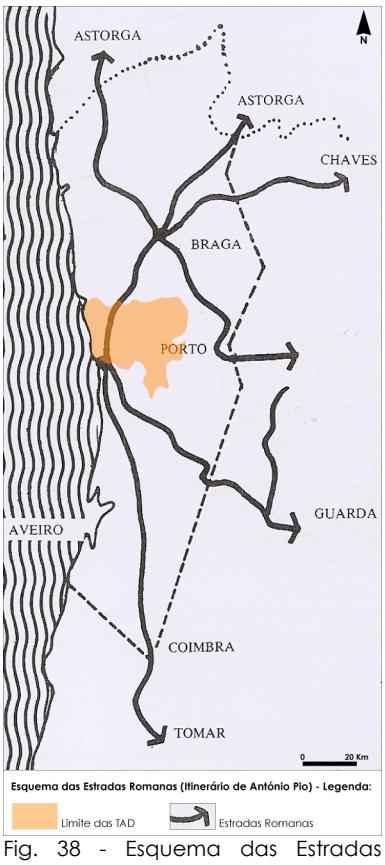


Fig. 38 - Esquema das Estradas Romanas (Itinerário de António Pio)

O crescimento mais ou menos desordenado, que se percebia nos pequenos burgos, já não era aceitável em finais do século XVIII para cidades como o Porto ou Lisboa. *"Com a reconstrução da parte de Lisboa destruída pelo terramoto de 1755, criaram-se, pela força das circunstâncias, normas de traçado de ruas, praças e edificação marginal, ajustadas não só às exigências de momento como às necessidades potenciais. À sinuosa rua de perfil variado, consoante o acaso, substitui-se a artéria rectilínea, calibrada e com construções de modelo e cércea determinada. O êxito de tal doutrina fez importar para o Porto o sistema provado, e assim se projectaram e rasgaram no velho tecido da cidade as ruas que iriam libertá-la da asfixia."*[67]

As áreas com maior carácter rural e mais afastadas dos centros urbanos não passaram, nem se justificaria provavelmente, por este processo organizador. Assim, as construções como que aparecem determinadas pela densidade da população, que definem tipos de povoamento, e cujo tipo de cultivo é também fulcral, nos mais diversos aspectos, como se verificará mais adiante, na arquitectura vernacular rural, especialmente nas casas de lavoura.



Fig. 39 - Tipos de Culturas Agrícolas das TAD

O mapa de Tipos de Culturas Agrícolas (Fig. 39) é bastante esclarecedor relativamente à predominância do milho sobre outras

[66] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.27.
[67] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.27,28.

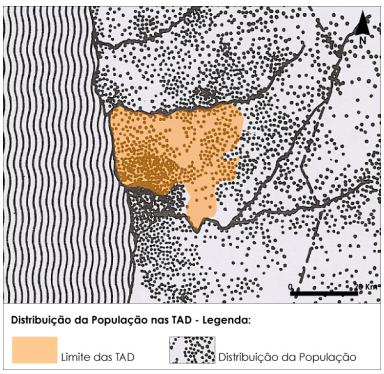


Fig. 40 - Distribuição da População nas TAD

culturas, sendo que as próprias TAD vêm a sua zona ser preenchida com a trama correspondente a este cereal. Contudo, ainda assim, aparecem dois pontos em que surgem culturas de montanha, precisamente pela sua localização nos lugares de maior altitude das TAD. De referir, que, no entanto, o trigo aparece *"um pouco por toda a parte, mas, como forçosamente tem de ser, nos terrenos muito húmidos, férteis e calcários."*[68]

A representação da distribuição da população é muito clara, mostrando que a cidade do Porto é de facto o pólo de maior atracção, sendo evidente *"o aumento da densidade populacional, à medida que se aproxima do seu centro."*[69] No entanto, à medida em que o afastamento ao Porto vai crescendo, decresce a densidade populacional, dando origem a diferenciações no que concerne a tipos de povoamento. Verificando o mapa da Distribuição da População nas TAD (Fig. 40), é perceptível essa maior densidade junto ao Porto, que vai reduzindo à medida que se caminha para o interior. Assim, verifica-se uma densidade maior junto dos rios, especialmente do Douro, mas também junto do Rio Ave, apesar de não ser tão alta. A proximidade às zonas de maior altitude das TAD, dita uma menor densidade populacional, bem como em áreas interiores onde se insere o Vale do Leça.

A anterior análise relativamente à distribuição da população deixa antever os Tipos de Povoamento nas TAD (Fig. 41). Deste modo, contrariamente às áreas de povoamento altamente condensado do Porto, a zona costeira a norte desta cidade, bem como mais para o interior, encontra-se dispersão em pequenos núcleos. Caminhando ainda mais para o interior, para Este, verifica-se uma grande mancha em que a disseminação é quase completa, e mais uma vez o Vale do Leça reflecte esse baixa densidade populacional.

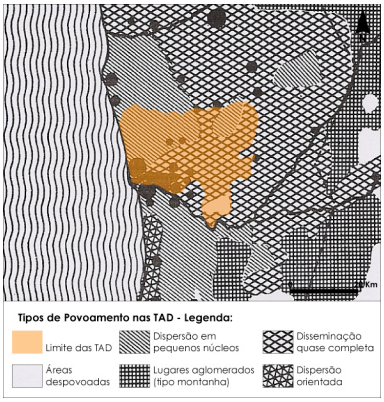


Fig. 41 - Tipos de Povoamento nas TAD

Tendo em conta as acima mencionadas elações relativas às distribuição da população e aos tipos de povoamento, e continuando a ter por base as descrições efectuadas em *"Arquitectura Popular em Portugal"*, procede-se agora a uma aproximação às áreas em que se assiste a dispersão em pequenos núcleos, ou povoamentos concentrados, e a disseminação quase completa, ou povoamentos disseminados. Estas características de povoamento são resultado da sua inserção em zonas predominantemente rurais e em que o trabalho na lavoura é ainda hoje perceptível, bem como as marcas deixadas na arquitectura vernacular rural, particularmente nas casas de lavoura, que tanto interessam a este estudo.

[68] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.30.
[69] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.30.

O tipo de povoamento em que existe dispersão em pequenos núcleos, ou povoamentos concentrados, implantam-se *"nesta ou naquela encosta, onde a fonte e o riacho acodem as necessidades do ser vivo, onde o solo é propício à rompida das leiras, que hão-de dar o sustento, e a injunção dos caminhos que dos vales ascendem à serrania se faz, logo se estabelece o ser humano. Laborioso, erguendo represas e socalcos, abatendo o pinhal ou o souto indesejável, afeiçoa a terra à medida das suas necessidades; e porque o lugar é acanhado, segregado ou rodeado de acidentes, de toda a espécie, as casas aproximam-se e encostam-se, embora livremente, consoante as contingências. (...) Quanto à organização interna, as casas dispõem-se de face para o caminho, empredrando-o dando assim nascença à rua. Apesar da descontinuidade e do espaço folgado em que se implantam, já se verificam as normas do burgo embrionário. A porta da rua, donde arranca a escada interior para o andar, ou então a solução exposta, pondo em contacto directo a residência com o terreno público. O acesso faz-se assim directamente para a rua, nuns casos, e noutros, as casas recuam o seu alinhamento, interpondo um pequeno terreiro que o muro baixo não esconde do vizinho que transita."*[70]

O povoamento disseminado *"caracteriza-se, em oposição às demais formas de ocupação humana do território, pela fixação do lavrador e da sua família junto das terras que trabalha. Tendo em conta o intenso retalhado do solo, o tecido rural apresenta-se-nos salpicado de propriedades de todo o tamanho, a que os serpenteados caminhos vicinais dão a necessária coesão. À margem destes, mas cravados no seu próprio agro, despontam as casas de lavrador, que se constituem como organismos unifamiliares e auto-suficientes, compostas pela moradia e as construções anexas, erguidas consoante as necessidades."*[71] As casas de lavoura são, então, *"livres das sujeições habituais dos povoados, procuram a implantação ideal que a experiência e o gosto do rústico mestre pedreiro, concertado com o lavrador, aconselham como mais favorável. Protegem-se das chuvas de Sudoeste e oferecem ao Sol as faces mais vivas e abertas, deixando para o caminho público a ilharga do coberto, ou a fachada da casa devastada pelas intempéries, onde se destacam as minúsculas janelas dos quartos e o largo portão de acesso ao quinteiro. O pátio ou eido, vedado à volta pelo conjunto de que se compõem estes organismos, é uma autêntica sala ao ar livre. Por ela se tem acesso a tudo e para ela dão todas as portas. A moradia, cabeça da composição, estende-se num único*

[70] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.34.
[71] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.45.

piso, sobrado, por cima das lojas. Nestas se instalam o lagar, a tulha e as cortes dos animais. Prolongando-se pelos outros lados do terreiro, elevam-se, num ou dois pavimentos, os cobertos vários e o sequeiro, onde se guarda e expõe ao Sol o milho, o feijão e todos os produtos da terra que precisam de abrigo e ar renovado. A continuidade dos telhados, estendendo-se em baixa pendente, vêm rematar os tectos de folhagem das ramadas circundantes, abraçam o conjunto e dão-lhe um ar aninhado, imerso na paisagem.[72] Vários são os exemplos que correspondem a estas características, mas ainda assim deve ressalvar-se que algumas casas e determinadas ocupações territoriais não apresentam à letra as caracterizações acima transcritas.

Após esta importante inserção das TAD no Noroeste Peninsular, bem como a sua caracterização e enquadramento, pretende-se no subcapítulo seguinte encontrar o tipo de Casa de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, mas não sem antes perceber as casas-tipo que se encontram nas TAD, mais precisamente as "Casas da Maia" e as "Casas de Paredes". Estas casas estão já estudadas por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, em *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, estudo no qual me basearei e do qual se pretende perceber possíveis influências, já que as Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense se encontram territorialmente entre estas duas casas-tipo.

[72] ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. p.46.

2.2.3. As "Casas da Maia"

As "Casas da Maia" correspondem a uma tipologia de casa que se encontra a norte da cidade do Porto, mais concretamente desde a zona costeira até a nascente da estrada que liga o Porto a Braga. Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, como anteriormente referido, em *Arquitectura Tradicional Portuguesa,* agruparam estas casas por subtipos, que designaram por A, A' e B.

Assim, as casas de tipo A (Fig. 42), que definem como sendo as mais simples, "*exteriormente apresentam-se como casas de planta rectangular com telhado a três águas, às quais se tivessem acrescentado dois cubículos nas extremidades da fachada onde se abrem as suas duas portas, que é a lateral; a construção é porém feita de uma só vez, não se notando nas paredes sinais de cunhais que revelem qualquer acrescento. O cume do telhado corre a meio do corpo principal da casa e a água do lado dos cubículos desce de modo a cobri-los, formando entre eles um alpendre; daqui resulta a linha quebrada do beiral sobre a rua, que é um traço característico visível deste tipo.*"[73]

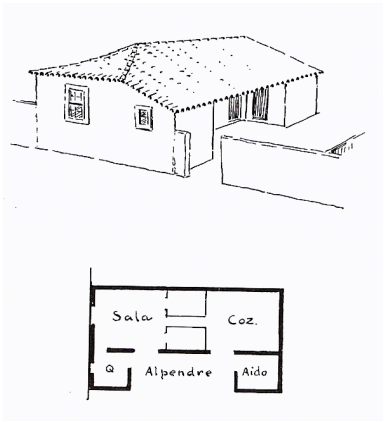


Fig. 42 - "Casas da Maia" do tipo A, perspectiva da rua e planta

As casas do tipo A' (Fig. 43) são precisamente iguais, inclusivamente no que diz respeito à organização interior, tal como se pode verificar nas figuras, excepção feita ao telhado. Deste modo, enquanto nas casas de tipo A "*a mesma água cobre os cubículos e o alpendre, nestas o telhado tem uma ala lateral que cobre o cubículo que faz de quarto. A água do telhado que desce a cobrir o alpendre e o outro cubículo, apoia-se no cunhal do quarto, na devida altura abaixo do beiral. A face da casa virada para a rua, e onde se abrem as três janelas da sala e do quarto, fica pois com o beiral direito.*"[74]

As casas de tipo B (Fig. 44) apresentam duas características importantes que faz com que se distingam das casas de tipo A e A', logo numa primeira aproximação. São casas de "*rés-do-chão e andar, com dois corpos formando um L de braços desiguais; o corpo principal é coberto por um telhado de quatro águas, que se ramifica numa ala lateral mais baixa cobrindo o corpo menor.*"[75] Como seria de esperar, a introdução de um piso e o abandono da planta rectangular para uma planta em L, dão origem a ouras diferenciações, especialmente pela introdução do elemento escada. "*Encostada ao lado interno do primeiro* [do corpo principal], *sobe uma escada de pedra com um patamar no alto; escada e patamar são cobertos por um alpendre formado pelo prolongamento do telhado (às vezes,*

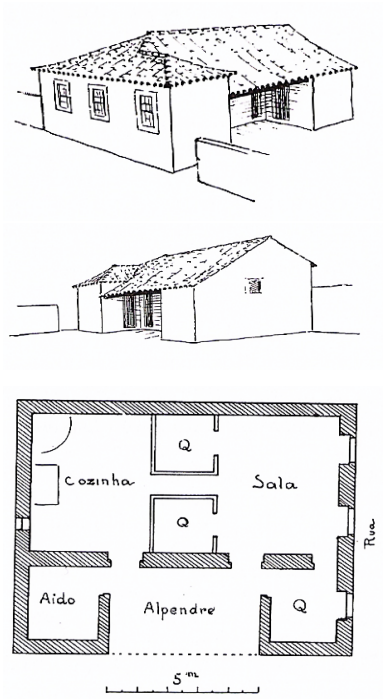


Fig. 43 - "Casas da Maia" do tipo A', perspectiva da rua, perspectiva do pátio e planta

[73] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.63,64.
[74] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.65,66.
[75] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.66.

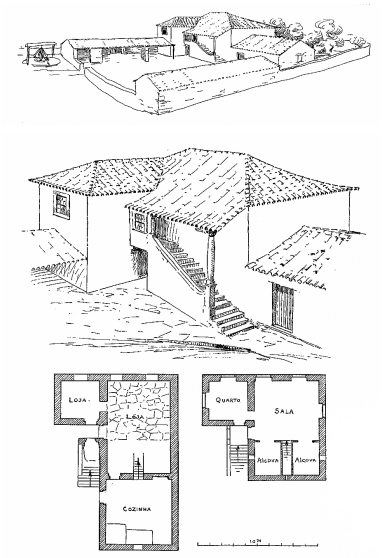


Fig. 44 - "Casas da Maia" de tipo B, perspectiva de conjunto, perspectiva do pátio e plantas

raramente, o coberto é independente)."[76] As semelhanças entre os tipos aparecem essencialmente na organização anterior, deste modo, *"tal como sucede nas casas dos tipos anteriores, para a sala abrem também as portas das duas alcovas e a da escada estreita que desce para a cozinha, contígua ao corpo da casa. O rés-do-chão é ocupado apenas por lojas, para as quais se entra pelo vão situado por baixo do patamar da escada"*[77], como se pode verificar pelas figuras. *"A cozinha, no rés-do-chão e fora do corpo da casa, mas a ele ligado, com telhado a duas águas sem chaminé, não se distingue das cozinhas dos tipos A e A'. O chão é de terra. A um canto o forno e logo a seguir o lar, com a borralheira para a cinza (...) Estas casas situam-se sempre à face da rua, correspondendo-lhes um terreiro maior ou menor, e um quintal ou cortinha. A fachada em L, onde se encontra a escadaria de pedra, dá para esse terreiro"*[78]. De referir que em todas estas casas e tipos é notória a ausência do elemento chaminé.

É frequente encontrar casas destes tipo nas "Terras da Maia", contudo aparecem também regularmente casas que combinam características dos diferentes tipos, como aliás se percebe pelas figuras. Associadas à lavoura, ainda que não em grande escala, estariam as casas de tipo B e suas derivações, já que se deslinda aqui uma clara separação entre a habitação, no piso superior, e as zonas de trabalho, com as lojas, dependências agrícolas e cozinha, no rés-do-chão, em continuidade e permanente ligação ao terreiro. Para este aparecem voltados, em algumas casas, anexos laterais, alpendres, destinados a actividades agrícolas e pequenas criações de animais. A planta da casa assume, assim, por vezes, não um L, mas um U, encerrado na face sem construção por muro. Esta última configuração aproxima-se do tipo de casa que no subcapítulo seguinte se caracterizará: as Casas de pátio fechado do concelho de Paredes, aqui, por simplificação, chamadas de "Casas de Paredes".

[76] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.66,67.
[77] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.67.
[78] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.69,71.

2.2.4. As "Casas de Paredes"

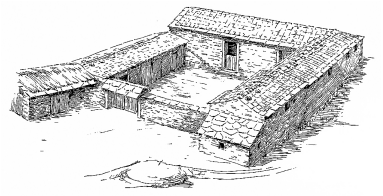


Fig. 45 - "Casas de Paredes", perspectiva geral

As casas de lavoura, como se anteriormente referiu relativamente ao tipo B das "Casas da Maia", e como se verificará em relação às "Casas de Paredes" (Fig. 45), em outras áreas do país também, possuem um terreiro ou pátio, fechado pela construção ou por muros. O pátio, e continuando a beber informação de *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, traz várias vantagens às casas de lavoura "*quer como retiro ou recreio de gado sob a vigilância directa da gente da casa, quer como preparação de estrumes, pela trituração a que os animais submetem o mato. A segunda modalidade, porém, mostra um claro desejo de isolamento, quase de defesa. A casa, na verdade, com todas as suas dependências, forma um todo vedado ao acesso e até à vista de estranhos.*"[79]

As referidas "Casas de Paredes" situadas nas encostas juntos ao Rio Sousa, onde é de notar a existência de xisto, encontram-se junto de campos bons para o cultivo de milho no Verão e bons lameiro no Inverno. Tratam-se de casas inseridas em zonas rurais pobres, com casas integradas na paisagem, em que, à excepção de lavradores de posses, a utilização do xisto é bem visível, bem como até há poucos anos as construções eram cobertas por telhados em colmo. Sendo estas construções feitas quase exclusivamente pelas pessoas que as habitam, os diferentes compartimentos e sucessivos anexos foram-se erguendo à medida das necessidades.

Num primeiro exemplo colocado por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, como se verificará nas figuras, encontramos uma habitação em U, sendo que "*os edifícios ocupam três lado do pátio quadrangular (quinteiro), sendo o quarto um muro de cerca de 2,30 m de altura, onde se abre a porta-fronha, com o seu coberto a duas águas. Em frente à porta, portanto ao fundo do pátio, estão a cozinha, a sala e dois quartos. À direita, um quarto e o sobrado com varanda, de construção recente, sob o qual ficam as cortes. À esquerda, mais quatro cortes. Fora deste bloco fechado, construíram um casinhoto para o tear e um coberto ou beiral para o carro e alfaias; uma barraca de colmo, a duas águas, de carácter permanente, guarda as palhas. As paredes são de lascas de xisto (pedra), com uns 60 a 65 cm de espessura, tendo-se escolhido, para os cunhais, pedras maiores e mais duras; não são ligadas com qualquer argamassa (...). As tranqueiras (ombreiras) são prumos de xisto, rudemente afeiçoados, que vão das soleiras às padieiras de madeira. Sobre as paredes pousam placas de lousa (algerozes), no jeito de um capeado largo. É sobre este capeado que escorrem as*

[79] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.103.

telhas do telhado. O cume, de telha caleira, é seguro contra o vento por meio de arames que sustentam em cada ponta um pedaço de xisto pousado na pendente do telhado; a cada par de pedras com o seu arame chamam um cavalete. A armação do telhado não difere da que é usada por toda a região, e a nomenclatura das peças é, do mesmo modo, quase igual: cumieira, trave para a tesoura (linha), pendural, fechal, barrotes (ou caibros) e ripas."[80]

À semelhança do que acontece em outras casas do Noroeste português, a cozinha, em oposição à sala, é um compartimento fundamental na vida da casa, pois é "*onde decorre a vida diária, é negra e baixa (as paredes têm 2,20 m de altura), de telha-vã, sem chaminé e sem janela. À esquerda da porta, cuja metade superior serve de janela, ficam a lareira e o forno; esta parte é lajeada enquanto que a outra é soalhada. O forno encontra-se a um canto e é construído de pequenas lascas de xisto e barro; apenas a boca é feita de granito. (...) A sala, que é separada da cozinha por um tapamento de madeira, é, como todos os demais compartimentos, soalhada e forrada, e de paredes argamassadas e caiadas."*[81]

Tal como se referiu para outras casas-tipo, as casas vão apresentando variações, contudo importa reter características-tipo, se assim se pode chamar, que definem as "Casas de Paredes". O pátio ou quinteiro é, de facto, elemento central e denominador comum. "*A entrada para esse quinteiro faz-se pela larga porta-fronha; apesar porém da nítida tendência para o isolamento do conjunto fechado, é raro ser só ela a dar-lhe acesso. Acontece com frequência haver outra porta de carro, quando as circunstâncias indiquem a sua conveniência, e é rara a casa sem porta pequena para a horta, aberta na cozinha ou em qualquer outro compartimento. A porta-fronha é alpendrada se se abre num simples muro ou se dá directamente para o beiral. Em casas maiores, construídas em terreno inclinado, ela dá para um espaço coberto pela própria casa, a que se segue o quinteiro. Este está recoberto de mato e para ele soltam o gado, em grande promiscuidade com as pessoas."*[82]

Quase todas estas casas possuem uma eira que "*fica perto de casa, mas fora do bloco fechado, tendo junto a casa de eira, de um ou dois pisos. (...) Embora seja natural que alguns destes conjuntos tenham sido construídos duma só vez, a impressão que causam é que os elementos que o constituem foram erigidos sucessivamente, a seguir a uma construção inicial mais reduzida. Na verdade, esses*

---

[80] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.103-106.
[81] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.106.
[82] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.111.

edifícios funcionam mais como se fossem peças que se juntaram do que partes integradas num todo preconcebido."[83]

De facto, as "Casas de Paredes", apesar de integradas em meio rural pobre, possuem inúmeros aspectos semelhantes às casas de lavoura dos concelhos vizinhos, especialmente no que diz respeito à organização espacial e programática, já que "*o mesmo factor psicológico e tradicional conduz à sua construção. Mas enquanto que aquelas se caracterizam pela solidez e conforto que lhes dá a abastança, estas são construídas com a penúria de materiais e recursos duma terra muito pobre e até há pouco isolada."*[84]

[83] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.109.
[84] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.111.



Capítulo III

As Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense



Fig. 46 - Casa de Lavoura VLT em ruína



Fig. 47 - Casa de Lavoura VLT em ruína

3.1. Enquadramento

A Casa de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, tal como indica o próprio nome, situa-se na zona do Vale do Leça, a sul, no concelho de Santo Tirso, composta pelas freguesias de Agrela, Água Longa, Reguenga, Lamelas, Guimarei, Refojos e S. Tiago da Carreira. Resumidamente recapitulando, falamos de freguesias com um carácter ainda marcadamente rural, nas quais podemos encontrar inúmeras construções vernaculares rurais, umas ainda com o seu uso original preservado, outras com novo programa e ainda outras que estão ao abandono ou em ruína, como se poderá verificar ao longo deste subcapítulo.

O Vale do Leça, outrora núcleo importante daquela que foi a Terra de Refojos, situou-se entre Terras da Maia e Terras de Aguiar de Sousa, daí que surjam com alguma naturalidade influências arquitectónicas mútuas das "Casas da Maia" e das "Casas de Paredes" que se explicarão seguidamente. Aquelas a que aqui se optou por chamar Terras entre Ave e Douro, TAD, inserem-se no Noroeste Peninsular, área do território nacional com características particulares, como se percebeu anteriormente, aquando da sua caracterização a níveis como o hidrográfico, geomorfológico, climatológico, histórico ou de tipologia de culturas, distribuição populacional e tipologia de povoamento.

As Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, a partir daqui abreviadamente designadas de Casas de Lavoura VLT, reúnem inúmeras características descritas por Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, em *Arquitectura Tradicional Portuguesa,* no subcapítulo *Zona Atlântica*, do qual me socorrerei para determinar e caracterizar esta casa-tipo.

Importa ainda esclarecer que a partir daqui, quando há referência às "Casas da Maia", se refere sempre às "Casas da Maia" de tipo B. As Casas de Lavoura VLT em estudo serão a Casa D'Aldeia, em Guimarei e a 1,4 Km da Estrada Nacional 105 (Santo Tirso - Porto), a Casa do Barreiro, em Guimarei e a 1,3 Km da N105, a Casa da Estirada, também em Guimarei e a 1,2 Km da N105, e a Quinta de Merouços, na freguesia da Reguenga e a 2,7 Km da N105.

Interessa salvaguardar, um pouco à semelhança do que fizeram Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, em *Arquitectura Tradicional Portuguesa,* em introdução ao capítulo dedicado às Casas da Maia [85], que a insuficiência ou mesmo inexistência de dados documentais não permite referências precisas à questão cronológica, daí que um dos principais objectivos desta

[85] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.62,63.

dissertação seja efectivar um contributo para a definição da tipologia das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, com base em relações maioritariamente de carácter morfológico. Assim, procura-se definir esta tipologia, identificando um conjunto de características comuns, que têm por base uma mesma concepção arquitectónica, numa área do território do concelho de Santo Tirso perfeitamente reconhecida: o Vale do Leça.

Saliente-se e deixe-se a reserva de que esta definição de tipologia, tem por base a identificação de características que poderão ser, ou não, comuns a outras tipologias existentes quer no norte, quer em outras zonas do país, e que não aparecem aqui mencionadas.



Fig. 48 - Casa D'Aldeia, envolvida pelos terrenos de cultivo



Fig. 49 - Casa D'Aldeia, portal de acesso à face de caminho público



Fig. 50 - Casa D'Aldeia, portal de entrada principal

3.2. Casos de estudo

As Casas de Lavoura VLT, à semelhança do que acontece com as "Casas da Maia" e com as "Casas de Paredes", encontram-se isoladas, envolvidas pelos terrenos de cultivo (Fig. 48), encerradas em volta do pátio, mantendo contacto com o exterior, ao nível do rés-do-chão, apenas através do portal, ou portais. É o portal de entrada principal, que garante o acesso à casa, a partir do caminho público ou privado (Fig. 49). Este é rasgado na fachada principal (Fig. 50) ou muro alto, que se encontram sempre à face do caminho. Quando existem outros portais, geralmente de tardoz, estes permitem a passagem e permanente ligação com os referidos terrenos. As janelas voltadas para o exterior do complexo fechado, apenas se abrem ao nível do piso superior, excepção feita às "Casas da Maia" que ainda abrem para a rua, ao nível do rés-do-chão, pequenas frestas horizontais para ventilação e iluminação das lojas.

Os portais possuem a altura do piso do rés-do-chão, são vãos largos de modo a permitir a passagem de carros e, tanto a sua dimensão, como o seu posicionamento são características que marcam o ponto de entrada. É a partir do portal que se acede ao pátio e deste se acede a todos os compartimentos: da habitação, cortes e alpendres. Esta entrada, ora é feita directamente para o pátio, ora existe espaço de passagem coberto, pela própria habitação ou por alpendre, e só depois se acede ao pátio. A primeira situação acontece caracteristicamente nas "Casas de Paredes". A segunda verifica-se nas "Casas da Maia" e nas Casas de Lavoura VLT, sendo que nesta última tipologia, a primeira situação pode ocorrer, mas apenas em portais secundários, inseridos em muros altos que confinam o espaço encerrado do complexo.

"A casa popular na área rural atlântica (...) é uma construção de rés-do-chão e andar, contendo no térreo as cortes ou aidos, estábulos, currais e pocilgas para os animais, a adega, o lagar, as tulhas, o palheiro e arrumações diversas, e no andar sobrado os aposentos para as pessoas, ou seja, os quartos e a sala; a cozinha ora se situa aí, ora é térrea, conforme os casos. Estes dois pisos são sobrepostos, mas, como dissemos, em regra independentes, acentuando a característica dualidade de funções respectivas; o acesso ao sector de habitação faz-se geralmente por uma escadaria exterior, de pedra, encostada ou perpendicular à fachada, em casos mais raros de dois lanços, com patamar em frente à porta, por vezes alpendrado." [86] Na verdade, as Casas de Lavoura VLT são, salvo raríssimas excepções, de dois pisos, concebidos de raiz, que separam

[86] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.27.

os usos da casa, tal como foi referido, de forma a que a habitação seja no piso superior e as áreas associadas ao uso agrícola estejam no rés-do-chão (Fig. 51). As "Casas da Maia" de tipo B possuem também dois pisos, acedendo-se ao piso superior por meio de escada exterior, mas também interior, sendo que este último elemento já não é tão comum nas Casas de Lavoura VLT, principalmente nas mais humildes. Repare-se na Casa D'Aldeia, em Guimarei, e na Quinta de Merouços, em Reguenga, ambas Casas de Lavoura VLT. A Casa D'Aldeia, mais humilde, não possui escada interior, mas o mesmo já não acontece na Quinta de Merouços, mais abastada, que possui ligação interna entre pisos através de escadas. A introdução deste elemento interior deveu-se, muito provavelmente, à compartimentação, posterior à construção original, de parte do rés-do-chão, de modo a criar aqui mais uma zona habitável, com cozinha, sala, quartos e WC. Já nas "Casas de Paredes" aparece em alguns casos o piso superior. Contudo, este reflecte um acrescento apenas sobrepondo uma área muito pequena da casa original, o que é facilmente comprovável pela inexistência de separação dos usos por piso. Nestas casas, tanto as áreas de trabalho de lavoura, como as áreas de habitação encontram-se no piso térreo, sendo o piso superior também destinado a habitação, por impossibilidade de aumento de área destinada a esse uso no rés-do-chão e no interior do complexo fechado.



Fig. 51 - Casa do Barreiro, áreas associadas a uso agrícola no rés-do-chão

Relativamente ao posicionamento da cozinha, ora no rés-do-chão, ora no piso superior, há a referir que nas Casas de Lavoura VLT se encontram as duas situações, contrariamente às "Casas da Maia" de tipo B e às "Casas de Paredes", em que se verifica que a cozinha se situa sempre no rés-do-chão. Tal aconteceria do mesmo modo nas Casas de Lavoura VLT, contudo, muito provavelmente pela introdução da chaminé (em todos os casos foi introduzida posteriormente à construção original), as cozinhas transitaram para o andar superior, onde, de facto, se torna mais fácil a resolução do problema da extracção do fumo através do referido elemento. Assim constata-se que apenas a Casa do Barreiro mantém a cozinha no rés-do-chão (Fig. 52), já que esta se insere num volume de apenas um piso, não levantando a questão acima referida, e todas as outras casas em estudo têm a cozinha no piso superior (Fig. 53), havendo sempre relatos de que inicialmente se encontrariam no piso térreo, directamente em contacto com o pátio.



Fig. 52 - Casa do Barreiro, cozinha no rés-do-chão



Fig. 53 - Casa D'Aldeia, cozinha no piso superior

"O material de construção normal desta casa nortenha é (...) granito ou xisto, conforme os recursos ou possibilidades locais; e a par com um factor económico de adaptação ao tipo agrícola corrente nesta área e independentemente da acção de outras influências que sem dúvida existem convergentemente, a partir de origens históricas e filiações culturais, é legítimo relacionar-se a estrutura desta casa, de

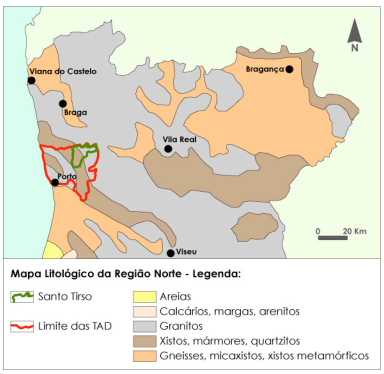


Fig. 54 - Mapa Litológico da Região Norte


Fig. 55 - Casa da Estirada, uso do xisto e do granito

rés-do-chão e andar, com as qualidades de resistência e força do material de que ela é feita. A construção em granito e xisto, de um modo geral, não consente a riqueza de formas e a fantasia que se encontram nas casas das áreas de outros materiais mais facilmente modeláveis, como barros, "taipas" e calcários do Sul, e pode certamente dizer-se que o estilo da casa popular do Norte é pobre. Muitas vezes, (...) ela é de pedra crua, sem qualquer reboco ou caiação, e até, não raro, sem argamassas, de paredes despidas, apenas com os rasgos estremes das portas e janelas."[87] O Mapa Litológico da Região Norte (Fig. 54) vem confirmar esta descrição. De facto, granito ou xisto são as pedras dominantes nesta região e, em aproximação ao território do concelho de Santo Tirso, verificamos que a Oeste e a Sul existe predominância do xisto, enquanto a Norte e a Este o granito aparece em supremacia. O Vale do Leça, a Sul do concelho, tem como pedra predominante o xisto. Contudo, pelo facto de aparecerem estes dois tipos de pedras no concelho Tirsense, verifica-se que as Casas de Lavoura VLT usam as duas pedras (Fig. 55). Normalmente o xisto é utilizado para preenchimento das paredes num aparelhamento irregular de pedra bugalhada, na grande maioria das vezes ficando à vista, havendo uma ou outra excepção em que a parede é rebocada, como acontece no volume onde se insere o portal de entrada principal da Casa D'Aldeia. Registe-se, contudo, que esta opção de acabamento exterior não é contemporânea da construção original. É ainda comum o uso de pedras de xisto, de maiores dimensões e resistência, em cunhais e guarnições, mas em volumes de cortes ou alpendres, ou seja, volumes secundários. O granito, por seu lado, é usado em cunhais, guarnições de vãos e em escadas, com pedras maiores e aparelhadas.

"O telhado destas casas é normalmente de quatro águas, não sendo porém raro, nesta zona, igualmente o de duas; aparecem com frequência também telhados de três águas, já como alteração do tipo corrente, já mais regularmente como solução especial relacionada com a localização da cozinha e chaminé no topo da casa em empena. Por outro lado, correspondendo a certos estilos locais de casas, vêem-se por vezes telhados de estrutura complexa, comportando uma ou mais alas laterais que recobrem corpos salientes do edifício principal (...)."[88] O sistema de cobertura é composto por um travejamento de madeira, sendo que *"nas terras baixas (...) predominam os telhados de telha caleira (...). Ultimamente, observa-se a tendência para o abandono sistemático dos velhos processos, que subsistem apenas nos casos mais pobres ou antigos, e*

[87] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.27,30,31.
[88] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.33.

a sua substituição pela telha, e a da telha caleira pela chamada telha marselha (...). De um modo geral, no Norte faltam, sobre os telhados, os elementos decorativos correntes no Sul; à parte os simples beirais corridos, assentes por vezes em singelas cornijas, ou sobre um motivos de duas ou três fileiras de telhas embutidas e desencontradas (...)."[89] Na verdade, nas Casas de Lavoura VLT assiste-se a uma predominância de telhados de quatro águas (Fig. 56), que se complexificam quando o edifício principal toma a forma de L ou de U. Não menos recorrentes, são os telhados de duas águas sobre outras partes do edifício acostadas ou destacadas do volume principal, que constituem volumes secundários de cortes e alpendres (Fig. 57). Os telhados, que apresentam hoje cobertura em telha marselha, anteriormente seriam em telha caleira, sendo certo que esta persiste ainda em beirais, cumeeiras, espigões ou mesmo na cobertura de chaminés, atestando o acima mencionado. Quando existem, os beirais comprovam a simplicidade das casas, com uma ou duas fileiras de telhas corridas, inclusivamente apoiadas na própria parede, não havendo qualquer cornija, quer nas casas em estudo, quer nos vários exemplos fotografados um pouco por todo o Vale do Leça Tirsense.



Fig. 56 - Casa do Barreiro, telhado de quatro águas sobre volumes em L



Fig. 57 - Casa do Barreiro, telhados de duas águas sobre volumes secundários

"Nesta área, a chaminé, que parece ser entre nós um elemento adoptado em data relativamente recente, falta em inúmeros casos, sobretudo, mas não apenas, nos níveis mais antigos e pobres e em regiões arcaizantes, escoando-se então o fumo, que enegrece o interior das casas, através da telha-vã, pelas fendas naturais ou praticadas intencionalmente no telhado, por telhas levantadas, ou pelas portas e janelas abertas (...). Apesar disso, porém, ela é muito frequente, podendo mesmo considerar-se de regra em inúmeras partes (...)."[90] A questão da recente introdução da chaminé parece estar intrinsecamente associada ao reposicionamento da cozinha original, tal como se referiu acima, aquando da verificação do piso em que esta se insere. A Casa D'Aldeia parece atestar a recente integração da chaminé na cozinha, uma vez que esta foi erigida em blocos de cimento (Fig. 58, Fig. 59), o que leva a crer que o fumo se extrairia por outros meios, tal como foi acima mencionado. Não é possível determinar se existiriam fendas propositadas no telhado, visto que aquela se que seria a cobertura original em telha caleira foi substituída por telha marselha, eliminando-se então as possíveis e já desnecessárias fendas. Em outros casos, como na Casa do Barreiro ou na Quinta de Merouços, a chaminé aparece integrada na construção, e embora se use o mesmo material no prolongamento das paredes, é



Fig. 58 - Casa D'Aldeia, chaminé em blocos de cimento



Fig. 59 - Casa D'Aldeia, chaminé em blocos de cimento

[89] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.33,34.
[90] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.34.



Fig. 60 - Casa do Barreiro, chaminé



Fig. 61 - Casa do Barreiro, chaminé com saia e prateleira, sob as quais surgem o forno e a lareira



Fig. 62 - Casa D'Aldeia, varanda ao longo da fachada



Fig. 63 - Casa D'Aldeia, substituição de pavimento de varanda

perceptível a sua posterior execução pelo aparelhamento das pedras nas mesmas, bem como nos cunhais. Vejam-se os cunhais da chaminé da Casa do Barreiro, que são em granito, mas que aquando do prolongamento dos mesmos se usaram pedras de xisto de maiores dimensões e resistência (Fig. 60). De qualquer modo, a chaminé é muito frequente nas Casas de Lavoura VLT e assume grande importância quer pela extracção do fumo, quer pelo fumeiro. Estas chaminés são inclusivamente apelidadas na região de "chaminés de lavrador", precisamente pelas características que apresentam, apropriadas à execução do fumeiro. Repare-se que juntamente com a construção da chaminé se chumbam varões transversais e resistentes, de modo a suportar o fumeiro. Este acaba por ser escondido por outra característica comum destas casas, que consiste no facto de as chaminés possuírem saia, frequentemente também com prateleira. São chaminés largas e pesadas, erguendo-se num dos topos da cozinha, ao longo de toda a extensão da mesma, sobre a lareira e sobre o forno, existente na maioria das casas, situado num dos cantos (Fig.61).

"*A grande varanda, aberta, larga e corrida, de pedra ou de madeira, que existe em inúmeros casos, situa-se nesta área ao longo de uma das fachadas mais compridas, recoberta pela aba do telhado da casa, que desse lado desce muito abaixo, pousada em prumos de madeira ou colunas. (...) na região da Maia e Vila do Conde, em casas de lavoura construídas no século XIX, pode ver-se, ao nível do andar sobrado, um corredor muito largo, chegado à fachada virada para o quinteiro, para onde abrem as portas das diferentes divisões, que é iluminado por várias janelas, e ao qual se ascende por uma escada situada num dos seus extremos, sendo o outro ocupado por um quarto (...).*"[91] O elemento varanda corrida ao longo da fachada não ocorre em todos os exemplos. Normalmente, a varanda aparece na continuidade das escadas exteriores, voltando-se para o pátio e funcionando como corredor exterior. A Casa da Estirada possui escadas exteriores junto de uma das fachadas, contudo, originalmente, não possuía varanda, muito à semelhança do que acontecia nas "Casas da Maia". Recentemente foi-lhe adicionada uma varanda, resultado da substituição de parte do piso superior, que nem sequer se encontra acabado. Assim, esta varanda nada tem que ver com as varandas corridas acima mencionadas. Já a Casa D'Aldeia apresenta varanda ao longo de uma das fachadas voltadas para o pátio (Fig. 62). Sendo este elemento mais exposto ao clima, a madeira que suportava o piso da varanda encontrava-se bastante deteriorada, tendo sido há poucos anos rudemente

[91] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.35,36,37.

substituída por viga em betão armado e a laje executada com recurso a vigotas e abobadilhas, sem aplicação de qualquer tipo de acabamento (Fig. 63). O acesso é feito através da escada exterior que possui patamar junto da entrada para a sala, mas que segue num segundo lanço que desemboca na varanda (Fig. 64). No topo da varanda onde surge a escada surge uma janela de um dos quartos. Outros dois quartos têm a sua porta de entrada voltada para a varanda. No outro topo surge uma casa de banho recentemente adicionada no espaço da varanda e junto à qual surgem outras escadas que dão acesso à cozinha. O acesso à cozinha pode então ser feito através da varanda ou de outras escadas exteriores que também nascem do pátio. Este conjunto de elementos, composto por escada e varanda/corredor exterior é muito semelhante ao existente na Casa do Barreiro (Fig. 65) e em ambos os casos são cobertos por um prolongamento de uma das águas do telhado que cobre a habitação.

"Geralmente, e sobretudo nos casos de maior vulto, certas dependências da lavoura, cortes, galinheiros, cobertos, arrumações, etc., não se encontram na sua totalidade compreendidos no bloco principal do edifício, mas dispostos um pouco a esmo em torno de um pátio ou recinto fechado situado ao lado daquele – telheiro, terreiro ou quinteiro – onde se empilham as palhas, matos, lenhas e estrumes, onde as galinhas e por vezes os porcos andam à solta, e junto do qual fica a eira com os seus alpendres, varandões, sequeiros ou casas de eira, de um ou dois pisos, e bem assim o coberto, com a barra ou o palheiro, e os espigueiros ou canastros, de pau ou de pedra, onde se seca e guarda a espiga colhida no tarde."[92] As dependências aqui referidas podem encontrar-se compreendidas no edifício principal, especialmente adegas e áreas de tratamento e armazenamento de vinho (Fig. 66), ou armazenamento de mantimentos colhidos da terra, como batatas ou cebolas, normalmente no piso térreo, com pavimento em terra. Podem também acoplar-se ao edifício principal os compartimentos destinados aos animais ou os telheiros. Esta sucessão de acrescentos é que confina o pátio, para o qual tudo se volta e por este a todos os compartimentos se acede. Surgem frequentemente outras dependências associadas à lavoura que se afastam do edifício, como casas de eira ou sequeiros, procurando uma melhor localização e orientação solar. É o que acontece por exemplo na Casa D'Aldeia e na Casa da Estirada (Fig. 67), cujas casas de eira distam cerca de cinquenta metros do edifício principal. Ainda assim a Casa da Estirada possui uma eira que se estende junto a uma das fachadas, do lado oposto do quinteiro, sucedendo-se o mesmo



Fig. 64 - Casa D'Aldeia, escada exterior



Fig. 65 - Casa do Barreiro, escada exterior



Fig. 66 - Casa D'Aldeia, adega



Fig. 67 - Casa da Estirada, casa da eira afastada da casa

[92] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.39.



Fig. 68 - Casa do Barreiro, casa da eira voltada para pátio

na Quinta de Merouços. No exemplo da Casa do Barreiro, a casa da eira é um dos volumes que confinam o pátio (Fig. 68) e, contrariamente ao que acontece na Casa da Estirada e na Quinta de Merouços, o espaço da eira é parte integrante do pátio.

"Essas casas, de acordo com a típica disseminação da zona atlântica, vêem-se em regra isoladas no meio das suas terras de cultura – hortas, eirados ou campos -, e localizam-se à face dos caminhos que se alongam entre muros (...)."[93] É precisamente isto que acontece com a Casa D'Aldeia, a Casa do Barreiro, a Casa da Estirada e com a Quinta de Merouços, como se pode verificar nas plantas de localização respectivas.

Exceptuando as dependências associadas à lavoura propriamente dita, surgem com alguma importância os compartimentos destinados ao habitar, quase sempre no piso superior, como a sala, os quartos e a cozinha. *"A sala é, em toda a parte, uma dependência de natureza fundamentalmente cerimonial, relacionada com certas solenidades, designadamente a visita pascal, a velada fúnebre, e também determinados acontecimentos festivos; ela situa-se por isso geralmente logo à entrada da casa, e é a divisão onde a preocupação decorativa e os elementos de luxo assumem maior vulto."*[94] Na realidade, nas Casas de Lavoura VLT, a sala assume este papel quase de "museu" da casa, porque efectivamente o uso que lhe é dado é quase nulo. Aqui encontramos o melhor mobiliário da casa, que quase nem é usado, com inúmeros quadros e caixilhos da família como decoração. Esta maior preocupação decorativa com o espaço no qual normalmente se recebem as visitas, é ainda acentuada pela criação de sancas decorativas e pelo posicionamento de um florão central no tecto, sendo certo que este é o único compartimento de toda a casa em que tal acontece (Fig. 69, Fig. 70). Como se encontra logo à entrada da casa, no dia-a-dia, acaba por funcionar quase como corredor de passagem para outros compartimentos como os quartos, que surgem geralmente justapostos de ambos os lados da sala. Tal situação é acentuada pela inexistência de corredor, ou hall de distribuição, isto é, para se aceder ao quartos torna-se necessária a passagem por outros compartimentos. Na Casa D'Aldeia, inclusivamente, passa-se por um quarto para aceder a outro quarto. *"Os quartos, pelo contrário, nada têm, na maioria dos casos, de especial. Os seus tectos são geralmente estucados ou forrados a madeira, e, como vimos, muitas vezes têm a forma de alcovas ou cubículos, abrindo para a sala."*[95] De facto, tanto a Casa D'Aldeia



Fig. 69 - Casa do Barreiro, sala



Fig. 70 - Casa do Barreiro, florão central

[93] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.39.
[94] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.40.
[95] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.42.

como, como a Casa do Barreiro, não possuem qualquer corredor, já que exteriormente o elemento que tem essa função acaba por ser a varanda, como já foi referido. Assim, quando esta não existe, justifica-se a introdução do corredor, mas apenas no piso superior, garantindo a distribuição e acesso a todos os quartos, como se pode verificar na Casa da Estirada e na Quinta de Merouços. Comum a todas as Casas é o facto de nunca existir qualquer forma de espaço corredor no piso térreo, já que o acesso a todos os compartimentos é feito através do pátio.

"A cozinha é o compartimento essencial da casa, o local onde decorre toda a vida de relação da família, onde se cozinha, se come e se reúnem as pessoas depois do trabalho, sobretudo durante o Inverno. Como dissemos, ela ora se situa no rés-do-chão, com um piso de pedra ou terra batida, e actualmente de cimento, ora, mais geralmente, no andar de cima, num dos topos da casa, sendo então pavimentada a soalho. A sua peça fundamental é a lareira, símbolo da casa, ou seja, o lugar onde se faz o fogo e se prepara a comida. A lareira é normalmente constituída por uma laje de pedra ou por blocos esquartelados, sobre os quais se faz o fogo, e situa-se ao meio ou um pouco ao lado de uma parede ou então num canto da cozinha. (...) Por trás da lareira, cavada na parede, fica uma espécie de caixa alta ou pequeno armário aberto – a borralheira ou cinzeiro – onde se deita a cinza. (...) Na grande maioria do casos, por toda esta região, o forno do pão é construído dentro da cozinha, ao lado da lareira, chegado a um canto (...). Para a construção do forno, empregam-se geralmente os fornos de barro cozido fabricados nas olarias, que se instalam no sítio onde devem ficar, e se recobrem de barro."[96] Nas Casas de Lavoura VLT, as cozinhas ainda assumem um papel central na casa, especialmente naquelas em que os seus habitantes ainda se dedicam ao trabalho na agricultura. Nos exemplos estudados as cozinhas situam-se quer no piso térreo, quer no andar superior, possuindo ainda lareira com laje de pedra, sobre a qual ainda há quem cozinhe, com a comum borralheira por trás (Fig. 71). À excepção da Casa da Estirada, todas as casas em estudo possuem ainda o forno, sempre a um canto e junto da lareira, onde se coze o pão e onde se cozinha em dias especiais, em que os convidados são geralmente muitos. Os pavimentos das cozinhas das Casas de Lavoura VLT são em soalho, se bem que recentemente em alguns casos se tenha aplicado pavimento cerâmico sobre o existente (Fig. 72). Geralmente, não existiria qualquer acabamento de tecto, contudo nos últimos anos foram surgindo os tectos falsos. As paredes são normalmente estucadas ou em pedra à vista, e quer num caso



Fig. 71 - Casa D'Aldeia, lareira com borralheira e forno ao canto



Fig. 72 - Casa do Barreiro, pavimento cerâmico sobreposto a pavimento original

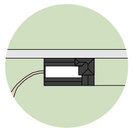
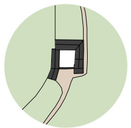
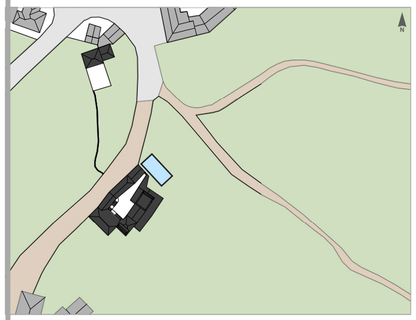
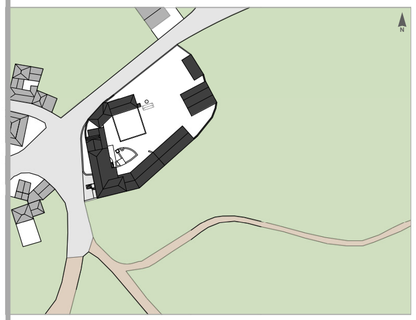
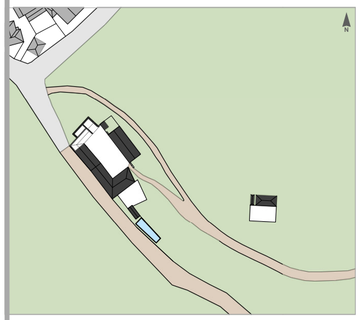
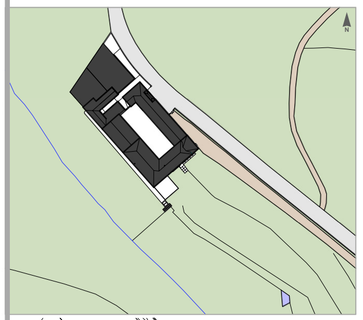
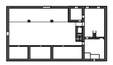
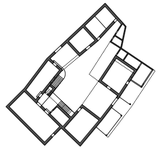
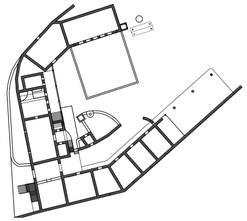
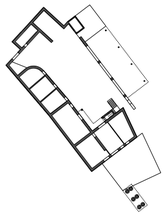
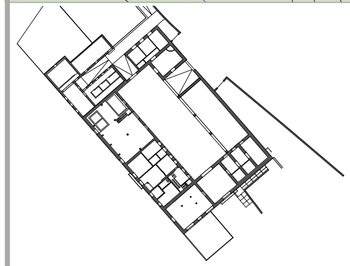
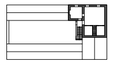
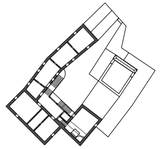
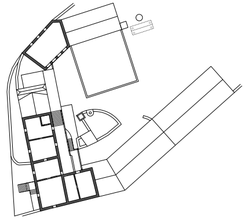
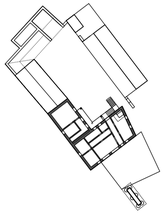
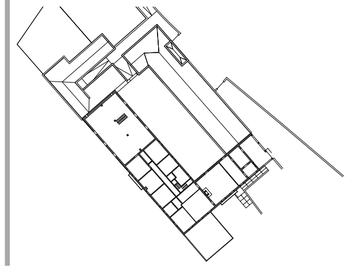
[96] OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.42,43.

quer noutro, havendo uso efectivo da lareira as paredes têm em comum a negrura causada pelo fumo.

Recorrendo constantemente aos materiais existentes na zona em que se inserem, estas casas dão a clara sensação de não se terem erigido de uma só vez, mas gradualmente ao longo das décadas, em sucessivas ampliações ditadas pelas necessidades dos seus habitantes. Sempre em torno do pátio e mantendo a construção voltada para dentro, para si mesma, denunciam vontade de isolamento e necessidade de defesa, como se de muralhas defendendo a sua cidade se tratasse, mas também revelam um óbvio desejo de tirar o máximo de partido das vantagens que o pátio oferece no desempenho e funcionamento das mais diversas actividades associadas à vida na lavoura.

Como complemento de estudo e leitura elaboraram-se os quadros-síntese, Quadro I a Quadro IV – Quadro-síntese dos elementos e características das "Casas da Maia", "Casas de Paredes" e dos casos de estudo de Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, com informação que se completa com os Quadros de cada casa: Quadro V a Quadro X.

QUADRO I Quadro-síntese dos elementos e características das "Casas da Maia", "Casas de Paredes" e dos casos de estudo de Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense.

	CASAS DA MAIA	CASAS DE PAREDES	CASAS DE LAVOURA DO VALE DO LEÇA TIRSENSE			
	Casa-tipo _ Tipologia B	**Casa-tipo**	**Casa D'Aldeia**	**Casa do Barreiro**	**Casa da Estirada**	**Quinta de Merouços**
Localização: breve descrição	. Casa com uma das fachadas voltada para caminho público onde se abre o portal da entrada principal, geralmente dando acesso a alpendre, que se volta para o pátio, a partir do qual se acede a todos os compartimentos.	. Acesso à casa feito por caminhos públicos ou privados que dão para o portal de entrada, rasgado no muro que encerra o pátio. O portal abre-se directamente para o pátio, a partir do qual se acede a todos os compartimentos.	. Guimarei . Rua do Barreiro . A 1,4 Km da N 105 (Santo Tirso - Porto) . Acesso à casa feito por caminho público em terra batida, para o qual se volta a fachada que incorpora o portal de entrada principal. Este portal abre portas a uma passagem directamente por baixo de compartimentos de habitação, mais concretamente sob os quartos. Daqui se acede ao pátio, a partir do qual se efectua a distribuição para todos os compartimentos.	. Guimarei . Largo do Barreiro . A 1,3 Km da N 105 (Santo Tirso - Porto) . Acesso à casa feito através de um largo, para o qual se volta a fachada que incorpora o portal de entrada principal. Este portal abre portas a uma passagem directamente por baixo de compartimentos de habitação, mais concretamente sob os quartos. Daqui se acede ao pátio, a partir do qual se efectua a distribuição para todos os compartimentos.	. Guimarei . Rua da Estirada . A 1,2 Km da N 105 (Santo Tirso - Porto) . Acesso à casa feito por caminho público, para o qual se volta o portal de entrada principal inserido num muro que outrora suportara um alpendre de entrada. Deste alpendre se acede ao pátio que dá para todos os compartimentos. Entrada tardoz sem qualquer portal.	. Reguenga . Rua dos Moinhos . A 2,7 Km da N 105 (Santo Tirso - Porto) . Acesso à casa feito por caminho público, para o qual se volta o portal de entrada principal inserido num muro que suporta um alpendre de entrada. Deste alpendre se acede ao pátio que dá para todos os compartimentos. Entrada tardoz com portal que abre para passagem sob a habitação, da qual se acede também ao pátio.
Planta de Localização ESC. 1/2000						
Planta do Rés-do-Chão ESC. 1/1000						
Planta do Piso Superior ESC. 1/1000						

QUADRO II Quadro-síntese dos elementos e características das "Casas da Maia", "Casas de Paredes" e dos casos de estudo de Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense.

	CASAS DA MAIA	CASAS DE PAREDES	CASAS DE LAVOURA DO VALE DO LEÇA TIRSENSE			
	Casa- tipo _ Tipologia B	**Casa-tipo**	**Casa D'Aldeia**	**Casa do Barreiro**	**Casa da Estirada**	**Quinta de Merouços**
Materiais	. Paredes exteriores - granito aparelhado, com acabamento a reboco . Guarnições dos vãos e cunhais - granito aparelhado e talhado . Escadas exteriores - granito aparelhado e talhado . Escadas interiores - madeira . Paredes interiores - tabique com acabamento a estuque . Pavimentos - soalho em madeira, nas quartos e sala; granito aparelhado em parte da loja maior e por vezes em parte da cozinha; terra batida no pátio, cortes, lojas e cozinha . Tectos - madeira lisa pintada . Caixilharias - madeira trabalhada e vidro, no piso superior; chapeada, no rés-do-chão	. Paredes exteriores - lascas de xisto . Guarnições dos vãos e cunhais - pedras de xisto com dimensões maiores e mais resistentes . Escadas exteriores - pedras de xisto com dimensões maiores e mais resistentes . Paredes interiores - tabique argamassado e caiado, ou xisto à vista . Pavimentos - soalho em madeira, nos quartos, sala e parte da cozinha; parte da cozinha é lajeada; terra batida no pátio e cortes . Tectos - madeira lisa pintada . Caixilharias - na habitação as janelas são em madeira, com vidro, geralmente em sistema de guilhotina e com portadas interiores também em madeira, as portas são em madeira, por vezes com pequena abertura em vidro, também com portada interior; nas cortes e outras dependências agrícolas, as portas são executadas em madeira	. Paredes exteriores - pedra bugalhada de xisto, com excepção do piso superior da ala principal, cujas paredes exteriores são em granito aparelhado . Guarnições dos vãos e cunhais - granito aparelhado e talhado . Escadas exteriores - granito aparelhado e talhado, nas escadas principais; pedras de grandes dimensões em granito rudemente talhado, com paredes de suporte em pedras de maiores dimensões e mais resistentes de xisto, nas escadas secundárias de acesso à cozinha . Paredes interiores - tabique com acabamento a estuque . Pavimentos - soalho em madeira, em todo o piso superior (recentemente foi colocado pavimento cerâmico sobre o soalho na cozinha, foi também criada nova estrutura de pavimento na varanda, sendo que este é agora em cimento à vista); terra batida em todo o rés-do-chão, interior e exterior (excepcionalmente e também recentemente foi colocado pavimento cerâmico numa loja, que é por vezes usada como cozinha secundária; grande parte do pátio foi na última década pavimentado com desperdícios de pedras, com base de assentamento e juntas em cimento) . Tectos - estucados na sala e quartos; sem acabamento nos restantes compartimentos; tecto faslo em contraplacado de madeira na cozinha (recentemente colocado) . Caixilharias - na habitação as caixilharias são em madeira, com vidro, geralmente em sistema de batente com duas folhas e com portadas interiores também em madeira; nas cortes e outras dependências agrícolas, as portas são executadas em madeira, por vezes com posterior revestimento a chapa, mas apenas até à altura do puxador	. Paredes exteriores - pedra bugalhada de xisto, com excepção do rés-do-chão e do piso superior da ala principal, cujas paredes exteriores são em granito aparelhado . Guarnições dos vãos e cunhais - granito aparelhado e talhado; pedras de xisto com dimensões maiores e mais resistentes em casos excepcionais, como nas cortes . Escadas exteriores - granito aparelhado e talhado, nas escadas principais; pedras de grandes dimensões em granito rudemente talhado, com paredes de suporte em pedras de maiores dimensões e mais resistentes de xisto, nas escadas secundárias de acesso à varanda . Paredes interiores - tabique com acabamento a estuque . Pavimentos - soalho em madeira, em todo o piso superior (recentemente foi criada nova estrutura de pavimento em ampliação da varanda, sendo que este é agora em cimento à vista); terra batida no rés-do-chão, interior e exterior, com excepção da loja, com pavimento em soalho de madeira, da cozinha, com pavimento cerâmico sobreposto ao soalho de madeira, também pavimento cerâmico em WC (resultado de ampliação de volume da cozinha) e de espaços de passagem exteriores junto às escadas e alpendres, com pavimento em lajeado de xisto . Tectos - estucados na sala e quartos; madeira lisa e envernizada em dois quartos há poucos anos remodelados no interior; sem acabamento nos restantes compartimentos . Caixilharias - na habitação as caixilharias são em madeira, com vidro, geralmente em sistema de batente com duas folhas e com portadas interiores também em madeira; nas cortes e outras dependências agrícolas, as portas são executadas em madeira, por vezes com posterior revestimento a chapa, mas apenas até à altura do puxador	. Paredes exteriores - pedra bugalhada de xisto; tijolo de cimento e tijolo vazado em substituição de parte do piso superior . Guarnições dos vãos e cunhais - granito aparelhado e talhado; pedras de xisto com dimensões maiores e mais resistentes em casos excepcionais, como nas cortes . Escada exterior - pedras de grandes dimensões em granito rudemente talhado, com paredes de suporte em pedras de maiores dimensões e mais resistentes de xisto . Paredes interiores - tabique com acabamento a estuque; tijolo vazado em substituição de parte do piso superior . Pavimentos - soalho em madeira, em todo o piso superior; cimento à vista em substituição de parte do piso superior; terra batida no rés-do-chão, interior e exterior, com excepção de duas lojas, com pavimento em granito aparelhado e talhado; pavimento em lousa na eira . Tectos - estucados na sala e quartos; sem acabamento nos restantes compartimentos . Caixilharias - na habitação as caixilharias são em madeira, com vidro, geralmente em sistema de batente com duas folhas e com portadas interiores também em madeira; nas cortes e outras dependências agrícolas, as portas são executadas em madeira; no rés-do-chão da fachada voltada a sul aparecem três vãos em estrutura metálica, chapeados, com vidros na parte superior	. Paredes exteriores - pedra bugalhada de xisto, com excepção do piso superior das alas principais, cujas paredes exteriores são em granito aparelhado, tal como acontece nas cortes ao nível do rés-do-chão exteriores ao complexo fechado e posteriores à construção original: tijolo vazado nas cortes (pocilgas) a norte; tijolo de cimento na ampliação do piso superior . Guarnições dos vãos e cunhais - granito aparelhado e talhado . Escadas exteriores - granito aparelhado e talhado, com paredes de suporte em pedras de maiores dimensões e mais resistentes de xisto, e ainda com pedra bugalhada de xisto no restante pavimento respeitante aos cobertores . Paredes interiores - tabique com acabamento a estuque; tijolo vazado nas pocilgas . Pavimentos - soalho em madeira, em todo o piso superior, excepto na ampliação do piso superior, na qual foi criada laje em vigotas, ficando com cimento à vista como pavimento; cimento à vista também nas cortes criadas posteriormente à construção original, e na cozinha exterior às alas principais; terra batida no rés-do-chão, interior e exterior, com excepção da eira e laje justaposta a esta, com pavimento em lajeado de granito, e com excepção da área habitável do rés-do-chão que possui pavimento cerâmico . Tectos - madeira lisa e envernizada nos dois pisos das duas alas principais, com excepção das lojas do rés-do-chão; sem acabamento nos restantes compartimentos . Caixilharias - na habitação as caixilharias são em madeira, com vidro, geralmente em sistema de batente com duas folhas e com portadas interiores também em madeira; nas cortes e outras dependências agrícolas, as portas são executadas em madeira ou em estrutura metálica chapeada
Portal	. Portal da entrada principal - à face da rua; guarnições em granito aparelhado e talhado; passagem por baixo do alpendre e acesso ao pátio . Passagem do pátio para terrenos envolventes à casa, com pequena porta	. Portal da entrada principal - à face de caminho público ou privado; guarnições em pedras de xisto com dimensões maiores e mais resistentes; acesso directo ao pátio (por vezes pode dar para um espaço coberto pela própria casa, a que se segue o pátio) . Sem portal tardoz ou qualquer outro acesso ao exterior	. Portal da entrada principal - à face do caminho público em terra batida; guarnições em granito aparelhado e talhado; passagem por baixo de compartimentos da habitação, espaço a partir do qual se acede ao pátio . Portal de tardoz secundário rasgado em muro que suporta alpendre, exactamente na fachada oposta ao portal de entrada principal; guarnições em granito aparelhado e talhado; garante acesso a terrenos de cultivo em contacto com o complexo fechado da habitação	. Portal da entrada principal - Acesso à casa feito através de um largo, para o qual se volta a fachada que incorpora o portal; guarnições em granito aparelhado e talhado; passagem por baixo de compartimentos da habitação, espaço a partir do qual se acede ao pátio; ainda sob esta passagem surge um outro portal, com arco abatido, em granito aparelhado e talhado, no qual aparece esculpido o ano de 1883 . Existência de dois portais de tardoz secundários . Portal de tardoz secundário Norte rasgado em muro que delimita o complexo fechado, na face oposta relativamente à fachada em que se insere o portal de entrada principal; guarnições em granito aparelhado e talhado; com coberto a quatro águas; garante acesso secundário a caminho público a norte . Portal de tardoz secundário Nascente rasgado em muro que delimita o complexo fechado, na face oposta relativamente à fachada em que se insere o portal de entrada principal; guarnições em granito rudemente aparelhado; garante acesso a terrenos de cultivo em contacto com o complexo fechado da habitação a nascente	. Portal da entrada principal - à face do caminho público; guarnições em granito aparelhado e rudemente talhado; inserido num muro que outrora suportara um alpendre de entrada . Entrada tardoz sem qualquer portal - a sensação de portal é dada pela passagem resultante da disposição dos volumes da habitação e do alpendre a nascente; garante acesso a terrenos de cultivo junto do complexo	. Portal da entrada principal - à face do caminho público; guarnições em granito aparelhado e talhado; com coberto a duas águas; inserido num muro que suporta alpendre . Portal de tardoz - acesso feito através dos terrenos pertencentes à habitação; portal rasgado na fachada da habitação, com passagem por baixo de compartimentos da habitação, espaço a partir do qual se acede ao pátio; após esta passagem, e voltada para o pátio surge uma abertura com arco superior em volta perfeita; guarnições em granito aparelhado e talhado . Porta lateral inserida em muro baixo - dá acesso às cortes fora do complexo encerrado; guarnições em granito aparelhado e talhado
Pátio / Quinteiro	. Limites do pátio - pátio encerrado; habitação, cortes e alpendres em três faces, formando um U; quarta face é composta por muro baixo . Permite acesso a todos os compartimentos; acesso de nível no rés-do-chão a: alpendres/eira, cortes, lojas e cozinha; acesso ao piso superior através das escadas exteriores	. Limites do pátio - pátio encerrado; habitação e cortes em três faces, formando um U; quarta face é composta por muro alto, onde se abre o portal . Permite acesso a todos os compartimentos; acesso de nível no rés-do-chão a: cortes, cozinha, sala e um quarto; acesso ao piso superior através das escadas exteriores	. Limites do pátio - pátio encerrado; habitação, lojas, cortes e alpendres em três faces, formando um U; quarta face é composta por cortes e alpendre, no qual se abre o portal tardoz . Permite acesso a todos os compartimentos; acesso de nível no rés-do-chão a: alpendres, cortes e lojas; acesso ao piso superior através das duas escadas exteriores	. Limites do pátio - pátio encerrado; habitação, lojas, cortes, eira e alpendres em três faces, formando um U, que se prolonga sob forma de muros, que também fecham quarta face (na qual surge ainda um alpendre, onde se guarda a lenha, e uma construção apelidada de "Casa do Vinho", onde estão os lagares e armazenamento do vinho; construção em pedra bugalhada de xisto, com cunhais em pedras de xisto de maiores dimensões e resistência, pavimento em terra batida e cobertura com estrutura de madeira e aplicação recente de telha marselha no telhado a duas águas) . Permite acesso a todos os compartimentos; acesso de nível no rés-do-chão a: alpendres, cortes, lojas, cozinha, wc e eira; acesso ao piso superior através das duas escadas exteriores	. Limites do pátio - pátio semi-encerrado; habitação, lojas, cortes e alpendres em quatro faces, não completamente encerrado devido à passagem acima referida . Permite acesso a todos os compartimentos; acesso de nível no rés-do-chão a: alpendres, cortes, lojas e adega; acesso ao piso superior através das escadas exteriores	. Limites do pátio - pátio encerrado; habitação, lojas, cortes e alpendres em três faces, formando um U; quarta face é composta por muro baixo, com porta, permitindo acesso a cortes a norte do complexo . Permite acesso a todos os compartimentos; acesso de nível no rés-do-chão a: alpendres, cortes, lojas, adega, cozinha e espaço habitável; acesso ao piso superior através de escadas exteriores e escadas interiores
Escadas	. 1 Escada exterior - 1 lanço; cobertas; em granito aparelhado e talhado; base parte do pátio e patamar superior permite acesso a um quarto e à sala; espaço sob as escadas é aproveitado como corte . 1 Escada interior - 1 lanço; em madeira; base parte da cozinha; degraus superiores desembocam na sala; espaço sob as escadas é parte integrante da loja	. 1 Escada exterior - 1 lanço; pedras de xisto de grandes dimensões e maior resistência; base parte do pátio e patamar superior permite acesso à varanda, da qual se acede ao quarto	. 1 Escada exterior principal - 2 lanços; descobertas; em granito aparelhado e talhado; base parte do pátio, com patamar intermédio, a partir do qual se acede à sala e patamar superior é constituído pela própria varanda; espaço sob as escadas é aproveitado como corte . 1 Escada exterior secundária - 1 lanço; pedras de grandes dimensões em granito rudemente talhado, com paredes de suporte em pedras de maiores dimensões e mais resistentes de xisto; base parte do pátio, patamar superior de dimensões reduzidas, junto da porta de acesso à cozinha; espaço sob as escadas não é aproveitado	. 1 Escada exterior principal - 1 lanço; cobertas; em granito aparelhado e talhado; base parte do pátio e patamar superior é constituído pela própria varanda; espaço sob as escadas é aproveitado como arrumos . 1 Escada exterior secundária - 1 lanço; pedras de grandes dimensões em granito rudemente talhado, com paredes de suporte em pedras de maiores dimensões e mais resistentes de xisto; base parte do pátio, patamar superior é constituído por varanda (ampliação da varanda principal); espaço sob as escadas não é aproveitado . 1 Escada exterior ao complexo fechado, construída posteriormente ao edifício, que dá acesso à sala. Para tal foi aberta uma porta, onde anteriormente existia uma janela. Trata-se de uma escada "de visitas", que raramente é usada - 2 lanços; em granito aparelhado e talhado; base parte do espaço público, patamar intermédio constitui o vértice do L e patamar superior garante acesso à sala	. 1 Escada exterior em L - 2 lanços; em granito aparelhado e rudemente talhado; com paredes de suporte em pedras de maiores dimensões e mais resistentes de xisto; base parte do pátio, patamar intermédio constitui o vértice do L e patamar superior garante acesso ao corredor interior e varanda posteriormente construída, aquando da substituição de parte do piso superior	. 1 Escada exterior em L, fora do complexo fechado - 2 lanços; em granito aparelhado e rudemente talhado; com paredes de suporte em pedras de maiores dimensões e mais resistentes de xisto e ainda com pedra bugalhada de xisto no restante pavimento respeitante aos cobertores; base parte de espaço exterior junto ao portal de tardoz, patamar intermédio constitui o vértice do L e patamar superior garante acesso a caminho privado, de onde posteriormente se acede à habitação . 1 Escada interior - 3 lanços, formando um U; estrutura e acabamento em madeira; base parte de um hall de entrada, os patamares intermédios constituem os vértices da escada, e o patamar superior desagua num espaço de distribuição . 1 Escada interior erigida aquando da ampliação do piso superior - 2 lanços, formando um L; estrutura em betão armado sem qualquer acabamento; base parte da adega, o patamar intermédio constitui o vértice da escada, e o patamar superior desagua num espaço usado como arrumos

QUADRO III Quadro-síntese dos elementos e características das "Casas da Maia", "Casas de Paredes" e dos casos de estudo de Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense.

	CASAS DA MAIA	CASAS DE PAREDES	CASAS DE LAVOURA DO VALE DO LEÇA TIRSENSE			
	Casa- tipo _ Tipologia B	**Casa-tipo**	**Casa D'Aldeia**	**Casa do Barreiro**	**Casa da Estirada**	**Quinta de Merouços**
Cobertura	. Volume principal - telhado de quatro águas, com cume a meio do corpo principal da casa, contudo uma das águas avança para o quarto lateral, dando origem a uma nova ala do telhado. Outra das águas do telhado principal prolonga-se de modo a cobrir as escadas e o patamar superior . Volume da cozinha - telhado de duas águas . Volumes das cortes e do alpendre/eira - telhado de duas águas . Telha - telha caleira, com cumieiras executadas com a mesma telha . Estrutura - em madeira, composta por asnas, sobre as quais assentam ripados e calços para posterior colocação da telha	. Volume principal - telhado de duas águas, com cume a meio do corpo principal da casa, com continuidade para a ala lateral, também com duas águas. Na zona em que acresce o piso superior, o telhado é também de duas águas, cobrindo o quarto e a varanda. . Volumes das cortes e do alpendre/eira - telhado de duas águas, mais a uma cota inferior que o telhado do volume principal . Volume do tear - telhado de apenas uma água . Telha - no volume principal é usada telha marselha (anteriormente seria telha caleira), com cumieiras executadas telha caleira; o volume das cortes é usada a lousa, com cumieira em casqueiras de eucalipto; lascas de lousa cobrem o volume do tear e colmo cobre o volume do alpendre/eira; para segurar as cumieiras são usados cavaletes (geralmente com lousa e verguinha) . Estrutura - em madeira, composta por asnas, sobre as quais assentam ripados e calços para posterior colocação da telha	. Volume principal (quartos e varanda) - telhado de quatro águas, com cume a meio do corpo principal da casa, contudo uma das águas prolonga-se de modo a cobrir a varanda. . Volume principal (quartos e sala) - telhado de duas águas, com cume a meio do corpo da casa, com terceira água de dimensões menores sobre o topo livre . Volume da cozinha - telhado de quatro águas . Volume do alpendre sobre portal tardoz - telhado de duas águas . Volumes das cortes e outros alpendres - telhados de uma água . Telha - volumes de habitação cobertos por telha marselha (recentemente colocadas, anteriormente seria telha caleira), com cumieiras em telha caleira; volumes de cortes e alpendres, com cobertura em chapa, com cumieiras no mesmo material . Estrutura - em madeira, composta por asnas, sobre as quais assentam ripados e calços para posterior colocação das telhas e chapa	. Volume principal - telhado de quatro águas, com cume a meio do corpo principal da casa, em L; uma das águas prolonga-se de modo a cobrir a varanda . Volume da cozinha - telhado de duas águas, com prolongamento de uma das águas que cria alpendre, justaposto ao volume da cozinha . Volume da Casa da Eira junto à cozinha - telhado de cinco águas; quinta água resulta da subdivisão de uma das águas, como resultado de uma pequena torção da parede sob as mesmas . Volume de prolongamento da Casa da Eira - telhado de três águas . Volumes das cortes e outros alpendres - telhados de duas águas . Volume do alpendre do armazenamento de lenha - telhado de uma água . Volume da "Casa do Vinho" - telhado de duas águas . Telha - volumes de habitação e alpendres justapostos, casas de eira e "Casa do Vinho" cobertos por telha marselha (recentemente colocadas, anteriormente seria telha caleira), com cumieiras em telha caleira; volumes de cortes e outros alpendres, com cobertura em chapa, com cumieiras no mesmo material . Estrutura - em madeira, composta por asnas, sobre as quais assentam ripados e calços para posterior colocação das telhas e chapa	. Volume principal - telhado de três águas, com cume a meio do corpo principal da casa, com acréscimo de duas águas laterais que cobrem restante ala do L . Volumes das cortes e alpendres - telhados de duas águas . Telha - volumes de habitação, cortes e alpendres, cobertos por telha marselha (recentemente colocadas, anteriormente seria telha caleira), com cumieiras em telha caleira . Estrutura - em madeira, composta por asnas, sobre as quais assentam ripados e calços para posterior colocação das telhas	. Volume principal - telhado de quatro águas, com cume a meio do corpo principal da casa, em L; no topo nascente surge um alpendre sobre aquilo que pode ser considerado um hall de entrada exterior, com três águas que surgem a meio da água do topo . Volume da adega e ampliação de piso superior - telhado de duas águas . Volumes das cortes e alpendres - telhados de duas águas . Telha - volumes de habitação, cortes e alpendres, cobertos por telha marselha (recentemente colocadas, anteriormente seria telha caleira), com cumieiras em telha caleira; excepção é o volume das cortes mais a norte (pocilga), cuja cobertura era em telha de fibrocimento . Estrutura - em madeira, composta por asnas, sobre as quais assentam ripados e calços para posterior colocação das telhas; apenas no volume da pocilga, a estrutura era metálica
Varanda	. Não possui	. Existe no piso superior . Terá sido criada posteriormente à habitação principal, juntamente com todo o piso superior (composto apenas por um quarto e por esta varanda) . A sua cobertura é assegurada pelo telhado a duas águas que cobre todo o piso superior e que se apoia nas paredes laterais, não sendo necessário qualquer pilar na zona da varanda . Guarda executada em tábuas de madeira . Com carácter misto, de passagem e de espaço estar	. Existe no piso superior . Criada aquando da construção das alas principais . A sua cobertura é assegurada por uma das quatro águas do volume a que se justapõe, apoiando-se, para além das paredes laterais, em pilares . Foi recentemente alvo de intervenção, tendo sido substituído o pavimento em soalho por uma laje de vigotas, com "acabamento" de pavimento em cimento à vista, nunca tendo sido acabada na sua face inferior; os pilares em madeira foram substituídos por pilares em betão armado, posteriormente revestidos a madeira, o mesmo material em que se erigiu nova guarda . Aquando da referida intervenção, foi construído um quarto de banho em espaço que foi parte integrante da varanda . Com carácter de passagem, de corredor exterior	. Existe no piso superior . Criada aquando da construção das alas principais, com excepção de ampliação da mesma recentemente executada . A sua cobertura é assegurada por uma das águas do volume a que se justapõe, apoiando-se, para além das paredes laterais, em pilares em granito talhado . Varanda original com pavimento em soalho de madeira . Recente ampliação executada em laje de vigotas, com acabamento de pavimento em cimento à vista pintado, nunca tendo sido acabada na sua face inferior . Guarda de varanda original em granito aparelhado e talhado; guarda de ampliação em blocos de tijolo vazado, posteriormente argamassado e pintado; os pilares que sustentam o telhado nesta zona são em betão armado . Com carácter de passagem, de corredor exterior	. Existe no piso superior . Criada aquando da substituição de parte do piso superior, garantido-lhe acesso . Sem cobertura, ainda, mas com pilares em betão armado de modo a que futuramente seja possível essa cobertura através do prolongamento de uma das águas do telhado a que se justapõe . Pavimento em betão à vista . Executada em laje de vigotas, sem acabamento na face inferior . Sem qualquer guarda . Com carácter de passagem, de corredor exterior	. Existem no rés-do-chão e piso superior . Criadas aquando da construção das alas principais . Uma surge sobre o portal de tardoz, abrindo-se a partir da sala, no piso superior, voltada a sul; outra volta-se a poente, abrindo-se dos compartimentos habitáveis do rés-do-chão . Sem cobertura . Executada em granito talhado . Guardas em ferro pintadas . Com carácter de espaço de estar
Chaminé	. Não existe chaminé. O fumo sai pelo telhado sem forro ou por aberturas resultantes do levantamento de determinadas telhas	. Não existe chaminé. O fumo sai pelo telhado sem forro ou por aberturas resultantes do levantamento de determinadas telhas. Pode inclusivamente sair pelas próprias frestas nas paredes da cozinha, executadas em lascas de xisto, sem qualquer revestimento interior ou exterior	. Nesta casa vislumbram-se duas chaminés. Uma das chaminés encontra-se em volume exterior, que outrora foi cozinha, mas que com o desabamento da sua cobertura deixou de ser usada como tal, e passa a ser usada como galinheiro. A existência da outra chaminé decorre do sucedido, já que se tornou necessário adaptar um espaço existente como cozinha, desta feita no piso superior de modo a facilitar a construção de uma nova chaminé, que, como mostram as imagens, foi erigida em tijolo vazado, imitando a antiga chaminé. Nas paredes desta chaminé foram chumbados ferros com diâmetro considerável para que se pudesse realizar o fumeiro. A saia da chaminé com prateleira é outra característica a notar na espacialidade da própria cozinha . Tanto uma como outra chaminé encontram-se num dos topos do volume em que se inserem, ocupando a totalidade desse topo	. Chaminé erigida posteriormente à construção original, facilmente comprovável pelo aparelhamento da pedra nos cunhais. O cunhal da construção original é em granito aparelhado e prolonga-se na vertical para dar origem à chaminé, mas desta feita em pedras de maiores dimensões e resistência em xisto. As paredes continuam a ser em pedra bugalhada de xisto. A sua cobertura é feita em 4 águas, com telha marselha e telha caleira nas cumieiras. Nas paredes desta chaminé foram chumbados ferros com diâmetro considerável para que se pudesse realizar o fumeiro. A saia da chaminé com prateleira é toda ela revestida a madeira . A chaminé encontra-se num dos topos do volume em que se insere, ocupando a totalidade desse topo	. Chaminé erigida posteriormente à construção original, facilmente comprovável pela sua construção em tijolo de cimento, exteriormente e interiormente argamassado. A sua cobertura é executada em estrutura metálica, revestida a chapa, descrevendo um arco. Com fumeiro. A saia da chaminé com prateleira é argamassada, revestida a madeira apenas na zona da prateleira . A chaminé encontra-se num dos topos do volume em que se insere, ocupando parte desse topo, mas sem continuidade com as paredes exteriores da cozinha	. Existem três chaminés: uma na cozinha junto ao portal da entrada principal, outra na sala do piso superior, e uma outra em cozinha no rés-do-chão . A construção original não possuiria qualquer chaminé . A chaminé da cozinha junto ao portal de entrada principal terá sido erigida posteriormente à construção original, já que pelo interior se percebe que a face interior da chaminé foi executada em tijolo de cimento, posteriormente argamassada, as outras faces dão continuidade as fachadas da cozinha, prolongando-se acima das mesmas no mesmo material. Ocupa a totalidade de uma das fachadas da cozinha. Coberta por telha marselha. Com saia . As duas outras chaminés, da cozinha do rés-do-chão e da sala do piso superior, são recentes, executadas em tijolo, argamassadas interior e exteriormente, correspondem à extracção dos fumos de lareiras. Exteriormente apresentam secção quadrangular e elevam-se acima do nível da cumieira dos telhados das duas alas principais
Cozinha	. No rés-do-chão e fora do corpo principal da casa . O chão é de terra . Forno a um canto, logo seguido do lar, com borralheira . Aberturas para o exterior são a porta de entrada e um pequeno postigo que permite iluminação sobre o lar	. No rés-do-chão e inserida no corpo principal da casa . O chão é em parte lajeado e em outra parte surge soalho em madeira . Forno a um canto, logo seguido do lar, com borralheira . Abertura para o exterior é a porta de entrada, com abertura na parte superior servindo também de janela	. No piso superior e inserida no corpo principal da casa . O pavimento seria em soalho de madeira, mas nos últimos anos foi-lhe sobreposto pavimento cerâmico . Forno a um canto, logo seguido do lar, com borralheira, a que ainda se seguem umas pequenas escadas, com uma porta no seu topo, que dão acesso à varanda . Aberturas para o exterior são a porta de entrada, com parte superior envidraçada, e uma janela na face oposta, que juntamente com a porta garantem a iluminação natural do espaço da cozinha	. No rés-do-chão e inserida no corpo principal da casa . O pavimento seria em soalho de madeira, mas nos últimos anos foi-lhe sobreposto pavimento cerâmico . Recentemente colocado tecto falso em madeira . Forno a um canto, logo seguido do lar, com borralheira . Aberturas para o exterior são a porta de entrada, com parte superior envidraçada, e duas janelas, uma sob a chaminé, outra junto à saia. Os três vãos voltam-se para o pátio e garantem a iluminação natural do espaço da cozinha . Existe ainda um vão interior que permite acesso à loja, onde se armazena vinho e carnes já defumadas	. No piso superior e inserida no corpo principal da casa (anteriormente seria no rés-do-chão, directamente abaixo da actual cozinha, e não possuiria qualquer chaminé) . O pavimento é em soalho de madeira . Recentemente colocado tecto falso em contraplacado de madeira . Sem forno; com lar e borralheira descentrados, junto a um canto . Portas de entrada abrem-se do corredor; as aberturas para o exterior são três janelas, abrindo-se uma para sul e duas para nascente, garantido a iluminação natural da cozinha	. Há a referir três cozinhas: uma junto ao portal de entrada principal (cozinha de serviço), outra no rés-do-chão, numa das alas principais, e outra no piso superior (cozinha principal), também numa das alas principais . A cozinha junto ao portal de entrada principal, localiza-se no rés-do-chão e fora do corpo principal da casa; pavimento em terra batida; sem acabamento de tecto; com forno ao canto, seguido de lar com borralheira; dois vãos exteriores: uma porta e uma janela; um vão interior: uma porta que dá acesso a corredor de distribuição para quartos e WC (apenas a cozinha existiria aquando da construção original) . A cozinha do rés-do-chão, numa das alas principais, é resultado de compartimentação recente da ala do rés-do-chão em que se insere; pavimento em material cerâmico; tecto falso em madeira lisa envernizada; com lareira; com vão exterior a partir do qual se pode aceder a varanda e vão interior, com acesso à sala . A cozinha do piso superior, noutra das alas principais, não possui chaminé; pavimento em soalho de madeira; tecto falso em madeira lisa envernizada; dois vãos exteriores: duas janelas voltadas a sul, e dois vãos interiores: duas portas, uma de acesso a corredor de distribuição e outra que permite aceder à sala

QUADRO IV Quadro-síntese dos elementos e características das "Casas da Maia", "Casas de Paredes" e dos casos de estudo de Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense.

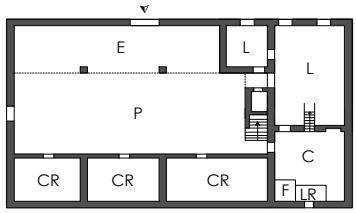
	CASAS DA MAIA	CASAS DE PAREDES	CASAS DE LAVOURA DO VALE DO LEÇA TIRSENSE			
	Casa- tipo _ Tipologia B	**Casa-tipo**	**Casa D'Aldeia**	**Casa do Barreiro**	**Casa da Estirada**	**Quinta de Merouços**
Sala	. No piso superior do corpo principal da casa . Geralmente de planta quadrada, sendo o maior compartimento da habitação . Pavimento em soalho . Revestimento interior de paredes em estuque . Tecto forrado a madeira lisa e pintada ou com acabamento a estuque, por vezes com florão decorativo a meio . Possibilidade de existência de nichos e armários embutidos	. No rés-do-chão do corpo principal da casa . Geralmente de planta quadrada, sendo, a par da cozinha, o maior compartimento da habitação . Pavimento em soalho . Revestimento interior de paredes argamassado e caiado . Tecto forrado a madeira lisa e pintada . Com portas de comunicação muito baixas	. No piso superior do corpo principal da casa . De planta rectangular, é o compartimento da habitação com maior quantidade de aberturas para o exterior, mais precisamente com quatro janelas e uma porta . Pavimento em soalho . Revestimento interior de paredes em estuque . Tecto estucado, com florão decorativo a meio . Existência de um nicho	. No piso superior do corpo principal da casa . De planta rectangular, é o maior compartimento do piso superior da habitação . Acesso interior é feito através de um quarto, visto que não existe corredor . Possui dois vãos exteriores: uma janela e uma porta . Pavimento em soalho . Revestimento interior de paredes em estuque . Tecto estucado, com sanca decorativa e com florão decorativo a meio	. No piso superior do corpo principal da casa . De planta rectangular, é um dos maiores compartimentos do piso superior da habitação . Acesso interior é feito por porta central através do corredor . Possui dois vãos exteriores, duas janelas que se distinguem das restantes por serem de quatro folhas, funcionando duas a duas como desdobráveis, com batente ao centro . Pavimento em soalho . Revestimento interior de paredes em estuque . Tecto estucado	. A referir duas salas: ambas no corpo principal da casa, uma no rés-do-chão e outra no piso superior . A sala existente no rés-do-chão surge aquando de uma compartimentação posterior à construção original da casa; de planta quadrangular; acesso é feito através de hall de entrada; possui dois vãos exteriores: duas janelas, e três vãos interiores: três portas, de acesso a hall de entrada, hall de distribuição e cozinha; pavimento em material cerâmico; revestimento interior de paredes em estuque; tecto falso em madeira lisa envernizada . A sala do piso superior, a sala principal, possui planta rectangular; o acesso é feito através de hall de entrada; possui três vãos exteriores: uma janela voltada para o pátio e duas portas voltadas a sul, com possibilidade de acesso a varanda; os vãos interiores são três portas que garantem acesso a hall de entrada, hall de distribuição e cozinha; pavimento em soalho de madeira; revestimento interior de paredes em estuque; tecto falso em madeira lisa envernizada
Quartos	. No piso superior do corpo principal da casa . Acesso aos quartos é feito através da sala . Pavimento em soalho . Paredes de divisão interior em tabique . Revestimento interior de paredes em estuque . Tecto forrado a madeira lisa e pintada ou com acabamento a estuque	. No rés-do-chão do corpo principal da casa, na mesma ala da cozinha e da sala, mas também na ala lateral. Existência de um outro quarto no piso superior . Acesso aos quartos é feito através da sala, nesta ala; na ala lateral o acesso é feito directamente do pátio; o quarto superior tem acesso garantido pelas escadas exteriores e varanda . Pavimento em soalho . Paredes de divisão interior em tabique . Revestimento interior de paredes argamassado e caiado . Tecto forrado a madeira lisa e pintada	. No piso superior, nas duas alas principais da casa . Numa das alas, o acesso aos quartos é feito através da varanda; noutra, é a sala que lhes dá acesso, com excepção do último quarto do topo livre, que, por inexistência de corredor, vê o seu acesso feito através de um outro quarto . Pavimento em soalho . Paredes de divisão interior em tabique . Revestimento interior de paredes em estuque . Tecto estucado	. No piso superior, na ala principal da casa . O acesso aos quartos é feito através da varanda; devido à inexistência de corredor (no fundo, a varanda acaba por funcionar como corredor, mas exterior), é possível a passagem interior de quarto para quarto e para a sala através de vãos interiores . Pavimento em soalho . Paredes de divisão interior em tabique . Revestimento interior de paredes em estuque . Tecto estucado . Tecto falso em madeira lisa e envernizada em dois quartos, alvo de intervenção (esta intervenção mantém os materiais de pavimento e de revestimento de paredes acima referidos, com excepção do tectos, cujo material é aqui referido	. No piso superior, na ala principal da casa . O acesso aos quartos é feito através do corredor, contudo para um dos quartos o acesso é feito através de outro quarto . Pavimento em soalho . Paredes de divisão interior em tabique . Revestimento interior de paredes em estuque . Tecto estucado	. Quartos existem em três locais distintos da casa: no rés-do-chão, na ampliação do volume da cozinha exterior; no rés-do-chão numa das alas principais; e no piso superior também numa das alas principais . Quatros no volume de ampliação da cozinha têm acesso garantido por corredor de distribuição que surge a partir da cozinha; pavimento em soalho de madeira; paredes de divisão interior em tabique; revestimento interior de paredes em estuque; tecto estucado . Quartos no rés-do-chão da ala principal poente têm acesso através de hall de entrada/distribuição, ao qual se acede do pátio; pavimento em material cerâmico; paredes de divisão interior em tabique; revestimento interior de paredes em estuque; tecto em madeira lisa envernizada . Quartos no piso superior da ala principal poente têm acesso através de hall de distribuição e corredor; pavimento em soalho de madeira; paredes de divisão interior em tabique; revestimento interior de paredes em estuque; tecto em madeira lisa envernizada
Dependências	. Anexas ao volume da habitação, com apenas piso de rés-do-chão . Espaços destinados a cortes e alpendres, para abrigo de lenha, máquinas e produtos agrícolas . Divisões dos espaços são habitualmente executadas em estruturas de madeira	. Anexas ao volume da habitação, com apenas piso de rés-do-chão . Espaços destinados a tear, cortes e alpendres, para abrigo de lenha, máquinas e produtos agrícolas . Divisões dos espaços são habitualmente executadas em estruturas de madeira	. Anexas ao volume da habitação, com apenas piso de rés-do-chão . Espaços destinados a cortes e alpendres, para abrigo de lenha, máquinas e produtos agrícolas . Existem cortes justapostas ao volume da habitação, realizadas com os mesmos materiais da referida construção; cortes por apropriação de espaço que foi outrora cozinha, que é hoje coberto por chapas; cortes executadas em tijolo de cimento, cobertas por chapa, onde antes (cerca de duas décadas) o espaço era fechado por muro; cortes e alpendres encostados pelo exterior ao complexo fechado, executados em madeira e chapa . Divisões dos espaços são executadas em estruturas de madeira, sendo em alguns casos posteriormente chapeadas	. Anexas ou destacadas do volume da habitação, com apenas piso de rés-do-chão . Espaços destinados a cortes e alpendres, para abrigo de lenha, máquinas e produtos agrícolas . Divisões dos espaços são executadas em estruturas de madeira, sendo em alguns casos posteriormente chapeadas	. Anexas ou destacadas do volume da habitação, com apenas piso de rés-do-chão . Espaços destinados a cortes e alpendres, para abrigo de lenha, máquinas e produtos agrícolas . Divisões dos espaços são executadas em estruturas de madeira	. Anexas ou destacadas do volume da habitação, com apenas piso de rés-do-chão . Espaços destinados a cortes e alpendres, para abrigo de lenha, máquinas e produtos agrícolas . Divisões dos espaços são executadas em estruturas de madeira, ou nos volumes mais recentes em tijolo
Eira/Sequeiro	. Anexa ao volume da habitação, com apenas piso de rés-do-chão . Espaço sob alpendre funciona como eira, abrindo-se para o pátio, geralmente a sul da mesma	. Anexa ao volume da habitação, mas fora do bloco fechado, geralmente com um piso, menos frequentemente com dois . Espaço sob alpendre exterior funciona como eira, geralmente a sul da mesma	. Casa da Eira destacada do volume da habitação, de dimensões aproximadas de 7 por 8,5 metros . Eira com orientação solar a sul . Dois pisos, com escada exterior . Guarnições dos vãos, cunhais e escadas exteriores em granito aparelhado e talhado . Paredes exteriores em pedra bugalhada de xisto . Pavimento do rés-do-chão (interior da Casa da Eira e Eira) em lajeado de granito; pavimento do piso superior em soalho de madeira apoiado em estrutura de madeira . Telhado de quatro águas, com estrutura em madeira e coberto por telha marselha (anteriormente seria telha caleira), com cumieiras em telha caleira . Vãos de duas folhas de batente, com excepção da porta do piso superior com uma folha, executados em estrutura de madeira, revestida a chapa	. Casas da Eira destacadas do volume da habitação, mas no interior do complexo fechado, de dimensões aproximadas de 10 por 7 metros e 12,5 por 6,5 metros . Eira com orientação solar a sul . Uma Casa da Eira com dois pisos, com escada interior em madeira; outra Casa da Eira com apenas um piso, justaposta à anterior . Guarnições dos vãos, cunhais e escadas exteriores em granito aparelhado e talhado . Paredes exteriores em pedra bugalhada de xisto (na Casa da Eira de dois pisos); em granito aparelhado (na Casa da Eira de um piso) . Pavimento do rés-do-chão (interior das Casas da Eira e Eira) em lajeado de granito; pavimento do piso superior em soalho de madeira apoiado em estrutura de madeira . Telhados (ver descrição acima em Cobertura) . Vãos de duas folhas de batente, executados em estrutura de madeira, revestida a chapa; Vãos voltados para o exterior do complexo fechado, existentes no piso superior da Casa da Eira, executados em madeira, com vidro e com portadas exteriores em madeira, com preenchimento da folha em ripado de madeira, de modo a permitir ventilação, quando janelas se encontram abertas pelo interior	. Uma eira justaposta à habitação, funcionando as lojas da ala principal como casa da eira; com pavimento em lousa; com espigueiro e tanque junto da mesma, mas fora do complexo semi-encerrado . Casa da Eira e eira destacada do volume da habitação, de dimensões aproximadas de 10 por 5 metros . Eira com orientação solar a sul . Um piso . Guarnições dos vãos em granito aparelhado e rudemente talhado . Cunhais em pedras de xisto de maiores dimensões e resistência . Paredes exteriores em pedra bugalhada de xisto . Pavimento da casa da eira em lajeado de granito; pavimento da eira em lousa . Telhado de quatro águas, com estrutura em madeira e coberto por telha marselha (anteriormente seria telha caleira), com cumieiras em telha caleira . Vãos de uma folha, rebatíveis para o tecto, executados em estrutura de madeira, revestida a chapa . Espigueiro junto da casa da eira e da eira	. Eira justaposta à habitação, funcionando a loja da ala principal como casa da eira; com pavimento em lajeado de granito . Orientação solar a sul . Guarnições dos vãos em granito aparelhado e talhado . Paredes exteriores em pedra bugalhada de xisto

CASAS DA MAIA | Casa-tipo - Tipologia B

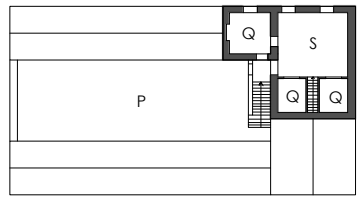
LegendaPeçasGráficas:

➢ Portal - Entrada Principal
A - Arrumos
AD - Adega
C - Cozinha
CP - Capela
CR - Corte
E - Eira
EP - Espigueiro
F - Forno
L - Loja
LR - Lareira
P - Pátio
PÇ - Poço
Q - Quarto
S - Sala
T - Tear
V - Varanda
WC - Casa de Banho

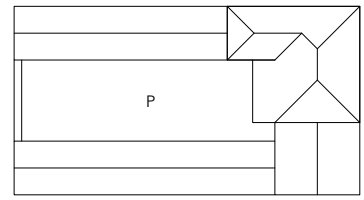
. Casa com uma das fachadas voltada para caminho público onde se abre o portal da entrada principal, geralmente dando acesso a alpendre, que se volta para o pátio, a partir do qual se acede a todos os compartimentos.



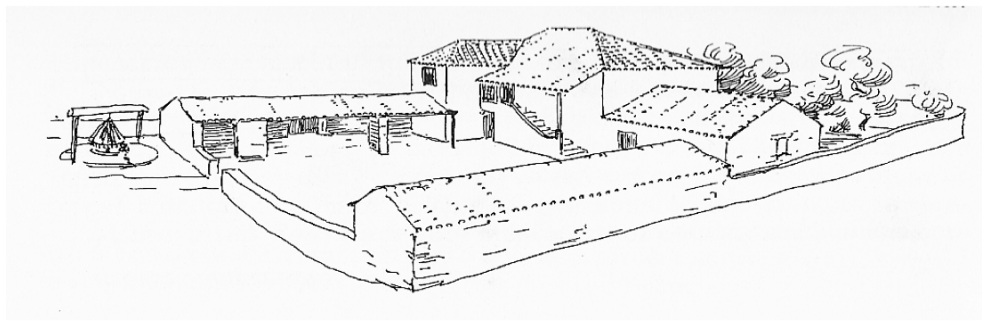
Planta do Rés-do-Chão Esc. 1/500

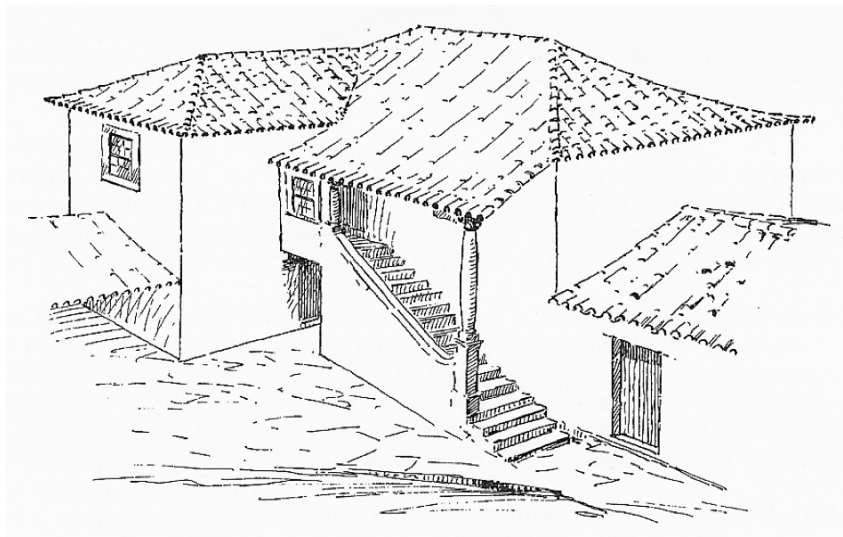


Planta do Piso Superior Esc. 1/500



Planta da Cobertura Esc. 1/500


Perspectiva geral da casa

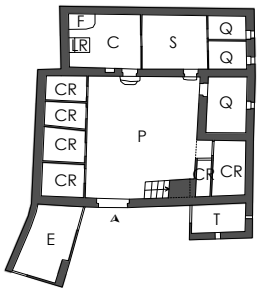

Perspectiva aproximada da casa

CASAS DE PAREDES | Casa-tipo

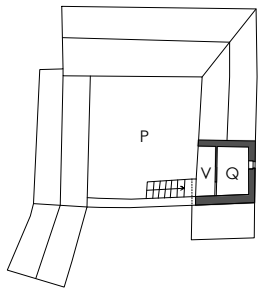
LegendaPeçasGráficas:

➢ Portal - Entrada Principal
A - Arrumos
AD - Adega
C - Cozinha
CP - Capela
CR - Corte
E - Eira
EP - Espigueiro
F - Forno
L - Loja
LR - Lareira
P - Pátio
PÇ - Poço
Q - Quarto
S - Sala
T - Tear
V - Varanda
WC - Casa de Banho

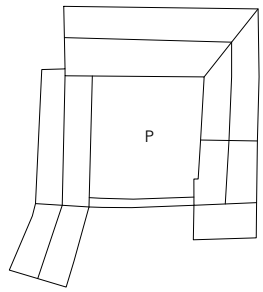
. Acesso à casa feito por caminhos públicos ou privados que dão para o portal de entrada, rasgado no muro que encerra o pátio. O portal abre-se directamente para o pátio, a partir do qual se acede a todos os compartimentos.



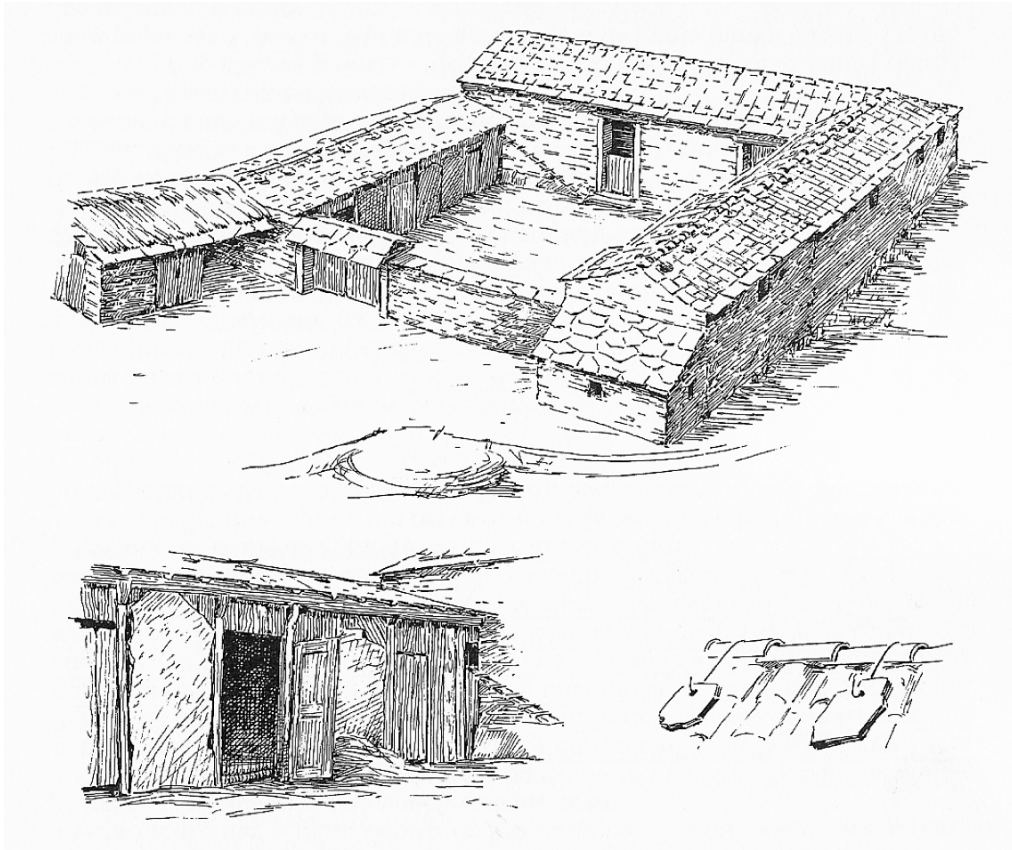
Planta do Rés-do-Chão Esc. 1/500



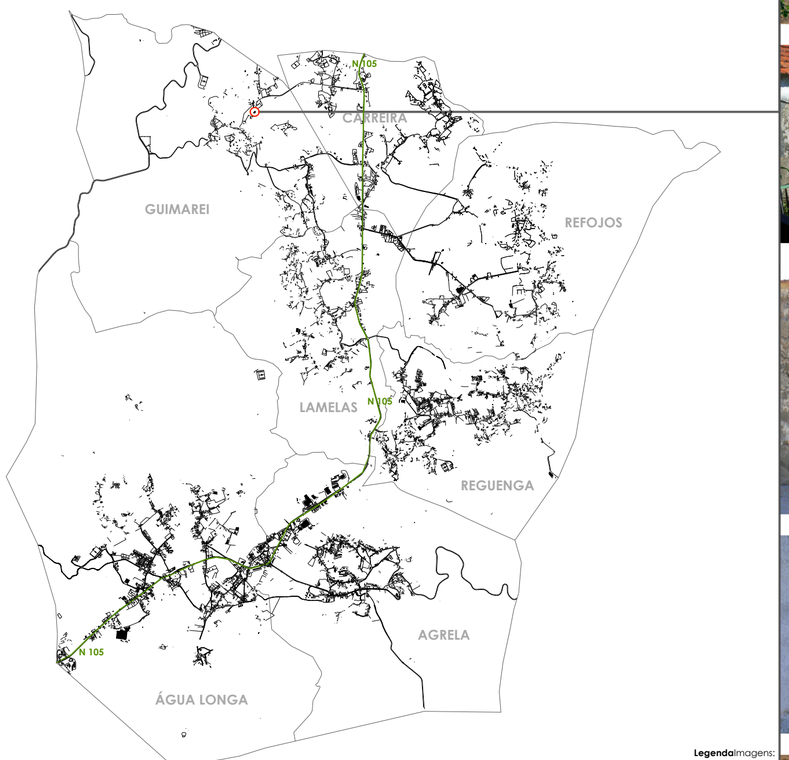
Planta do Piso Superior Esc. 1/500



Planta da Cobertura Esc. 1/500


Perspectiva geral da casa; pormenor das cortes; cavaletes segurando o cume

CASAS DE LAVOURA DO VALE DO LEÇA TIRSENSE | Casa D'Aldeia




01


02


03


04


05


06


07


08


09


10


11


12


13


14


15


16

LegendaImagens:

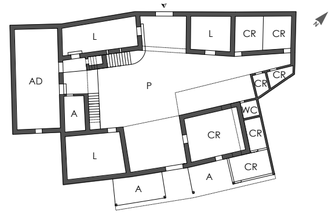
Vista sul da casa - 01
Caminho de acesso à entrada - 02
Vista tardoz, cortes e arrumos de lenha - 03
Vista do piso superior sobre o pátio - 04
Vista do rés-do-chão no pátio - 05
Portal da entrada principal sob habitação - 06
Vista exterior do portal principal - 07
Vista interior do portal tardoz - 08
Escadas de acesso à sala e quartos - 09
Vista do interior da chaminé - 10
Varanda e acesso à sala - 11
Saia da chaminé, forno e lareira - 12
Saia da chaminé e estrutura do telhado - 13
Vista inferior da estrutura do pavimento do piso superior - 14
Estrutura do telhado - 15
Eira destacada da casa - 16

. Guimarei

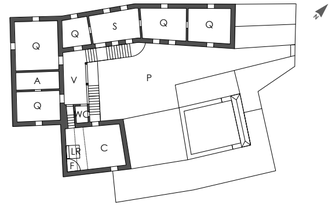
. Rua do Barreiro

. A 1,4 Km da N 105 (Santo Tirso - Porto)

. Acesso à casa feito por caminho público em terra batida, para o qual se volta a fachada que incorpora o portal de entrada principal. Este portal abre portas a uma passagem directamente por baixo de compartimentos de habitação, mais concretamente sob os quartos. Daqui se acede ao pátio, a partir do qual se efectua a distribuição para todos os compartimentos.



Planta do Rés-do-Chão Esc. 1/500



Planta do Piso Superior Esc. 1/500

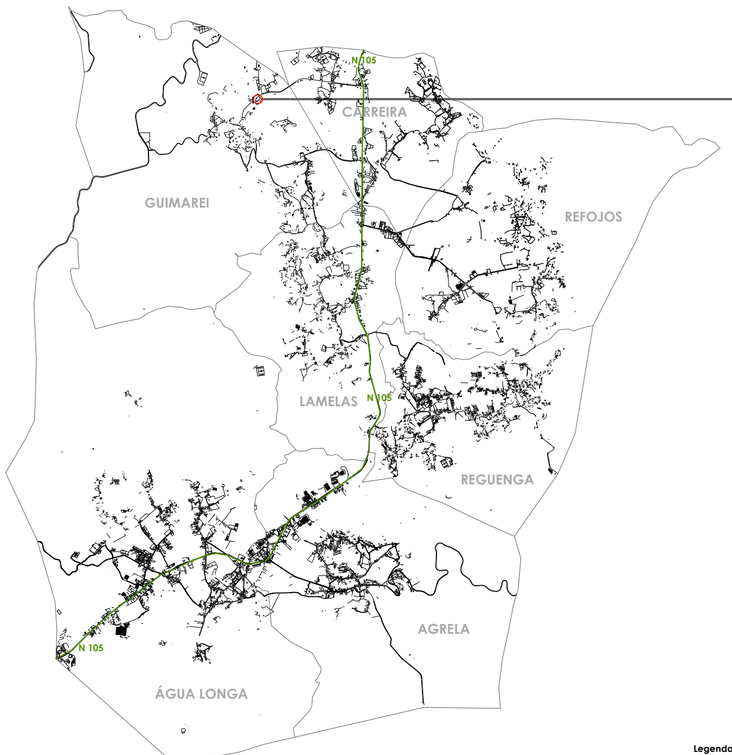
LegendaPeçasGráficas:

➢ Portal - Entrada Principal
A - Arrumos
AD - Adega
C - Cozinha
CP - Capela
CR - Corte
E - Eira
EP - Espigueiro
F - Forno
L - Loja
LR - Lareira
P - Pátio
PÇ - Poço
Q - Quarto
S - Sala
T - Tear
V - Varanda
WC - Casa de Banho

CASAS DE LAVOURA DO VALE DO LEÇA TIRSENSE | Casa do Barreiro

. Guimarei
. Largo do Barreiro
. A 1,3 Km da N 105 (Santo Tirso - Porto)

. Acesso à casa feito através de um largo, para o qual se volta a fachada que incorpora o portal de entrada principal. Este portal abre portas a uma passagem directamente por baixo de compartimentos de habitação, mais concretamente sob os quartos. Daqui se acede ao pátio, a partir do qual se efectua a distribuição para todos os compartimentos.




01


02


03


04


05


06


07


08


09


10


11


12


13


14


15

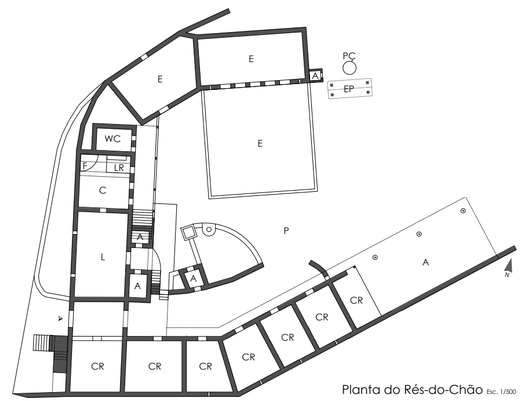

16

LegendaImagens:

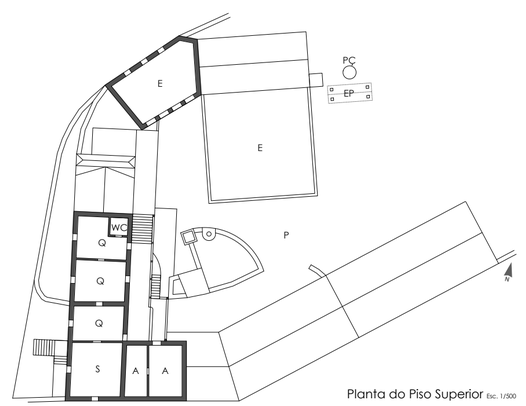
Vista sul da casa - 01
Acesso ao portal de entrada - 02
Vista do pátio - 03
Vista da eira para a zona da casa com dois pisos - 04
Vista da eira para a zona da casa com um piso - 05
Vista do piso superior para pátio e eira - 06
Anumos exteriores - 07
Volume das cortes - 08
Vista do pátio para portal de entrada - 09
Varanda de acesso a compartimentos do piso superior - 10
Escadas exteriores e varanda - 11
Vista da varanda para escadas exteriores, pátio e eira - 12
Sala - 13
Varanda - 14
Saia da chaminé, forno e lareira - 15
Quarto - 16

LegendaPeçasGráficas:

➢ Portal - Entrada Principal
A - Arrumos
AD - Adega
C - Cozinha
CP - Capela
CR - Corte
E - Eira
EP - Espigueiro
F - Forno
L - Loja
LR - Lareira
P - Pátio
PÇ - Poço
Q - Quarto
S - Sala
T - Tear
V - Varanda
WC - Casa de Banho

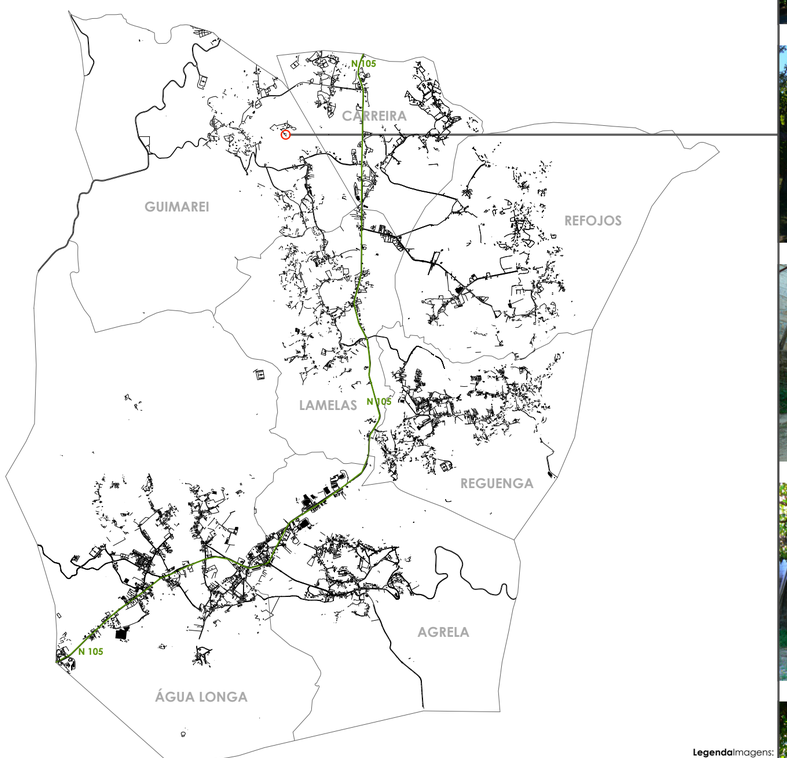


Planta do Rés-do-Chão Esc. 1/500



Planta do Piso Superior Esc. 1/500

CASAS DE LAVOURA DO VALE DO LEÇA TIRSENSE | Casa da Estirada




01


02


03


04


05


06


07


08


09


10


11


12


13


14


15


16

LegendaImagens:

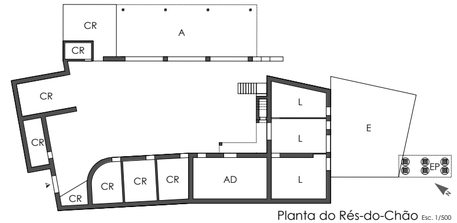
Vista noroeste da casa, portal da entrada principal - 01
Vista sudeste da casa e eira - 02
Eira e espigueiro - 03
Vista e entrada sudeste do pátio - 04
Espigueiro - 05
Tanque - 06
Entrada sudeste do pátio e volume lateral de arrumos - 07
Vista do pátio para portal de entrada - 08
Vista do portal de entrada para o pátio - 09
Volume das cortes - 10
Substituição de piso superior existente por construção recente, mas inacabada - 11
Cozinha com saia da chaminé e lareira - 12
Escadas - 13
Vista do pátio para escadas e chaminé - 14
Corredor de acesso aos quartos e à sala - 15
Adega - 16

. Guimarei

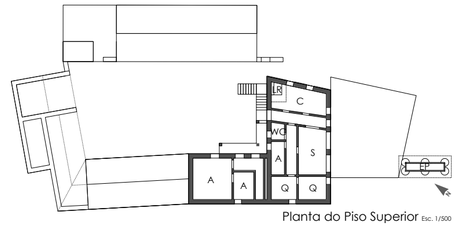
. Rua da Estirada

. A 1,2 Km da N 105 (Santo Tirso - Porto)

. Acesso à casa feito por caminho público, para o qual se volta o portal de entrada principal inserido num muro que outrora suportara um alpendre de entrada. Deste alpendre se acede ao pátio que dá para todos os compartimentos. Entrada tardoz sem qualquer portal.



Planta do Rés-do-Chão Esc. 1/500

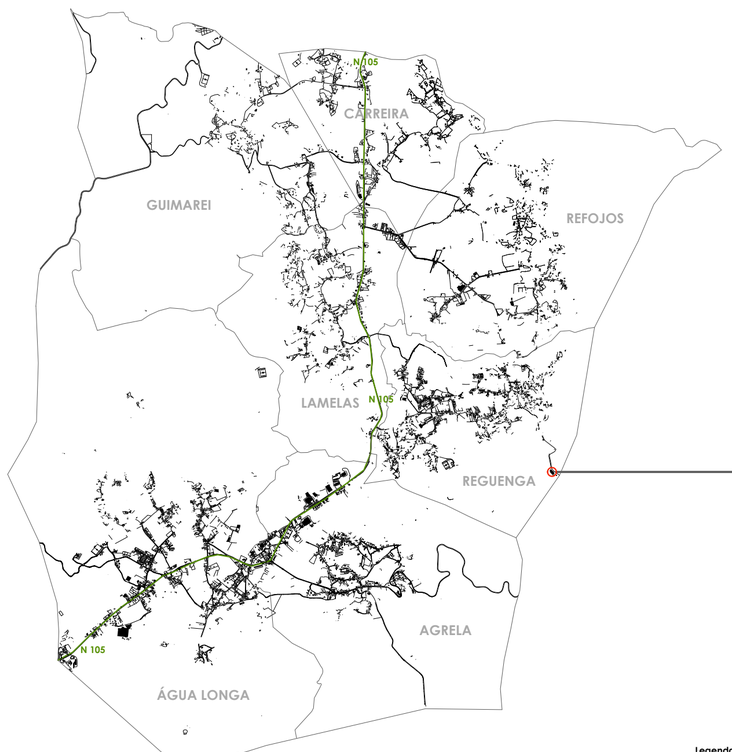


Planta do Piso Superior Esc. 1/500

LegendaPeçasGráficas:

➢ Portal - Entrada Principal
A - Arrumos
AD - Adega
C - Cozinha
CP - Capela
CR - Corte
E - Eira
EP - Espigueiro
F - Forno
L - Loja
LR - Lareira
P - Pátio
PÇ - Poço
Q - Quarto
S - Sala
T - Tear
V - Varanda
WC - Casa de Banho

CASAS DE LAVOURA DO VALE DO LEÇA TIRSENSE | Quinta de Merouços



. Reguenga

. Rua dos Moinhos

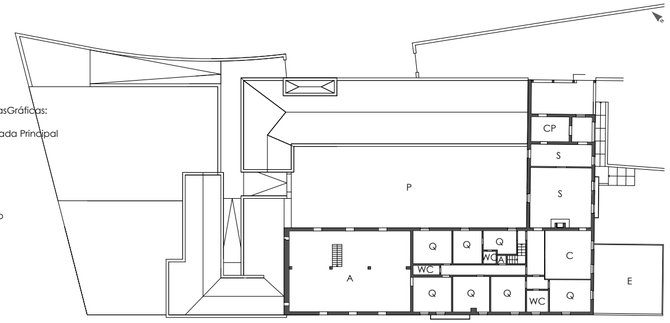
. A 2,7 Km da N 105 (Santo Tirso - Porto)

. Acesso à casa feito por caminho público, para o qual se volta o portal de entrada principal inserido num muro que suporta um alpendre de entrada. Deste alpendre se acede ao pátio que dá para todos os compartimentos. Entrada tardoz com portal que abre para passagem sob a habitação, da qual se acede também ao pátio.



Planta do Piso Inferior Esc. 1/500

Planta do Rés-do-Chão Esc. 1/500



Planta do Piso Superior Esc. 1/500


01


02


03


04


05


06


07


08


09


10


11


12


13


14


15


16

LegendaImagens:

Vista norte da casa - 01
Cortes a norte da casa - 02
Fachada nordeste da casa com portal de entrada principal - 03
Vista do pátio para casa e portal tardoz - 04
Vista do pátio para volume das cortes em ruína - 05
Vista do pátio para portal de acesso a cortes a norte da casa - 06
Porta exterior com ombreiras, padieira e soleira em granito - 07
Corredor de distribuição dos quartos - 08
Escadas interiores em madeira - 09
Portada interior em madeira de janela - 10
Adega existente sobre a qual se erigiu um piso superior e respectivas escadas - 11
Extensão de terreno a sudeste, em socalcos, pertencentes à casa - 12
Tanque inserido no terreno a sul da casa - 13
Vista do terreno a sudeste para a casa - 14
Fachada sudeste da casa, com portal tardoz junto de escadas exteriores e eira - 15
Acesso sul à casa - 16

LegendaPeçasGráficas:

➢ Portal - Entrada Principal
A - Arrumos
AD - Adega
C - Cozinha
CP - Capela
CR - Corte
E - Eira
EP - Espigueiro
F - Forno
L - Loja
LR - Lareira
P - Pátio
PÇ - Poço
Q - Quarto
S - Sala
T - Tear
V - Varanda
WC - Casa de Banho

3.3. Elementos para a definição da tipologia

A caracterização do casos de estudo permite agora uma clara identificação dos elementos que, no seu conjunto, definem a tipologia das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, e que se enumeram de seguida.

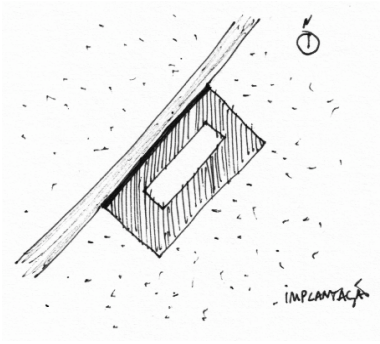


Fig. 73 - Implantação

• **Implantação** – casa à face do caminho, público ou privado, com portal de entrada principal rasgado nessa fachada; isolada e envolvida por terrenos de cultivo; construção do complexo fechado em torno de pátio/quinteiro; orientação nordeste-sudoeste ou noroeste-sudeste, de modo a garantir aproveitamento da luz solar mais eficaz e assegurar que nenhuma fachada fica completamente voltada a norte (Fig. 73).

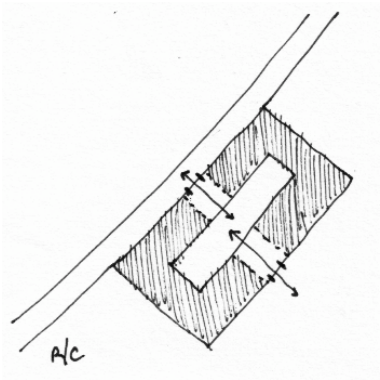


Fig. 74 - Rés-do-Chão

• **Rés-do-Chão** – contém os compartimentos associados à actividade agrícola, como as cortes, os mais diversos arrumos, lojas, adega e, em alguns casos, a cozinha. É o rés-do-chão que encerra todo o pátio, quer através da própria construção, quer através de muros altos. O acesso interior-exterior faz-se pelo portal de entrada principal e pelo portal, ou portais, de tardoz, em contacto directo ou semi-directo (nos casos em que a passagem é feita por baixo de alpendre ou habitação) com o pátio. Para além dos referidos, não existe qualquer outro vão que permita contacto físico ou visual com o exterior (Fig. 74).

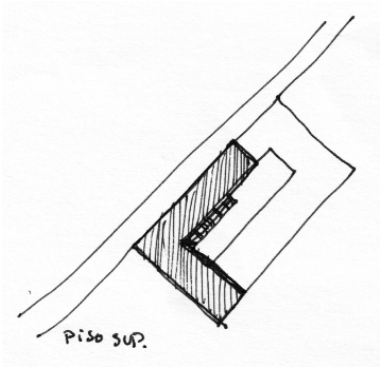


Fig. 75 - Piso Superior

• **Piso Superior** – alberga os compartimentos habitáveis, como os quartos, a sala e a cozinha. O piso superior não é erigido em torno de todo o pátio, mas na maioria das vezes sobre duas alas, ligadas entre si e em foram de L. O acesso a este piso é feito por uma ou duas escadas exteriores, que partem do pátio, e mais raramente surgem escadas interiores. Para além dos necessários vãos voltados para o interior do pátio, é neste piso apenas que se rasgam vãos voltados para o exterior do complexo (Fig. 75).

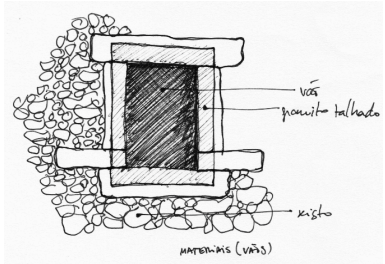


Fig. 76 - Materiais nos vãos

• **Materiais** – as paredes exteriores são executadas em pedra bugalhada de xisto, havendo porém algumas excepções em que o granito aparelhado é usado em parte da habitação. As guarnições dos vãos e os cunhais são erigidos em granito aparelhado e, especialmente nos vãos, talhado (Fig. 76, Fig. 77). Surgem, no entanto, volumes, geralmente cortes e arrumos, em que se constroem estes elementos através de pedras de xisto de maiores dimensões e resistência. Os pavimentos encontrados são a terra batida, no pátio, lojas, cortes, arrumos e alpendres, no rés-do-chão, e soalho de madeira em todo o piso superior. Pode ainda surgir pavimento em granito aparelhado em lojas do rés-do-chão, particularmente naquelas que estão em contacto com uma eira. Outros materiais

surgiram como acabamento de pavimento, resultado de intervenções posteriores à construção original, e foram sendo colocados por sobreposição aos existentes. Relativamente ao acabamento de tecto, verifica-se que este apenas é executado nos compartimentos habitáveis, sendo que nos restantes não existe qualquer acabamento, resultando na visibilidade da estrutura em madeira do piso que os sobrepõem ou do telhado. As caixilharias da habitação são em madeira, com vidro, na sua generalidade em sistema de batente, com portadas interiores no mesmo sistema e também em madeira. As restantes caixilharias das cortes e outras dependências agrícolas são executadas em madeira, podendo por vezes ser chapeadas na sua totalidade, ou apenas até à altura do puxador.

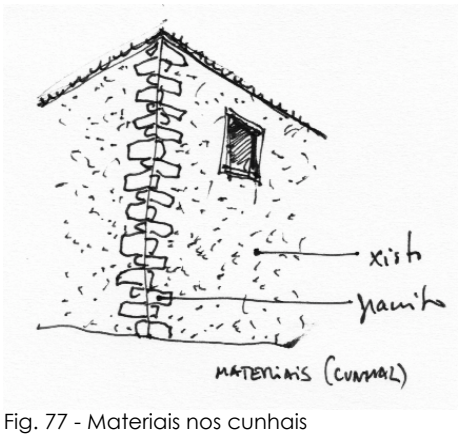


Fig. 77 - Materiais nos cunhais

• **Portal** – é o portal de entrada principal que garante o acesso à casa, rasgado na fachada ou muro alto, sempre à face de caminho público ou privado. O portal ou portais de tardoz permitem passagem e permanente contacto com os terrenos que envolvem a casa. Com guarnições em granito aparelhado e talhado, por vezes em xisto nos portais de tardoz, são elementos simples, sem qualquer decoração, com a altura do rés-do-chão e a largos de modo a permitir a passagem de carros. Como vimos, o acesso a partir dos portais pode ser directo ou semi-directo (Fig. 78).

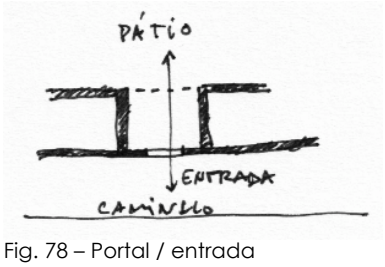


Fig. 78 – Portal / entrada

• **Pátio/Quinteiro** – o pátio é encerrado e permite o acesso a todos os compartimentos, entrando-se de nível naqueles que se encontram no rés-do-chão e dele parte a escada, ou escadas, que garantem o acesso ao piso superior e aos seus compartimentos (Fig. 79).

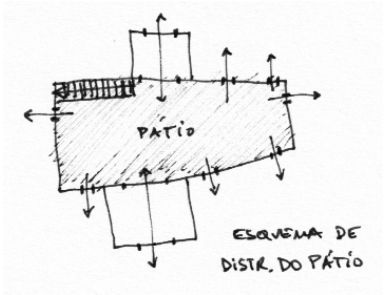


Fig. 79 - Esquema de distribuição do pátio

• **Escadas** – as escadas exteriores partem do pátio e possuem um ou dois lanços, contínua ou em L. Podem ser descobertas ou cobertas por prolongamento de alguma das águas do telhado do volume a que se acopla. Os degraus são sempre em granito aparelhado, contudo as paredes que os suportam podem ser em granito, quando assim é, o espaço sob as escadas é aproveitado como corte ou arrumos, ou em pedras de maiores dimensões e resistência de xisto, não sendo desta forma possível aproveitar o espaço inferior.

• **Cobertura** – o telhado do piso superior é normalmente de quatro águas, com os devidos ajustes requeridos no vértice em que se transita para outra ala, e com possibilidade de existência de prolongamentos de modo a cobrir a varanda, quando esta existe, ou espaços de passagem exteriores. O telhado que cobre o piso térreo é normalmente de duas águas (Fig. 80). A estrutura é em madeira, composta por asnas, sobre as quais assentam ripados e calços para colocação de telhas. A telha usada maioritariamente é a telha

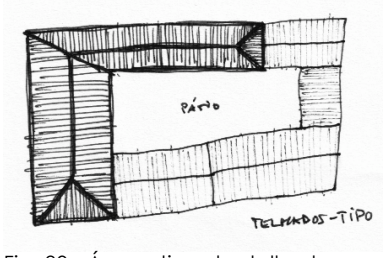


Fig. 80 - Águas-tipo dos telhados

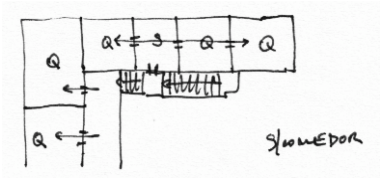


Fig. 81 - Esquema de distribuição sem corredor

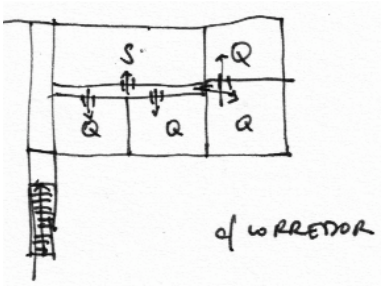


Fig. 82 - Esquema de distribuição com corredor

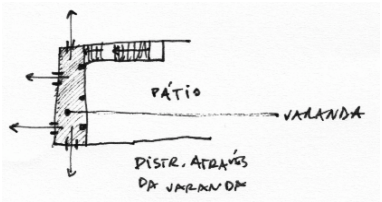


Fig. 83 - Esquema de distribuição através da varanda

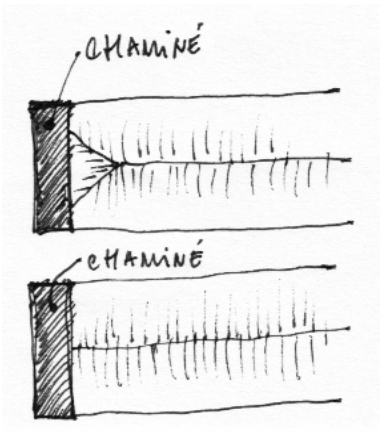


Fig. 84- Posicionamento da chaminé

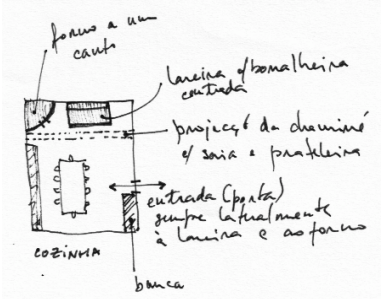


Fig. 85 - Cozinha

marselha, quando anteriormente seria telha caleira, esta última ainda usada em beirais e cumieiras.

• **Varanda** – pode existir ou não. Uma ou outra solução determina a organização interior do piso da habitação. Assim, quando existe funciona como um corredor exterior para o qual se abrem as portas de diversos compartimentos. Quando não existe, é o patamar superior da escada que garante a entrada no piso superior. Geralmente, não existe corredor interior e para se passar de um compartimento para outro é necessário atravessá-lo. Existindo corredor interior, é este que faz a distribuição pelos diversas divisões (Fig. 81, Fig. 82). A varanda justapõe-se numa das fachadas da habitação, voltada para o interior, para o pátio (Fig. 83), coberta pelo prolongamento de uma das águas do telhado, suportado por pilares, e com pavimento em soalho de madeira, sendo que recentemente tem vindo a ser substituído por rudes lajes em vigotas sem acabamento. As guardas ora são em granito, ora em madeira.

• **Chaminé** – elemento adicionado recentemente, facilmente verificável pela utilização do tijolo, ou pelo próprio aparelhamento da pedra. É erigida quase sempre no piso superior, ocupando um dos topos da cozinha na sua totalidade, independentemente do número de águas do telhado em que se insere (Fig. 84). Possui saia, com prateleira e varões em ferro ou madeira, para a realização do fumeiro. É hoje um elemento muito comum nas casas de lavoura.

• **Cozinha** – mais frequentemente localizada no piso superior e integrada no corpo principal da casa. Com pavimento original em soalho de madeira, a que recentemente tem sido sobreposto pavimento cerâmico. A grande maioria ainda possui forno, sempre colocado a um canto sob a chaminé, sob a qual também se encontra a lareira, com borralheira, em granito (Fig. 85).

• **Sala** – compartimento localizado no piso superior, de utilização muito pouco frequente, mesmo sendo na generalidade um dos maiores da habitação. O pavimento é em soalho, as paredes estucadas e o tecto pode também ser estucado, com sancas e florão decorativo centrado, ou em madeira lisa envernizada.

• **Quartos** – compartimentos situados no piso superior, com acesso a partir de varanda, corredor ou, na inexistência dos anteriores, vai-se passando de quarto em quarto até se chegar ao pretendido. O pavimento é em soalho, as paredes estucadas e o tecto também estucado, salvo raras excepções em que se executa em madeira lisa posteriormente envernizada.

• **Dependências** – possuem apenas piso térreo, e anexam-se aos principais volumes da casa, ou vão-se sucedendo em torno do pátio. São espaços destinados a cortes, lojas, alpendres, abrigos de lenha, máquinas e produtos agrícolas. As divisões dos espaços são

executadas em estruturas de madeira, por vezes posteriormente chapeadas.

• **Eira/Sequeiro** – a eira ora se justapõe à casa, ora se destaca, procurando um melhor localização e orientação solar, justificando-se a construção de uma casa da eira. No primeiro caso, é uma das lojas que acaba por ter esta função. Os materiais usados são os mesmos da casa, sendo que a eira propriamente dita apresenta pavimento em granito aparelhado, exceptuando uma ou outra em que o piso tem a lousa como acabamento.

Estes são os elementos-chave que, conjuntamente, definem a tipologia das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense. Contudo tal não é impeditivo que estas características isoladamente não encaixem em outras tipologias de casas espalhadas um pouco por todo o país, inclusivamente naquelas que foram já nesta dissertação comparadas, as "Casas da Maia" e as "Casas de Paredes". Ainda assim, os elementos que compõem a simplicidade desta casa e cuja concepção arquitectónica tem origem numa pretensão de atribuição de um carácter o mais funcional possível, agrupam-se em combinações regulares, disseminadas um pouco por todo o Vale do Leça, no concelho de Santo Tirso (como se pode verificar pelos Quadro XI e Quadro XII – Disseminação das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense), encontrando-se várias em elevado estado de deterioração, gritando por urgentes, mas conscientes e informadas, intervenções, razões que muito contribuíram para o estudo da tipologia das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense aqui apresentado.



Habitação rural com espigueiro sobre portal
GUIMAREI



Casa de lavoura com eira integrada
GUIMAREI



Casa de lavoura com eira integrada
GUIMAREI



Casa de lavoura com eira integrada
GUIMAREI

LAMELAS
Casa de lavoura em ruínas



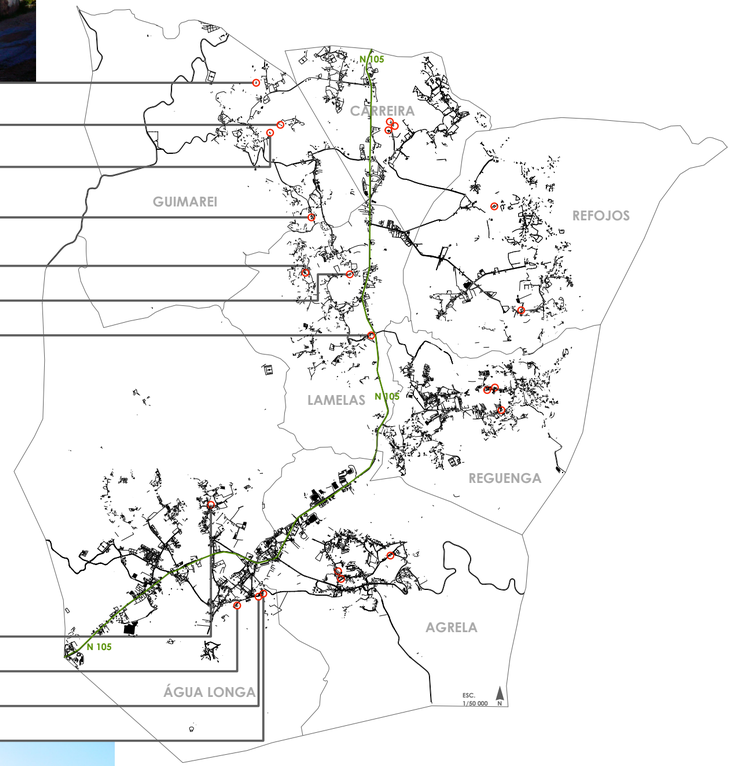
LAMELAS
Casa de lavoura sem eira



LAMELAS
Casa de lavoura com eira destacada







ÁGUA LONGA
Casa de lavoura com eira destacada



ÁGUA LONGA
Casa de lavoura com eira integrada



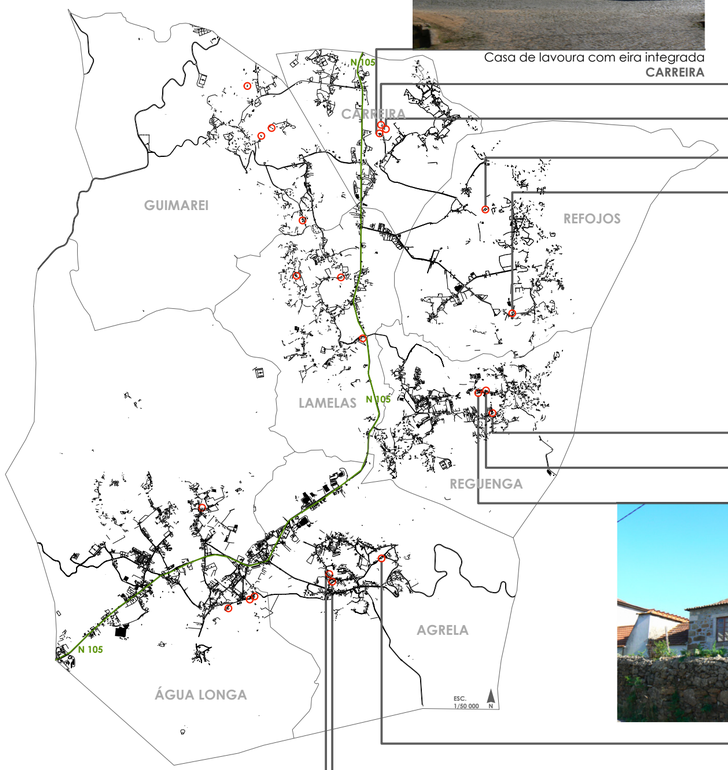
ÁGUA LONGA
Casa de lavoura com eira destacada



ÁGUA LONGA
Casa de lavoura com eira destacada









Casa de lavoura com eira integrada
CARREIRA



Casa de lavoura com eira destacada
CARREIRA



Casa de lavoura com eira integrada
CARREIRA

REFOJOS
Casa de lavoura com eira integrada e com espigueiro destacado



REFOJOS
Casa de lavoura com eira integrada



REGUENGA
Casa de lavoura com eira destacada



REGUENGA
Casa de lavoura com eira integrada



REGUENGA
Casa de lavoura com eira destacada



AGRELA
Casa de lavoura com eira integrada



AGRELA
Casa de lavoura com eira integrada



AGRELA
Casa de lavoura com eira destacada





Capítulo IV

A Reabilitação da Quinta de Merouços

4.1. Enquadramento

Após a caracterização e definição da tipologia das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, apresenta-se agora a Reabilitação de uma das casas tidas como caso de estudo no capítulo anterior: a Quinta de Merouços. Refira-se que, enquanto caso de estudo, a Quinta de Merouços foi analisada como Casa de Lavoura VLT que é, mas ainda antes da intervenção de que foi alvo. É esta intervenção, já concretizada, que se pretende esmiuçar no presente capítulo, que tem por principal objectivo contribuir para uma consciencialização das dificuldades e problemas que surgem no processo de reabilitação arquitectónica da Casa de Lavoura VLT. Assim, os subcapítulos seguintes remetem para a apresentação e descrição da intervenção e para as dificuldades que despontam na mesma. No desenvolvimento dos referidos subcapítulos socorro-me da memória descritiva e dos desenhos do projecto, bem como de outra bibliografia específica relacionada com os diversos temas em que uma reabilitação arquitectónica toca.

Relembre-se que a Quinta de Merouços se situa na freguesia da Reguenga, a cerca de 2,7 Km da Estrada Nacional 105. O projecto da reabilitação arquitectónica de que foi alvo é da autoria do Arqt.º Hélder Coelho, com licenciatura concluída em 1996, na Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, e desde então conta com dezenas de projectos executados e em execução. Foi na Hélder Coelho Arquitecto, Lda. que realizei estágio curricular, iniciado em Setembro de 2008, e desde então colaboro com o mesmo, tendo mesmo tido participação activa no projecto de reabilitação arquitectónica da Quinta de Merouços.

4.2. O Existente

"A construção apresentava-se como que cravada no vale formado pelas elevações de socalcos, próxima das linhas de água que convergiam no ponto onde surgia o pequeno riacho. A boca de onde se via surgir um fio continuo resultava de mão humana, formada pelo aparelho de pedra assente à mão, definia um arco rematado no topo pela pedra de fecho."[97] (Fig. 86) Isolada e circundada pelos terrenos de cultivos, a Quinta de Merouços não encontra qualquer construção num raio de meio quilómetro (Fig. 87, Fig. 88).

"A habitação posiciona-se entre a estrada e o limite definido pela linha de água, chamando a si a necessidade dessa aproximação pela presença dos animais da quinta, que seguramente existiam na época em que esta estaria em plena actividade. Verifica-se que a volumetria da construção foi-se definindo ao longo dos tempos, evoluindo em função do progresso da intervenção humana. Apesar do abandono e do estado devoluto geral da construção, percebe-se o esquema de organização perfeitamente estruturado, separando claramente as diferentes funções. Em torno de um pátio central, a casa desenvolve-se posicionando o volume principal em forma de "L", elevando-se com dois pisos para sul e nascente. Os restantes braços que conformam o pátio, de apenas 1 piso, definem-se pela presença da casa do caseiro em continuidade com o alpendre. Separam-se com o muro onde se localiza o portão de acesso."[98]

Aproveitando inteligentemente a morfologia do terreno, com os seus declives, a construção posicionou a poente, onde se localiza a cota mais baixa do terreno, as áreas dos albergues dos animais (Fig. 89). Aqui encontrava-se o grande armazém destinado à criação de porcos, afastada da construção principal pela interposição dos anexos de apoio para o armazenamento de lenha, fardos e utensílios de trabalho agrícola, numa clara afirmação para com a casa do caseiro, no sentido em que seria este, juntamente com a sua família, o responsável pela lavoura e por uma maior utilização dos referidos espaços. Estes pequenos volumes (Fig. 90), face à dimensão da construção principal, informam de diferentes fase da evolução da quinta que seguramente se traduziram em períodos distintos da produção agrícola. Veja-se que a construção tida como a casa do caseiro, seria apenas uma cozinha tradicional, sem qualquer ligação com as áreas habitáveis, e com uma configuração diferente daquela que era a cozinha da habitação. A sua posterior ampliação foi facilmente deslindada através da remoção do velho acabamento


Fig. 86 - Vista dos terrenos a sudeste para a casa


Fig. 87 - Vista dos terrenos a este para a casa


Fig. 88 - Vista da casa para sudeste


Fig. 89 - Vista norte a partir da estrada de acesso


Fig. 90 - Volumes anexos e casa do caseiro

[97] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.
[98] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.

exterior, revelando que, ao contrário da construção original da cozinha, a restante casa do caseiro foi toda ela construída em granito aparelhado, tendo o mesmo acontecido com as cortes que se instalaram a norte da adega. Muito provavelmente esta alteração deverá ter sido introduzida aquando da necessidade de mudança do programa inicial da casa que se prende directamente com as pessoas que a habitam. Se pensarmos que as casas de lavoura seriam em simultâneo habitação e local de trabalho, não faria sentido introduzir a casa do caseiro, o que revela que a família da Quinta de Merouços ter-se-á associado a outras profissões, mas que ao mesmo tempo quis manter o trabalho agrícola a ela associado. Assim, tornou-se imperativa a contratação de trabalhadores, garantindo-lhes habitação.

Na verdade, a habitação não apresenta nenhuma característica que a possa afirmar como uma casa senhorial, no entanto não será uma habitação de lavrador tradicional pela presença de uma forte preocupação de afirmação social na forma como a casa se estrutura. A presença de uma pequena capela no interior da habitação ao nível do primeiro piso, à qual se acede do exterior, denuncia que a família que em tempos ocupou a casa possuía uma situação económica que a afirmava em relação à vizinhança. Este facto, associado à presença da casa do caseiro, à separação efectiva da área de produção e armazenamento da habitação principal, assim o parece denunciar.

O conjunto apresenta uma evolução formal no modo como as construções foram acontecendo, tendo sempre por base a relação com o edifício principal. Os volumes mais pequenos foram-se agregando, ocupando as cotas mais baixas da quinta e libertando a área a nascente para a agricultura que é a que efectivamente apresenta melhores condições para essa prática. Se se percebe uma relação de método construtivo entre a maioria das construções, seja na forma como estas se levantam, seja pelos materiais e relações de escala, verifica-se que a área de criação de porcos é mais recente e perfeitamente descontextualizada da restante construção, sobretudo pelos métodos construtivos utilizados e pela linguagem empregue. "*Sente-se um desequilíbrio de escala e de funcionalidade provocando claros constrangimentos ao enquadramento das construções mais antigas, o mesmo sucede com o aumento ou reformulação efectuada sobre a adega onde se localiza o lagar, na qual se verifica uma mudança radical do método construtivo e uma profunda interferência na imagem global da construção, alterando de forma dramática a escala e a linguagem popular que se sentia na restante*

construção."[99]

Se não se considerarem os elementos intrusivos denunciados anteriormente, a leitura global do conjunto reforça a relação da construção com o sítio e consequentemente do Homem com a Terra. *"A casa sobrepõe-se aos muros dos socalcos aproveitando desta forma para se desenvolver em dois pisos constituindo de forma natural o prolongamento do espaço agrícola, pela leitura contínua dos muros até á construção. Os muros de suporte em pedra de xisto assente à mão são na verdade a essência do lugar, moldam a terra, criam as plataformas de cultivo, estruturam as regas e definem a construção."*[100]

Assim, anteriormente ao processo de reabilitação arquitectónica, observou-se o seguinte:

• Os volumes, construídos da mesma forma que os muros de contenção, apenas com introdução do granito nos cunhais e guarnições de vãos exteriores, apresentavam nas paredes exteriores, na face exterior, um reboco tradicional pintado em amarelo ocre, na face interior estavam acabadas a estuque de gesso, em continuidade com o estuque das divisórias interiores em tabique de madeira.

• Os pavimentos, sobretudo os que separavam o piso superior do rés-do-chão, apareciam executados em madeira de carvalho, já apodrecido em várias zonas, assente sobre vigas de madeira de riga em bom estado de conservação, que constituíam a estrutura de suporte do piso.

• O telhado em telha marselha e executado de forma tradicional com a sobreposição da telha sobre ripas de pinho e barrotes sobre as asnas da mesma madeira, encontravam-se com abatimentos e infiltrações, carecendo de obras de recuperação e rectificação.

• O alpendre ao nível do rés-do-chão que conformava o pátio, estava completamente degradado, tendo caído em vastas áreas, o que determinou a necessidade de uma intervenção profunda na sua recuperação no respeito pela filosofia da construção global.

• A observação do local denunciou o desaparecimento dos percursos de circulação em torno da construção e nas áreas agrícolas, tendo-se mantido apenas algumas reminiscências dos caminhos iniciais que denunciavam os posicionamentos desses mesmos percursos, mas que por si só são insuficientes para uma recuperação integral das características de funcionamento que definiam as relações entre a habitação e as áreas de produção agrícola. Liam-se, no entanto, junto da construção, os percursos que permitiam a

[99] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.
[100] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.

circulação mais próxima e que articulavam os diversos volumes de armazenamento. Circundavam e atravessavam a construção ligando ponto a ponto as diferentes cotas em que se implantam os anexos, através de rampas cirurgicamente posicionadas.

"O projecto procurará integrar e perceber os elementos singulares e colectivos, de modo a responder às novas exigências dos actuais proprietários, respeitando as pré-existências e estimulando a sua relação e permanência com novos elementos, mais contemporâneos porventura, de modo a permitir a actualização do conjunto e o seu enquadramento nas novas funcionalidades a que o actual paradigma da família e da habitação obrigam, respeitando as novas exigências legais de conforto e segurança pelo recurso a sistemas construtivos e infraestruturas mais eficazes."[101]

O estudo da casa e do seu estado de conservação ou deterioração, prévio ao avanço para o projecto de arquitectura, permitiu estabelecer uma grande premissa para a concretização do mesmo: respeitar a tipologia, mas, simultaneamente, mostrar a posição do arquitecto, que defende que a arquitectura deve ser reflexo do seu tempo. Deste modo, o grande desafio do projecto prendeu-se sobretudo com o equilíbrio entre novo e velho, tradicional e contemporâneo, ao mesmo tempo que o cliente estabelecia um novo programa de ocupação e vivência da casa.

"Hoje, o desafio da reabilitação arquitectónica será o de integrar as novas soluções e exigências sem que estas perturbem o ser do lugar onde se intervém, respeitando as características que o definem e potenciando-as através da sua integração num novo objecto que é a evolução histórica do seu antecessor. Um e outro são o mesmo em diferentes períodos do tempo em que a arquitectura se faz."[102]

[101] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.
[102] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.

4.3. O Projecto

"Ao desenvolvimento do projecto presidiu um rigoroso respeito pela construção existente e a vontade de reduzir a intervenção interior ao mínimo de interferências, em que todo e qualquer objecto se posiciona de forma solta para evidenciar a construção inicial. Desta forma, procura-se perceber o esquema de organização inicial da construção existente, por forma a poder-se colocar precisamente nos mesmos locais, mesmo que com uma imagem e filosofia diferente, as mesmas funções de habitação."[103]

O projecto desenhou-se e desenvolveu-se partindo de uma regra simples e clara, que permitisse o *"(...)enquadramento no existente de todas as funções programáticas actuais com o recurso a novas imagens, que do ponto de vista formal e cromático, criassem um confronto plástico com as construções e materiais presentes."*[104]

Desta forma, propõe-se localizar ao nível do rés-do-chão as áreas sociais da habitação, compreendidas por sala de estar, sala de jantar, sala de jogos e cozinha. Cada um destes espaços foi desenhado, na medida do possível, por forma a constituir-se ele próprio o prolongamento do espaço seguinte e assim sucessivamente, de modo a que o resultado final seja o de *"(...) um único espaço fluido do ponto de vista visual, em que os únicos elementos que se interpõem á sua leitura são as paredes de alvenaria existentes. Este efeito conseguiu-se com o recurso a painéis de correr em vidro que se ocultam, do modo a permitir a dupla leitura de espaço encerrado ou espaço aberto."*[105]

Observando-se a planta, verifica-se que a organização segue a filosofia inicial, introduzindo contudo algumas variações que visam sobretudo criar melhores condições de circulação e apropriação do espaço, respondendo às novas exigências programáticas que seriam inexistentes na época da construção da habitação. O rés-do-chão traduz-se na área lúdica da casa. Ele estrutura, desde o alpendre junto do pátio central um percurso, que se inicia na cozinha tradicional e termina no apartamento de hóspedes, deixando, por evidentes constrangimentos, separada, a sala de jogos que agora se localiza na área da adega, onde se mantêm intactas as estruturas existentes do lagar e das prensas.

O desenho procurou ainda melhorar as condições de acesso à habitação, rectificando alinhamentos e provocando acessos onde estes não existiam, mas que se revelavam como sendo necessários e evidentes no local. *"O percurso que descia desde o socalco que*

[103] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.
[104] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.
[105] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.

dava acesso ao piso superior e que ligava pelo exterior com a entrada no pátio central, possui agora uma ligação directa com esse mesmo pátio cruzando o alpendre que se redesenhou, reforçando a continuidade exterior sem necessidade de se cruzarem os espaços exteriores que não pertencem à quinta. Prolongou-se a sua extensão para nascente até á nova entrada que se criou face à exiguidade da entrada principal existente."[106] A forma como se desenhou o percurso e o seu enquadramento na morfologia do terreno, cria uma leitura global da quinta quase que imediata, pela entrada a uma cota alta, e estrutura todas as relações de percursos criados ou recuperados. Gerou-se uma malha, que relaciona elementos existentes, mais orgânicos, e novos elementos do conjunto da intervenção, mais geométricos.

Aproveitando as circulações existentes mais próximas da habitação, o processo de recuperação volta a integrar os percursos que ligavam o pátio central com os anexos de apoio à actividade agrícola, criando uma continuidade em torno da construção. Neste processo, "*(...)tornou-se clara a urgência em eliminar o armazém da suinicultura, libertando o espaço que ocupava para a recuperação do conceito de eira e a sua integração no conjunto edificado. Este compromisso permitiu o desenvolvimento de um novo edifício onde se colocou a garagem como elemento de excepção, mais contemporâneo, que serviu como objecto de confronto e reforço da linguagem existente, provocando um diálogo que visa integrar imagens mais actuais com as linguagens recuperadas, trazendo a construção para o tempo em que a reconstrução acontece."* [107] Refira-se que esta garagem surge por exigência programática por parte do cliente, que a pretendia para que pudesse albergar a sua colecção de automóveis, oito na totalidade, e inclusivamente uma autocaravana, o que em parte acabou por ditar a própria dimensão e escala deste elemento.

No piso superior posicionam-se as áreas privadas da habitação. "*Os quartos foram colocados e desenhados num profundo respeito pela organização da construção, eles ocupam precisamente os espaços destinados às mesmas funções na habitação anterior, com a única alteração de que agora serão todos complementados por casa de banho privativa de acordo com o solicitado pelo cliente."*[108] Os quartos organizam-se ao longo do corredor central dispondo-se assim para sul, orientando-se para o riacho, e para norte onde se encontra o pátio central. A compartimentação proposta acompanha a estrutura inicial procurando estabelecer uma relação entre o alinhamento das divisórias e as estruturas de madeira de apoio do

[106] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.
[107] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.
[108] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.

pavimento, estabelecendo uma relação entre as principais vigas e o apoio das paredes divisórias. Não que esta questão se revelasse fundamental, uma vez que as divisórias serão executadas em sistema de tabique de placas de gesso mas porque corresponde aos alinhamentos existentes.

"Não foi intenção do projecto procurar recuperar integralmente a imagem da habitação existente, numa postura saudosista e mimética, que resultaria não só num desperdício dos recursos em presença, como numa descontextualização do existente pela falta de informação que permitisse uma recuperação da imagem correcta e pelo simples facto de que outros elementos mais contemporâneos seriam necessários, face à evolução do conceito habitacional."[109] Pelo contrário, o projecto aposta na manutenção e recuperação da imagem do conjunto existente e a sua articulação com novos elementos e novas filosofias de ocupação e de imagem. Isto pressupõe a negação de alguns elementos típicos, mas que em nossa opinião não se julgam necessários, dada a qualidade de construção existente.

"Esta posição obriga ao recurso de um sistema construtivo que se adapte às condições actuais do edifício e permita uma intervenção aligeirada e versátil, procurando interpretar os sistemas existentes e completando-os onde necessário, recorrendo-se deste modo a vigas de madeira como estrutura principal, soalho nos pisos e recuperação ou substituição de asnas em madeira maciça na cobertura."[110] O processo construtivo utilizado assimilou as estruturas existentes, recuperou-as onde necessário. Eliminou as patologias, retirou os estuques, removeu os soalhos, anulou os tectos em tabique, melhorou as condições de impermeabilização da cobertura.

Nos pavimentos, a recuperação das estruturas principais permitiu a execução de um novo soalho em madeira sobre uma caixa de barrotes de pinho que permitiu elevar o pavimento para a execução das novas infraestruturas de electricidade, aquecimento e abastecimento de água. Foi a preocupação da integração das infraestruturas que de algum modo condicionou o processo de reconstrução e decidiu o modo como esta aconteceria. À semelhança da solução adoptada para os pavimentos, a execução das paredes divisórias e o revestimento das paredes exteriores foram estudados de modo a permitir a colocação de todas as redes. No projecto optou-se assim pela criação de divisórias em tabique de placa de gesso com lã de rocha como isolamento, em continuidade com o revestimento das paredes exteriores e dos tectos no mesmo

[109] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.
[110] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.

sistema, garantido assim melhores condições para a integração das infraestruturas e para o conforto térmico e acústico do edifício.

A recuperação da cobertura fez-se levantando a telha existente, telha marselha, e substituindo-a por telha caleira, aquela que seria a de utilização original. Os trabalhos consistiram na recuperação das estruturas do telhado para a colocação das membranas impermeabilizantes, do tipo chapa onduline, sobre as quais se colocou o isolamento térmico de poliestireno extrudido para a posterior colocação das telhas. O telhado seguiu na totalidade o desenho e traçado que possuía, quer ao nível da linguagem, quer a nível estrutural. Nos volumes anexos optou-se por executar um telhado inteiramente novo.

Na elaboração de caixilharia, "*(...) o projecto pretende reforçar a leitura das cantarias de pedra envolvente a cada vão, pelo que a caixilharia, partindo do levantamento efectuado às caixilharias existentes, será o resultado da interpretação desses mesmos caixilhos embora com uma certa depuração formal e com a introdução de novos materiais na sua confecção. Não se pretende deturpar a linguagem mas depurá-la, certos de que se existissem na data da execução da habitação os novos sistemas de caixilharia estes seriam seguramente integrados na construção. O processo não se prende na nossa opinião com o material mas com o desenho, e aqui cabe á arquitectura interpretar e consolidar essa integração.*"[111]

A obra foi concluída em finais de 2010 e, em relação ao resultado final, ilustrado no Quadro VII – A Quinta de Merouços: antes e depois, é de notar o retorno muito positivo, quer por parte do cliente, que ficou satisfeito com o resultado final, quer por parte da população de áreas próximas, muito ligadas ao tradicional e ao rural e muito pouco familiarizadas e receptivas em relação à arquitectura contemporânea.

[111] COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.


01


02


03


04


05


06


07


08


09


10


11


12

01 - Vista norte da casa a partir de estrada de acesso
02 - Vista norte da casa, com garagem em primeiro plano
03 - Vista do pátio para a habitação
04 - Vista de entrada Este para o piso superior
05 - Vista dos percursos a sul para a casa
06 - Vista do socalco da piscina para a casa
07 - Vista do socalco superior para a casa e eira

08 - Vista do socalco superior para a piscina
09 - Vista para percurso que liga à entrada automóvel a sudeste
10 - Piscina e volume de apoio
11 - Piscina com casa como pano de fundo
12 - Vista de percurso pedonal inferior para socalco da piscina
13 - Espaços de lazer sobre sala de jogos
14 - Volumes anexos

15 - Vista de fachada sudoeste para norte
16 - Vista de fachada sudoeste para sul
17 - Muros de xisto assente à mão recuperado
18 - Escadas exteriores recuperadas
19 - Nova cobertura de alpendre e ligação ao existente
20 - Passagem sob alpendre para pátio
21 - Sala de jogos

22 - WC de serviço
23 - WC de serviço
24 - Sala de Jantar
25 - Cozinha
26 - Capela
27 - Corredor de distribuição dos quartos
28 - Varanda do ginásio e área de lazer


13


14


15


16


17


18


19


20


21

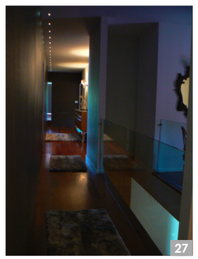

22


23

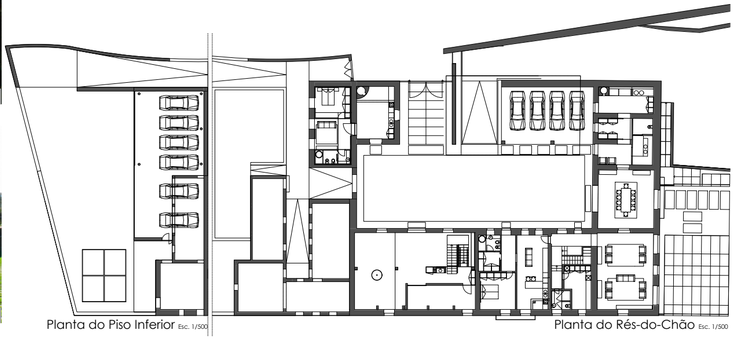

24


25

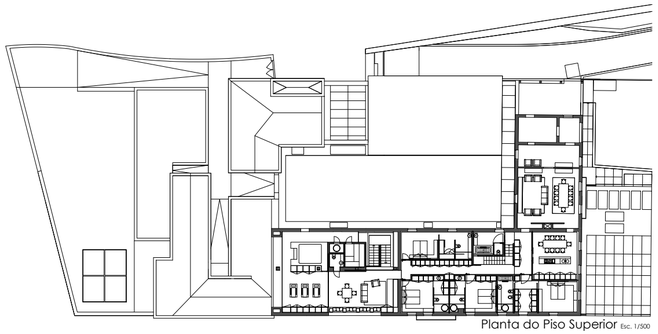

26

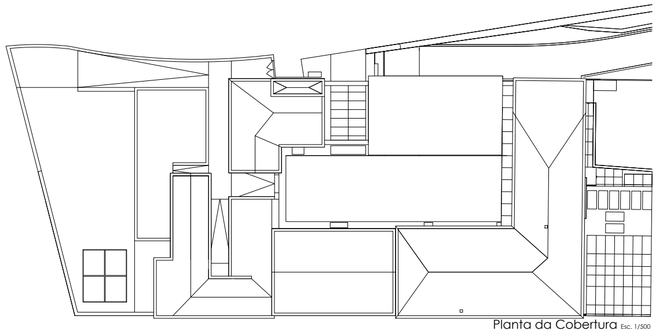

27


28


Planta do Piso Inferior Esc. 1/500

Planta do Rés-do-Chão Esc. 1/500


Planta do Piso Superior Esc. 1/500


Planta da Cobertura Esc. 1/500

4.4. Dificuldades metodológicas

O projecto e a execução da reabilitação arquitectónica da Quinta de Merouços foi concluído, mas nunca sem atravessar e sentir alguns problemas de ordem metodológica, explicados por diversos factores e que aqui se pretendem explanar.

Tendo a fase de levantamento como ponto de partida para a intervenção, verificou-se que, apesar do estudo aprofundado do existente, a falta de documentação e outros estudos complementares em relação às Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense foi problemática e implicou outros custos de projecto e mesmo de obra, que muitas vezes o cliente não consegue compreender. De facto, um dos motivos que levaram à escolha deste tema para a presente dissertação prendeu-se com o acima referido. A arquitectura tradicional portuguesa, no geral, vê-se desprotegida por uma grave e séria falta de enquadramento, ou enquadramento muito desajustado face à realidade, pelas entidades reguladoras, não sendo deste modo obrigatório que se procedam a análises e estudos por partes das necessárias equipas multidisciplinares. Assim, mesmo que o arquitecto exponha as vantagens e a conveniência da referida fase de projecto, o cliente não a toma como opção, primeiro porque não é obrigatório, e segundo porque tal significaria um agravamento dos custos e um aumento da totalidade do tempo despendido até que a obra esteja definitivamente concluída. Desta forma, eticamente, o papel do arquitecto é fulcral, porque no fundo cabe-lhe informar o cliente da importância do cumprimento de uma metodologia que incorpore o itens acima mencionados. Ainda assim, tal não significa que sejam cumpridos os princípios éticos, já que a decisão final, devido aos motivos acima enunciados, será sempre do cliente e muitas vezes a luta do arquitecto é inglória.

Conclusão

Relembre-se, antes de mais, que um dos principais objectivos da presente dissertação foi efectivar um contributo para a definição da tipologia das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, com base em relações maioritariamente de carácter morfológico, identificando um conjunto de características comuns, que têm por base uma mesma concepção arquitectónica. Considero com especial satisfação que esse objectivo foi conseguido, tendo sido importantíssimo o trabalho de levantamento feito. O estudo histórico e comparativo, do qual resultou mapas nunca antes realizados, revelou ligações entre as Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense e as "Casas da Maia" e "Casas de Paredes", as quais foram alvo de caraterização e estudo profundo, recorrendo a importantes fontes bibliográficas, como o livro *Arquitectura Tradicional Portuguesa*, cujo contributo foi decisivo no estabelecimento da tipologia das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense.

É minha pretensão que esta dissertação possa servir de base de dados para os arquitectos que intentem levar a cabo intervenções de reabilitação arquitectónica nesta tipologia de casa rural, algo que não se realiza facilmente. Tal é visível pela apresentação do projecto de reabilitação arquitectónica da Quinta de Merouços, que revelou as dificuldades do arquitecto enquanto gestor de projecto. Assim, a compatibilização de uma série de exigências por parte do cliente, das entidades reguladoras e da coordenação do projecto de arquitectura com as restantes especialidades, pode ser muitas vezes de difícil articulação especialmente quando se trata de projectos de reabilitação arquitectónica.

Concluindo, os diversos estudos realizados para a elaboração da presente dissertação permitiram um aprofundamento do meus conhecimentos acerca da tipologia das Casas de Lavoura do Vale do Leça Tirsense, bem como criar uma base de dados, com um vasto conjunto de informações, que julgo ter contribuído para estabelecer uma bagagem suficientemente rica e esclarecedora, de utilidade, quanto a mim, inquantificável para a prática profissional, especialmente na área da reabilitação arquitectónica.

Bibliografia

AAVV – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga, 2009.

ABALOS, Inaki - *A boa vida: visita guiada às casas do modernidade*. Barcelona, Gustavo Gili, 2003.

ABRANTES, Vítor; FREITAS, Vasco Peixoto de - *O Isolamento térmico da envolvente dos edifícios face ao regulamento (RCCTE)*. Pontinha, Dow, 1993.

AGUIAR, José - *Cor e cidade histórica. Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto, Faup publicações, 1999.

ALVES, Jorge – *A indústria têxtil do norte de Portugal até à década de 1920 – representações empresariais. Actas do Congresso "A Indústria Têxtil no Vale do Ave. História, Desafios e Perspectivas" de 16 e 17 de Maio de 1998*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1999.

Anuário Estatístico da região Norte 2007. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2008.

ARQUITECTURA IBÉRICA, nº 12 - *Reabilitação*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2006.

ARQUITECTURA IBÉRICA, nº 19 - *Reabilitação*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUITECTOS PORTUGUESES - *Arquitectura Popular em Portugal*. 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.

BACELLAR, H.R. - *Instalações Hidráulicas e Sanitárias*. ed. São Paulo: McGraw-Hili do Brasil, 1997.

BAGLIONI. A.; GUARDERIO, G. - *La Rehabilitación de edifícios urbanos*. Barcelona, Gustavo Gili, 1988.

BASTOS, Ana - *Metodologias de intervenção sobre a arquitectura popular*. Porto: FAUP, 2004.

BELO, Barbara Sofia Yu do Costa - *Palimpsesto*. Porto, Prova Final FAUP, 2000.

CABIROL, Thierry; FAURÉ, Daniel; ROUX, Daniel - *O aquecimento das habitações e a energia solar: conforto térmico e técnicas de aquecimento solar da habitação*. Mem Martins, CETOP, 1983-1987.

CABRITA, António Manuel - *Monografia portuguesa sabre inovação e reabilitação de edifícios*. Lisboa, LNEC, 1988.

CAMPOS, João - *Porto: património e paradigmas*. Porto, C. M., 1997.

CANHA DA PIEDADE, A., RODRIGUES, A. Moret, RORIZ, Luís F. - *Climatização em Edifícios, Envolvente e Comportamento Térmico*. Amadora, Edições Orion, 2000.

CARVALHO, Cristina Isabel Pinto - *Reabilitação Energética: propostas para a melhoria do desempenho térmico dos elementos construtivos na envolvente do edifício corrente do final do século XIX e do século XX*. Porto, Prova Final FAUP, 2008.

CASTANHEIRA, Carlos - *Álvaro Siza: a Reconstrução do Chiado: Lisboa*. Porto, ICEP, 1997.

CASTRO, Maria de Fátima Morais de Aguiar e - *Reabitar no Porto: um estudo sobre a integração de novas exigências de conforto nos processos de reabilitação de casos do edificado habitacional portuense, corrente do século XIX*. Porto, Prova Final FAUP, 2008.

CHOAY, Françoise - *A Alegoria do Património*. Lisboa, Edições 70, 2000.

COELHO, Hélder – *Memória Descritiva e Justificativa da Quinta de Merouços*. 2009.

CÓIAS, Victor - *Reabilitação estrutural de Edifícios Antigos*. Lisboa, Argumentum I GECoRPA, 2007.

CONSELHO LOCAL DE ACÇÃO SOCIAL DE SANTO TIRSO – *Diagnóstico Social do Concelho de Santo Tirso 2004*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2004.

COSTA, Adriano - *A arquitectura popular no Minho: a casa serrana*. Porto: FAUP, 2000.

COUTO, Liliana - *Um conhecimento da arquitectura popular, vernácula em terras de castelo de Paiva: o testemunho da pedra na habitação*. Porto: FAUP, 2003.

CRUZ, Marta - *Construir a casa: Elementos exploratórios para a compreensão dos conteúdos, do contexto e do processo de concepção arquitectónica da habitação unifamiliar.* Separatas, Departamento de Sociologia, Faculdade de Letras UP, Porto, FLUP, 2006.

Decreto-Lei nº 68/2008, de 14 de Abril de 2008, que estabelece a definição das unidades territoriais para efeitos de organização territorial das associações de municípios e áreas metropolitanas, para a participação em estruturas administrativas do Estado e nas estruturas de governação do Quadro de Referência Estratégico Nacional 2007-2013 (QREN).

DIAS, Tânia - *Popular e erudito: contributo da dimensão popular na arquitectura portuguesa da modernidade*. Porto: FAUP, 2006.

DIOGO, Maria Helena Moreira - *Arquitectura sobre arquitectura: memória e transformação.* Prova Final FAUP, 2005.

Eficiência Energética nos Edifícios. Direcção Geral de Energia - Ministério do Economia, 2002.

EISENMAN, Peter - *The formal basis of modern architecture*. Baden: Lars Muller Publishers, 2006.

FERNANDES, André - *Arquitectura Popular em Caxinas.* Porto: FAUP, 2002.

FERNANDES, Francisco Barata - *Transformação e permanência na habitação portuense: as formas da casa na forma da cidade*. Porto, Faup Publicações, 1999.

FERNANDES, José Manuel - *A casa popular do Algarve : espaço rural e urbano, evolução e actualidade*. CCDRA, 2008.

FERNANDES, José Manuel - *Arquitectura vernácula da região saloia: enquadramento na área atlântica.* Lisboa, M.E., 1991.

FREITAS, Nuno Sousa de - *Estratégias de Intervenção no Património Edificado: o Entreposto de Vila Nova de Gaia*. Porto, Prova Final FAUP, 2005.

GOMES, Paulino; DA SILVA, João Belmiro Pinto – *Santo Tirso ConVida.* Santo Tirso: Anégia Editores, 1997.

GONÇALVES, António Bento; COSTA, Francisco da Silva – *O Vale do Ave – a sua geografia. Rota do património industrial do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2003.

GRACIA, Francesco de - *Construir en lo construído*. Madrid, Ediciones Nerea, 1992.

HENRIQUES, Alexandra - *46 anos depois do inquérito à arquitectura popular em Portugal.* Porto: FAUP, 2001.

José Gigante: Habitar. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2008.

LE CORBUSIER - *Le Modulor*. trad. Marta Sequeira. Lisboa, Orfeu Negro, 2010.

LOPES, Nuno Valentim - *Reabilitação de caixilharias de madeira em edifícios do século XIX e início do século XX: do restauro à selecção exigencial de uma nova caixilharia: o estudo do caso da habitação corrente portuense*. Dissertação de Mestrado em reabilitação do património edificado. Porto, FEUP, 2006.

MACHADO, Miguel - *A dimensão oculta dos espaços: interferências entre público e privado na arquitectura popular portuguesa.* Porto: FAUP, 2002.

MACINTYRE, Archibald J. - *Manual de Instalações Hidráulicas e Sanitárias, Livros Técnicos e Científicos.* Editora Rio de Janeiro, 1990.

MADRID, Colégio Oficial de Arquitectos - *Curso de Rehabilitación*. Madrid, C.O.AM., 1985.

MENDES, José Amado – *A indústria do Vale do Ave no contexto da indústria nacional. Rota do património industrial do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2003.

MESTRE, Victor – *Arquitectura Popular da Madeira.* Lisboa: Argumentum, 2002.

MIRANDA, Angel Luís - *Instalaciones*. Barcelona, Grupo Editorial CEAC, S.A., 1995.

Nova Enciclopédia Larousse. Círculo de Leitores, Lda. e Larousse: 1999.

Nulla dies sine linea. In DPA, Nº14, 1998.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga de; GALHANO, Fernando - *Arquitectura Tradicional Portuguesa*. 5ª Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003.

PAIVA, José Vasconcelos; AGUIAR, José; PINHO, Ana - *Guia técnico de reabilitação habitacional.* Volume 1 e 2, Lisboa, Instituto nacional de habitação, LNEC, 2006.

PARREIRA, Isabel - *Da expressão da arquitectura popular às novas ocupações e formas do habitar no monte alentejano.* Porto: FAUP, 2003.

PEREIRA, Augusto Castro – *História da Indústria do Vale do Ave (1980-2001)*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2002.

PEREIRA, V. Borges – *Os vincados padrões do tecido social. Uma análise das vivências quotidianas de uma freguesia industrializada do Vale do Ave*. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

PIMENTEL, Alberto – *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902. In *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2011.

Plano Estratégico de Desenvolvimento do Vale do Ave 2000-2007. Porto: Quaternaire Portugal, S.A., 1999.

PROVIDÊNCIA, Paulo; BAPTISTA, Lúcia – *Rota do património industrial do Vale do Ave – Projecto de musealização. Rota do Património industrial do Vale do Ave*. Vila Nova de Famalicão: ADRAVE, 2003.

RIBEIRO, Sara Cecília Saraiva Correia - *Reabilitação do património vernáculo da Beira Alta numa perspectiva turística.* Porto, Dissertação de Mestrado Integrado, 2010.

ROCA, Javier Gallego - *Renovación, restauración y recuperación arquitectónica y urbana en Portugal.* Universidade de Granada, 2003.

ROSSI, Aldo - *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa, ed. Cosmos, 2001.

SANTOS, Ana - *A contemporaneidade da arquitectura popular portuguesa.* Porto: FAUP, 2008.

TÁVORA, Fernando - *Da Organização do Espaço.* Porto: FAUP, 1999.

TÁVORA, Fernando - *O Problema da Casa Portuguesa.* In Cadernos de Arquitectura, Nº 1. Lisboa: 1947.

TECTÓNICA, nº 21 - *Instalaciones*. Amadora, Editorial Gustavo Gili, 2006.

TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa - *Diálogos de edificação: estudo de técnicas tradicionais de construção*. Porto, CRAT, 1998.

TEIXEIRA, Joaquim José - *Descrição do sistema construtivo da casa burguesa do Porto entre os séculos XVIII e XIX*. Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica: expressamente elaboradas para efeitos de acesso a categoria de assistente de acordo com o artigo 53 do estatuto da carreira universitária. Porto, FAUP, 2004.

TOSTÕES, Ana – *Arquitectura Popular dos Açores.* Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000.

TSCHUMI, Bernard - *Event-cities 3 : concept vs. context vs. content*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 2004.

VIEGAS, João Carlos - *Ventilação Natural de Edifícios de Habitação.* LNEC, 1996.

Referências Iconográficas

Fig. 1 Imagem disponível em *Nulla dies sine linea.* In DPA, Nº14, 1998. p.10.

Fig. 2 Imagem disponível em *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP, 1999. Capa.

Fig. 3 Imagem disponível em *O Problema da Casa Portuguesa.* In Cadernos de Arquitectura, Nº 1. Lisboa: 1947. Capa.

Fig. 4 Imagem disponível em http://lisboa.lecool.com/lisboa/pt/issue/161, visitada em 28-05-2011.

Fig. 5 Imagem disponível em http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html, visitada em 26-05-2011.

Fig. 6 Imagem disponível em http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html, visitada em 26-05-2011.

Fig. 7 Imagem disponível em http://doportoenaoso.blogspot.com/2011/03/nos-50-anos-da-publicacao-de-popular-em.html, visitada em 26-05-2011.

Fig. 8 Imagem disponível em *Arquitectura Popular em Portugal.* 3ª Ed. Lisboa: Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988. Capa.

Fig. 9 Imagem disponível em *Arquitectura Popular dos Açores.* Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2000. Capa.

Fig. 10 Imagem disponível em *Arquitectura Popular da Madeira.* Lisboa: Argumentum, 2002. Capa.

Fig. 11 Imagem disponível em *A casa popular do Algarve : espaço rural e urbano, evolução e actualidade*. CCDRA, 2008. Capa.

Fig. 12 Imagem disponível em *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902. In Santo Thyrso de Riba D'Ave. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2011. Capa.

Fig. 13 Imagem disponível em *Santo Thyrso de Riba D'Ave*. Santo Tirso: Club Thyrsense, 1902. In Santo Thyrso de Riba D'Ave. Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 2011. p.13.

Fig. 14 Fotografia do autor.

Fig. 15 Fotografia do autor.

Fig. 16 Fotografia do autor.

Fig. 17 Fotografia do autor.

Fig. 18 Fotografia do autor.

Fig. 19 Fotografia do autor.

Fig. 20 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações e mapas pertencentes ao Instituto Nacional de Estatística, consultados através do seu site www.ine.pt.

Fig. 21 Quadro realizado pelo autor, com base em Quadro I.1.3 do *Anuário Estatístico da região Norte 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2008. p.31, cuja fonte é: Instituto Geográfico Português (IGP), a partir da Série Cartográfica Nacional à escala 1: 50 000 (IGP) e Carta Administrativa Oficial de Portugal de Março 2008 (CAOP 2008.0) (IGP).

Fig. 22 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações e mapas pertencentes ao Instituto Nacional de Estatística, consultados através do seu site www.ine.pt.

Fig. 23 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações e mapas pertencentes ao Instituto Nacional de Estatística, consultados através do seu site www.ine.pt.

Fig. 24 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações e mapas pertencentes ao Instituto Nacional de Estatística, consultados através do seu site www.ine.pt.

Fig. 25 Quadro realizado pelo autor, com base em Quadro II.1.2 do *Anuário Estatístico da região Norte 2007*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, I.P., 2008. p.73, cuja fonte é: INE, Estatísticas Demográficas; INE, Estimativas Provisórias de População Residente.

Fig. 26 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações e mapas pertencentes ao Instituto Nacional de Estatística, consultados através do seu site www.ine.pt.

Fig. 27 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações e mapas pertencentes ao Instituto Nacional de Estatística, consultados através do seu site www.ine.pt.

Fig. 28 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações e mapas pertencentes ao Instituto Nacional de Estatística, consultados através do seu site www.ine.pt.

Fig. 29 Fotografia do autor.

Fig. 30 Fotografia do autor.

Fig. 31 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações constantes de "*As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*". Consultado em PDF, disponibilizado em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11886/1/PORTO%20Livro%20das%20Mem%20Paroq.pdf

Fig. 32 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações constantes de "*As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*". Consultado em PDF, disponibilizado em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11886/1/PORTO%20Livro%20das%20Mem%20Paroq.pdf

Fig. 33 Mapa realizado pelo autor, com recurso a informações constantes de "*As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*". Consultado em PDF, disponibilizado em http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/11886/1/PORTO%20Livro%20das%20Mem%20Paroq.pdf
Fig. 34 Mapa realizado pelo autor, com base em mapas de *Arquitectura Popular em Portugal*
Fig. 35 Mapa realizado pelo autor, com base em mapas de *Arquitectura Popular em Portugal*
Fig. 36 Mapa realizado pelo autor, com base em mapas de *Arquitectura Popular em Portugal*
Fig. 37 Mapa realizado pelo autor, com base em mapas de *Arquitectura Popular em Portugal*
Fig. 38 Mapa realizado pelo autor, com base em mapas de *Arquitectura Popular em Portugal*
Fig. 39 Mapa realizado pelo autor, com base em mapas de *Arquitectura Popular em Portugal*
Fig. 40 Mapa realizado pelo autor, com base em mapas de *Arquitectura Popular em Portugal*
Fig. 41 Mapa realizado pelo autor, com base em mapas de *Arquitectura Popular em Portugal*
Fig. 42 Imagem disponível em *Arquitectura Tradicional Portuguesa.* 5a Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.64.
Fig. 43 Imagem disponível em *Arquitectura Tradicional Portuguesa.* 5a Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.65,66.
Fig. 44 Imagem disponível em *Arquitectura Tradicional Portuguesa.* 5a Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.67,71.
Fig. 45 Imagem disponível em *Arquitectura Tradicional Portuguesa.* 5a Ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2003. p.105.
Fig. 46 Fotografia do autor.
Fig. 47 Fotografia do autor.
Fig. 48 Fotografia do autor.
Fig. 49 Fotografia do autor.
Fig. 50 Fotografia do autor.
Fig. 51 Fotografia do autor.
Fig. 52 Fotografia do autor.
Fig. 53 Fotografia do autor.
Fig. 54 Mapa realizado pelo autor, com base na Carta Geológica de Portugal, disponível no site do Instituto Geográfico Português, mais precisamente em http://www.igeo.pt/atlas/Cap1/Cap1c_p39_image.html, com última consulta a 27-07-2011
Fig. 55 Fotografia do autor.

Fig. 56 Fotografia do autor.
Fig. 57 Fotografia do autor.
Fig. 58 Fotografia do autor.
Fig. 59 Fotografia do autor.
Fig. 60 Fotografia do autor.
Fig. 61 Fotografia do autor.
Fig. 62 Fotografia do autor.
Fig. 63 Fotografia do autor.
Fig. 64 Fotografia do autor.
Fig. 65 Fotografia do autor.
Fig. 66 Fotografia do autor.
Fig. 67 Fotografia do autor.
Fig. 68 Fotografia do autor.
Fig. 69 Fotografia do autor.
Fig. 70 Fotografia do autor.
Fig. 71 Fotografia do autor.
Fig. 72 Fotografia do autor.
Fig. 73 Desenho do autor.
Fig. 74 Desenho do autor.
Fig. 75 Desenho do autor.
Fig. 76 Desenho do autor.
Fig. 77 Desenho do autor.
Fig. 78 Desenho do autor.
Fig. 79 Desenho do autor.
Fig. 80 Desenho do autor.
Fig. 81 Desenho do autor.
Fig. 82 Desenho do autor.
Fig. 83 Desenho do autor.
Fig. 84 Desenho do autor.
Fig. 85 Desenho do autor.
Fig. 86 Fotografia do autor.
Fig. 87 Fotografia do autor.
Fig. 88 Fotografia do autor.
Fig. 89 Fotografia do autor.
Fig. 90 Fotografia do autor.